

Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Fabio Luis Cabral

**Celso Furtado e o Plano Trienal - a teoria do subdesenvolvimento e as
Reformas de Base**

São Carlos - 2010

Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

**Celso Furtado e o Plano Trienal - a teoria do subdesenvolvimento e as
Reformas de Base**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política
como requisito para obter título de Mestre.
Orientadora: Vera Alves Cepêda.
Discente: Fabio Luis Cabral.

São Carlos - 2010

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

C117cf

Cabral, Fabio Luis.

Celso Furtado e o plano trienal - a teoria do subdesenvolvimento e as reformas de base / Fabio Luis Cabral. -- São Carlos : UFSCar, 2011.
144 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2010.

1. Ciência política. 2. Furtado, Celso Monteiro, 1920-2004.
3. Desenvolvimento econômico. 4. Economia. 5. História econômica. I. Título.

CDD: 320 (20^a)



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE
Fabio Luis Cabral

24/02/2010

Prof.ª. Dra.ª Vera Alves Cepêda
Orientadora e Presidente
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

Prof. Dr. Milton Lahuerta
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

Prof. Dr. Alexandre Freitas Barbosa
Universidade Estadual de São Paulo/USP

Submetida à defesa em sessão pública
Realizada às 14:00h no dia 24/02/2010.

Banca Examinadora:
Prof.ª. Dra. Vera Alves Cepêda
Prof. Dr. Milton Lahuerta
Prof. Dr. Alexandre Freitas Barbosa

Homologado na CPG-PPGPOL na
13ª. Reunião no dia 31/03/2010

Prof. Dr. Eduardo Garuti Noronha
Coordenador do PPGPOL

Não há dúvida alguma de que para nós se abriu uma época de revolução social. Resta saber se êsse processo revolucionário se desenvolverá sob a forma de atividade prática crítica, ou como a tragédia de um povo que não encontrou seu destino.

Celso Furtado

*Aos meus pais Júlio e Teresa Cabral, a Vera
Cepêda, Marina Bacocini e amigos.*

Agradecimento

Neste pequeno espaço seria humanamente impossível agradecer a todos aqueles que estiveram presentes nestes quase três anos de estudos ao desenvolvimento desta dissertação de mestrado, mas vale à pena tentar indicar um pouco dos verdadeiros amigos e companheiros que estiveram ao meu lado contribuindo à confecção deste grande sonho de concluir esta defesa de dissertação. Em primeiro lugar, a Deus e aos meus pais.

Aos grandes e verdadeiros amigos Fabrício Tavone e Fabrícia Viviane, que desde o primeiro dia de entrevistas no processo de seleção se fizeram presentes ao disponibilizarem suas forças dizendo “boa sorte e que em 2007 a gente se veja lá” e realmente nós nos vimos ao longo de dois anos e meio entre caronas, estudos e almoços no PQ. Amigos estes que estiveram sempre presentes nos seminários e apresentações de trabalhos em outras instituições e que nos conhecemos apenas nesta turma de mestrado, mas que parecia nos conhecermos há tempos, desde os tempos de colégio e de graduação. Não posso me esquecer também dos amigos Rui Jorge, da grande amiga Kátia e Érika, bem como de todos aqueles que inauguraram a turma de Ciência Política da UFSCar de 2007.

Pessoas especiais como a Tia Flora, Samú, os primos Fernando, Carlinha, Sandra e Iria, que sentiam o meu sofrimento de anos e anos tentando e nada, mas que fizeram festejos junto a mim, dia após dia em todos estes meses de trabalho, quando tudo deu certo. A pessoa que nestes últimos meses esteve sempre presente ao meu lado e que proporcionou inúmeros votos de confiança amor e carinho e que sempre acreditou em meu trabalho, a você Marina, que amo tanto.

Mas, entre todos os amigos e amigas que fizeram parte da minha vida nesta jornada, cumpre destacar a presença de uma grande amiga em especial e que abriu todas as portas para que este sonho se concretizasse em um momento que, sem dúvida alguma era o mais difícil de minha vida (o de desistir deste sonho), agradeço a professora Vera Cepêda que atribuo de todos os adjetivos possíveis para poder exaltar à pessoa que possibilitou que cada linha deste trabalho se tornasse realidade.

Índice

INTRODUÇÃO	06
CAPÍTULO I – Transformações da economia nacional	13
1.1 - Questões de Método e Hipóteses de Trabalho	16
1.2 - A teoria furtadiana e o colapso do modelo agrário-exportador	21
1.3 - Teoria e Projeto furtadiano na década de 1950	32
1.4 - A década de 1950 e uma via oposta à superação do subdesenvolvimento	43
CAPÍTULO II - O limites das transformações econômicas, políticas e sociais e a formação da teoria furtadiana	54
2.1 - Furtado e o modelo histórico do subdesenvolvimento brasileiro	63
2.2 - A incapacidade do crescimento econômico regional no Brasil	67
2.3 - A extensão sobre a incapacidade do crescimento econômico regional	73
2.4 - A estrutura anacrônica do sistema monetário, fiscal e administrativo	77
2.5 - A extensão anacrônica sobre a política nacional	80
CAPÍTULO III - O Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social 1963 – 1965	88
3.1 - Os traços estruturais entre teoria e projeto furtadiano	95
3.2 - A estabilidade do sistema econômico nacional	98
3.2.1 - Os estratos sociais e o consumo no Brasil	107
3.3 - Diretrizes do Desenvolvimento	112
3.3.1 - Propostas à superação dos desequilíbrios regionais	115
3.4 – Novas tendências das atividades agrícolas e de abastecimento	123
Considerações Finais	134
Referência Bibliográfica	138

Resumo

O presente trabalho objetivou-se no interesse em destacar a análise das propostas do Plano Trienal elaborado por Celso Furtado enquanto Ministro do Planejamento do governo de João Goulart. Este plano é compreendido neste trabalho como resultado tanto da teoria do subdesenvolvimento elaborada por Furtado ao longo de obras seminais entre as décadas de 1950 e 1960 como A Economia Brasileira (1954), Perspectiva da Economia Brasileira (1958) e A Pré-Revolução Brasileira (1962) e a Dialética do Desenvolvimento (1964), quanto de sua proposta de um modelo de desenvolvimento pautado na justiça social e na defesa da democracia. As Reformas de base seria assim, tanto um ajuste de contas com o passado (estruturas anacrônicas, econômicas ou políticas, que entravam a passagem para o desenvolvimento no período) quanto uma proposta de futuro ao modelarem as características de uma sociedade e economia fora das limitações estruturais do subdesenvolvimento.

Palavras-Chave: Economia Brasileira; Celso Furtado; Desenvolvimento Econômico.

Abstract

*This study aimed to highlight the interest in the analysis of the Plano Trienal's proposals, elaborated by Celso Furtado while Plan Minister of João Goulart's government. The plan is understood in this study as a result of the underdevelopment theory elaborated by Celso Furtado in his seminal work between the decades of 1950 and 1960, like a *Economia Brasileira* (1954), *Perspectiva da Economia Brasileira* (1958) *A Pré-Revolução Brasileira* (1962) and *Dialética do Desenvolvimento* (1964), and of his proposal of a development model guided on social justice and democracy defense. The Base Reforms would be, this way, as an adjustment of the past (anachronistic structures, economic or political, that stop the pass to development in the period) as a proposal to the future, to mold the characteristics of a society and economy out of the structural limits of the underdevelopment.*

Keywords: *Brazilian Economy, Celso Furtado, Economic Development.*

INTRODUÇÃO

Introdução

O objeto desta dissertação consiste na análise da possível relação entre as idéias e projeto de compromisso social do Plano Trienal e o conjunto da produção furtadiana, base de uma vertente do nacional-desenvolvimentismo em discussão nos anos de 1950/1960 no Brasil. Cumpre lembrar que ambos – Plano e obra – são de mesma lavra e coetâneos. Com relação ao recorte proposta no âmbito do pensamento intelectual de Celso Furtado esta dissertação recorta como principais obras capazes de explicitar a argumentação furtadiana sobre o problema do desenvolvimento (como base da nação) as seguintes obras: como *A Economia Brasileira (1954)*, *Perspectiva da Economia Brasileira (1958)*, *A Pré-Revolução Brasileira (1962)* e *a Dialética do Desenvolvimento (1964)*. Já o Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico (1963/1965), famoso na literatura com a denominação de Plano Trienal, foi construído no momento em que Celso Furtado era Ministro do Planejamento do governo de João Goulart, por Celso Furtado.

O objetivo central desta dissertação é tentar avaliar se entre a produção intelectual *solo* – expressa nas obras de assinatura de Furtado no período – e a ação de *state maker* – na condução de um dos mais importantes ministérios da época – permaneceu o liame teórico e ideológico. Em outras palavras, procurar entender se na construção do Plano (obra de governo), Furtado adotou suas teses, se não todas, pelo menos aquelas que atacavam o núcleo duro das limitações ao salto do desenvolvimento no Brasil.

Segundo a literatura que estuda a produção intelectual de Furtado, uma das chaves mais importantes para analisar a contribuição deste autor para o pensamento social, econômico e político brasileiro, está centrada do tema (e problema) da superação do atraso econômico e do subdesenvolvimento em condição periférica. Com base nessa potente interpretação (que tem lugar próprio na obra furtadiana, profundamente analisada em *Formação Econômica do Brasil*), um segundo momento e uma proposta ao desenvolvimento do Brasil foi criada, com o intuito mento de análise é produzido pelo autor, como estratégia fundamental dessa superação – a ferramenta do planejamento, meio capaz de acabar com a persistência de instituições, práticas e setores anacrônicos que emperravam o desenvolvimento nacional.

Neste ponto fazemos referência ao quadro de instabilidades geradas pelas grandes transformações sociais e econômicas acumuladas desde os anos trinta e acentuadas com o início do esgotamento do projeto nacionalista de base populista na década de 1960 no país. Ou seja, em grande medida os anos 50/60 forjavam um ponto de encontro entre duas grandes linhas de tensão, que se acumulavam e se agravavam no curso do rápido processo de modernização de base urbano-industrial: mudanças de ordem estrutural (modelo de produção e novas bases de acumulação; composição das classes, atores, interesses e nova ordem de conflitos) e tensões conjunturais (derivadas dos deslocamentos dos interesses organizados e em conflito pelo controle do aparato de Estado).

Assim, cumpre assinalar com mais profundidade o significado destes dois termos. A dimensão estrutural pode ser entendida, neste trabalho, como resultante das determinações do sistema histórico dos países Latinos Americanos, que derivam em sua forma de modernidade colonial. Ou seja, determinações estruturais da expansão da modernização, da formação dos Estados Nacionais, da divisão internacional do trabalho e das limitações do desenvolvimento e do subdesenvolvimento em termos da estrutura interna de organização da produção (ex. do modelo mercantil-exportador). Nesse sentido, as economias latino-americanas teriam desenvolvido estruturas pouco diversificadas e pouco integradas com um setor primário-exportador dinâmico, mas incapaz de difundir progresso técnico para o resto da economia, bem como, de empregar produtivamente o conjunto da mão-de-obra e de permitir o crescimento sustentado dos salários reais. Ao contrário do que pregava a doutrina liberal do livre-comércio, esses efeitos negativos se reproduziriam ao longo do tempo na ausência de uma indústria dinâmica, responsável, segundo Raul Prebisch, pela absorção de mão-de-obra e pela geração e difusão do progresso técnico (pelo menos desde a Revolução Industrial britânica); em segundo lugar, o ritmo de incorporação do progresso técnico e o aumento de produtividade seriam significativamente maiores nas economias industriais (centro) do que nas economias especializadas em produtos primários (periferia), o que levaria por si só a uma diferenciação secular da renda favorável às primeiras. Além disso, os preços de exportação dos produtos primários tenderiam a apresentar uma evolução desfavorável frente à dos bens manufaturados produzidos pelos países industrializados. Como resultado, haveria uma tendência à deterioração dos termos de troca que afetaria negativamente os países latino-americanos através

da transferência dos ganhos de produtividade no setor primário-exportador para os países industrializados; e por conjuntura entendemos sobre as situações históricas constituídas nos países da América Latina¹.

Já os dados referentes à dimensão conjuntural somente podem ser explicados pelas condições políticas e sociais específicas do momento brasileiro prévias ao golpe de 1964. São como um manto histórico, das condições reais do conflito que se abre com as profundas rupturas estruturais e na condição de possibilidade de instauração de um novo arranjo de forças e de resolução dos conflitos políticos da época.

Cumpramos ressaltar que ao longo deste trabalho, os termos *estrutura* e *conjuntura* serão empregados com frequência, para tratarmos sobre os eventos políticos, econômicos e sociais que irão se constituir no cenário onde as propostas de Celso Furtado irão se construir, em especial com relação à superação do atraso e do subdesenvolvimento brasileiro (tema compreendido na produção intelectual do autor nas décadas de 1950 e 1960). Salientamos ainda que para Celso Furtado, o desenvolvimentismo seria a única possibilidade de garantia da humanização da vida da maioria dos brasileiros, com a transformação global da sociedade brasileira ao incorporar os padrões institucionais, culturais e econômicos, portanto da economia para a dimensão política e não apenas na proposta de alcance de patamares de riqueza baseados em índices formais.

Em virtude destes aspectos que a teoria furtadiana do desenvolvimento iria chocar-se com a estrutura de poder na sociedade brasileira neste período, já que esta permanecia nas mãos dos setores mais conservadores da sociedade – em especial as oligarquias agrário-exportadoras e de setores anacrônicos que a partir da cristalização de privilégios sociais e econômicos impunha um pesado fardo ao restante da sociedade (CEPÊDA, 2008).

E é nesse ínterim que Furtado irá perceber que na forma em que o anacronismo forjava um setor radicalizado e que lutava para poder escapar do limbo econômico e político e convertido em um ator social que não possuía as garantias sociais colidindo, por assim dizer, com aqueles que controlavam com mãos de ferro os redutos eleitorais nas regiões do interior do país. E, neste sentido e, em virtude do anacronismo da estrutura agrária que foram premiados grupos parasitários por

¹ Para maiores reflexões sobre o tema ver RODRIGUEZ, Octávio. *Teoria do subdesenvolvimento da Cepal*. Rio de Janeiro, Forense, 1981.

causa do aumento relativo da renda da terra e, em contrapartida, na ausência de uma política consistente que prevalecesse à ação do Estado e/ou seu caráter social, foram gerados uma estrutura que subsidiava em nome do “desenvolvimento”, maiores concentrações de renda nas mãos dos grupos parasitários ligados ao latifúndio no país.

E é diante a contenda entre a oposição entre os interesses agrários de um lado e a indústria de outro, que Celso Furtado irá se preocupar com a democracia e vinculando-a ao processo de resolução de um passado colonial remitente, persistente e anacrônico e que deveria ser resolvido para que se permitisse a construção de uma nação moderna (CEPÊDA, 2001).

Assim, teoria e projeto furtadiano são, portanto, compreendidos enquanto hipótese deste trabalho como o resultado da *exegese tanto da* teoria do subdesenvolvimento elaborada pelo autor ao longo de suas obras, quanto de sua proposta de um modelo de desenvolvimento pautado na justiça social e na defesa da democracia para o Brasil, resultados da proposta de um intelectual que propunha um ajuste de contas com o passado colonial nacional e que alimentavam as estruturas anacrônicas (econômicas, políticas e sociais) que entravam a passagem para o desenvolvimento industrial brasileiro. Em Furtado cruza-se com vigor a dimensão teórica e o projeto político, produtos de um intelectual que soube articular e analisar não apenas as características econômicas do país, mas sim, em articular todos os aspectos históricos e econômicos do Brasil e inferi-los no contexto estrutural, articulando uma teoria independente sobre os resultados do desenvolvimento nacional².

Dessa forma, acreditamos que Furtado não pode ser considerado como um intelectual de referência apenas para a ciência econômica, mas também como uma referência para a ciência política, no momento em que influenciou projeto e governo ao formular uma proposta de futuro – vide ação da SUDENE e a elaboração do Plano Trienal – articulando as características de uma sociedade, economia e política fora das limitações estruturais do subdesenvolvimento no Brasil..

Apenas nessa fase inicial de construção e consolidação do nacional-desenvolvimentismo delimitamos três períodos para percebermos a estrutura das

² Ao longo deste trabalho iremos efetuar o cruzamento entre as teorias produzidas no campo intelectual internacional a respeito do subdesenvolvimento, tais como, as teorias de Gunnar Myrdal, Lipset e Prebisch, ao mesmo tempo em que Celso Furtado irá construir seu pensamento, de acordo com a realidade histórica, social, econômica e política do país.

obras e do pensamento furtadiano e o limiar do projeto de futuro com justiça social, quais sejam; a) período de 1930 até 1945 marcado pela forte centralização do Estado e pelo autoritarismo que se acentua no Estado Novo em 1937; b) de 1945 marcando a redemocratização pós Segunda Guerra Mundial e pelo interregno liberal do governo Dutra até a eleição de Getúlio Vargas; e c) o período que se estende da posse de Vargas a derrubada de João Goulart em 1964 marcando o fenômeno político denominado populismo e do nacional desenvolvimentismo no Brasil, que serão apresentadas ao longo do primeiro capítulo deste trabalho projetando, por assim dizer, o campo em que a teoria furtadiana fora encontrando argumentos teóricos sobre o subdesenvolvimento nacional e ao *velho marco institucional* que emperravam a construção de um projeto de Nação, com base no alargamento da democracia e na Justiça Social para o Brasil e que nos permitiram analisar a exegese entre as obras e o Plano Trienal de Celso Furtado.

Nesse ínterim, iremos privilegiar os argumentos que intrinsecamente se relacionarem com a elaboração da teoria furtadiana anterior ao golpe de 1964. A formação de um projeto que orientou econômica e politicamente o momento histórico na década de 1960 (Plano Trienal) que é, segundo hipótese de nosso trabalho houve um encontro radical entre a elaboração teórica de Furtado e um alcance político de enfrentamento inusitado. Assim, acreditamos que, tanto na teoria e no plano furtadiano, havia propostas para a construção de um projeto de desenvolvimento e de Nação, por apresentar em suas linhas, instrumentos capazes de enfrentar os setores anacrônicos da política e economia que emperravam o desenvolvimento nacional. Isto posto, nosso estudo partiu da perspectiva do intelectual e da sua influência diante da elaboração e preocupação de um projeto para o Brasil.

A teoria furtadiana reforça as perspectivas de nosso objeto central, ao desenvolver um exame acurado sobre as possibilidades políticas que poderiam afetar a modernização desenvolvimentista, parecendo pressentir o episódio de 1964³ de que regimes fechados levariam inevitavelmente ao estrangulamento econômico do país e onde afirmava desde então, que referidos regimes de tendências de direita ou esquerda poriam o Brasil na espera de sua superação econômica e à construção

³ A análise desenvolvida por Celso Furtado em *Dialética do Desenvolvimento* aprofunda sobre as diferenças entre regimes abertos (democráticos) e regimes fechados (de direita ou esquerda) na superação do subdesenvolvimento.

de um projeto para o Brasil, desmanchando a idéia de que, na condução de um projeto de desenvolvimento e de construção de um projeto de Nação, elaborada por Celso Furtado, no momento em que o Plebiscito de 1961 devolvera a Jango, a presidência, levam a crer que as hipóteses de um governo *esquerdizado* podem cair por terra⁴.

Nesse sentido, iremos demonstrar ao longo deste trabalho que as Reformas de Base, inerentes às propostas do Plano Trienal seriam assim, tanto um ajuste de contas com o passado colonial (estruturas anacrônicas, econômicas ou políticas, que entravam a passagem para o desenvolvimento no período) quanto uma proposta de futuro ao modelarem as características de uma sociedade e economia fora das limitações estruturais do subdesenvolvimento no Brasil.

⁴ Cumpre ressaltar que iremos utilizar a teoria da *causação circular* e do *princípio cumulativo* de Gunnar Myrdal (1972) para projetarmos a idéia de que Celso Furtado, ao reconhecer a teoria do subdesenvolvimento utilizou referidas teorias para entender que havia no país, a necessidade do reconhecimento histórico das questões que impediam a superação do subdesenvolvimento no Brasil, a partir de uma questão essencial diante o caso brasileiro, qual seja, ao do reconhecimento pleno sobre qual o epicentro econômico, político e social que impediam a passagem ao desenvolvimentismo nacional diante o enfrentamento e esgotamento dos setores anacrônicos do Brasil ao princípio da *causação circular* e do *princípio cumulativo* que pudesse acabar com os setores anacrônicos no país.

CAPÍTULO I

Transformações da economia nacional

CAPÍTULO I – Transformações da economia nacional.

No início de nossa pesquisa sobre a curta existência do governo de João Goulart (setembro de 1961 a março de 1964) nos deparamos com um novo problema e que, por sua vez, deveria ser analisada a natureza deste conturbado e curto período de governo sobre uma nova perspectiva que fosse central às crises estruturais no Brasil. O problema que nos referimos e que é o nosso objeto central está na análise do Plano Trienal elaborado por Celso Furtado enquanto Ministro do Planejamento do governo Jango, no ano de 1963, pelo qual acreditamos apresentar uma via oposta às crises econômicas, políticas e sociais e que vinham se esboçando no conjunto das transformações do capital internacional e do subdesenvolvimento, em especial dos países *terceiro mundistas*. Assim, ao mapearmos o referido plano de governo, percebemos a essência de um projeto de desenvolvimento e de futuro para o país, com ênfase em justiça social e de enriquecimento da democracia e, ao mesmo tempo, uma proposta antagônica aos processos de inflexão que vinham se contornando na estrutura econômica, política e social na década de 1960, enquanto hipótese do nosso objeto central, e que podem ser lidas a partir da:

intensa crise econômico-financeira; [de] constantes crises político-institucionais; crise do sistema partidário; ampla mobilização política das classes populares paralelamente a uma organização e ofensiva política dos setores militares e empresariais (a partir de meados de 1963, as classes médias também entram em cena); ampliação do movimento sindical operário e dos trabalhadores do campo e um inédito acirramento da luta ideológica de classes (TOLEDO, 2004, p. 2).

No entanto, após efetuarmos análise minuciosa do plano de Celso Furtado encontramos uma nova possibilidade e necessidade de se formular propostas que pudessem nos permitir visualizar o epicentro das crises cíclicas do desenvolvimento econômico no Brasil e aos entraves que não permitiram a construção de um projeto de desenvolvimento e de Nação, onde que, desde o processo da transição de uma sociedade baseada no modelo agrário de exportação, para uma sociedade de perfil industrial, que emerge com a Revolução de 1930 e

encontrando, na década de 1960, o *teto* das crises *conjunturais* que vinham se perfazendo e, dessa forma, percebemos a importância de iniciarmos análises das obras do autor - fazemos referência às obras *A Economia Brasileira (1954)*, *Perspectiva da Economia Brasileira (1958)* e *A Pré-Revolução Brasileira (1962)* e a *Dialética do Desenvolvimento (1964)* - produzidas anteriormente ao golpe de 1964, para a percepção analítica do pensamento e do projeto furtadiano de futuro e de desenvolvimento para a Nação, que se tornou a *espinha dorsal* e, que por sua vez reconhecia os problemas do subdesenvolvimento nacional aos processos de inflexão e, por extensão, o epicentro das propostas do Plano Trienal pelo qual, a contribuição intelectual de Celso Furtado, acerca do debate sobre o desenvolvimento e subdesenvolvimento pós 2ª Guerra Mundial é extremamente indubitável, por se manter no campo da reflexão do pensamento social brasileiro, desenvolvendo no campo teórico projetos para a superação do subdesenvolvimento a partir da percepção da questão política como produto indispensável para transformação econômica e social do país, pelo qual, fizeram do autor, não somente apenas um dos maiores intelectuais influentes no debate sobre o desenvolvimento brasileiro do período em questão, mas referência para a História e a Sociologia nacional, pouco lembrado como intelectual relevante para a Ciência Política.

Isto posto, a relação existente entre as propostas do Plano Trienal (que iremos abordar no terceiro capítulo mais nitidamente) e a *teoria furtadiana* são apontadas por esta dissertação enquanto sinônimos e, por assim dizer, o resultado da ação de um intelectual que soube articular os acontecimentos desse período histórico de plenas transformações econômicas, políticas e sociais, enquanto a *espinha dorsal* à formação de uma teoria da modernização e do desenvolvimento nacional, com ênfase em justiça social, bem como, nas próprias balizas de um projeto de futuro para o país entendido por esse trabalho, como peça central, de um intelectual que reconhecia os problemas estruturais da economia, política e sociedade nacional, que vinham sendo esboçadas ao longo do século XX, haja vista, como os episódios das disputas de modelos de organização social como o fascismo italiano e o nazismo alemão, o comunismo russo, a social-democracia na Europa e a consequência dessas disputas deflagradas na Segunda Grande Guerra e, no próprio contexto da bipolarização da Guerra Fria em que emana o momento histórico em

que o *plano furtadiano*⁵ foi elaborado e sua real influência no cenário conjuntural brasileiro. Relação esta, por assim dizer, aonde teoria furtadiana irão se fazer presentes no projeto furtadiano de enriquecimento da democracia, de modernização e de desenvolvimento e de justiça social, que serão analisados nos capítulos que se seguem.

1.1 – Questões de Método e Hipóteses de Trabalho.

O grau de multiplicidade das transformações econômicas, políticas e sociais que irá caracterizar a passagem de uma economia e sociedade baseada no modelo agrário-exportador para o modelo industrial de desenvolvimento no Brasil, tornou-se uma das chaves para que esta dissertação tornasse realidade, ou seja, com base nos acontecimentos ocorridos no cenário estrutural e, por sua vez, reflexos no conjunto das transformações da conjuntura, do período que se estende de 1930 até o Golpe Militar de 1964, podemos perceber o campo de reflexão em que Celso Furtado esteve engajado em desenvolver *teoria*, *projeto* e, ao mesmo tempo em que pode convertê-los em *ação*⁶, diante de planos políticos para a superação do atraso e do subdesenvolvimento econômico e social brasileiro.

A primeira parte deste trabalho consiste no objetivo de trilharmos quais elementos ligados aos setores econômicos, políticos e sociais e quais os pontos de estrangulamento inerente à passagem do modelo agrário exportador para o modelo industrial ligados direta ou indiretamente entre o passado colonial e o período republicano brasileiro, onde que, a partir da Revolução de 1930, que impediram a superação do subdesenvolvimento e a construção de um projeto de Nação, que serão vistas ao longo do primeiro capítulo deste trabalho e, após

⁵ É preciso esclarecer sobre a utilização de dois termos que serão aplicados constantemente neste trabalho. O significado de teoria furtadiana esta pautado sobre a produção acadêmica de Celso Furtado produzida no período anterior ao golpe, pelo qual acreditamos ser o epicentro da criação do projeto furtadiano de modernização desenvolvimentista nacional – o Plano Trienal.

⁶ Ao longo deste trabalho iremos aplicar os termos teoria, projeto e ação em Celso Furtado, que podem ser compreendidos da seguinte forma, em primeiro lugar, sobre teoria, a respeito das obras furtadianas elaboradas no período anterior ao golpe de 1964, em segundo lugar, sobre projeto, a respeito não apenas das propostas teóricas das obras furtadianas, mas da realidade em que elas se tornaram no Plano Trienal e, em terceiro lugar, sobre ação, enquanto parte da atuação política de Furtado, que pode colocar em execução teoria e projeto.

trilharmos essa primeira parte dos objetivos, partirmos para o objetivo central de tentarmos explicar porque Celso Furtado conseguiu unir elementos fundamentais em sua teoria e projeto, proposta que reconhecia a realidade e a necessidade histórica do Brasil à superação do subdesenvolvimento, bem como, diante o momento histórico ao processo de inflexão que vinham se contornando e esboçando na estrutura, propondo a ruptura, não apenas do subdesenvolvimento, mas dos setores anacrônicos na economia, política e sociedade, com o enriquecimento da democracia e de justiça social, onde será analisado a partir das obras do autor, no segundo capítulo desta dissertação, além da proposta de um projeto de futuro e de Nação para o país, que será abordada no terceiro e último capítulo referente à análise da literatura do Plano Trienal de 1962.

Celso Furtado privilegiou em sua tese duas perspectivas inapeláveis ao incorporar novas tendências e contribuições do debate intelectual mundial ao mesmo tempo em que se manteve em um campo de reflexão do pensamento social brasileiro, adequando teoria em projeto de modernização e desenvolvimento nacional frente ao antagonismo latente de Nações desenvolvidas e subdesenvolvidas do Terceiro Mundo. E, como elemento indispensável para este trabalho, projetamos sobre o período marcado pela passagem do modelo agrário-exportador para o modelo industrial, no primeiro capítulo, dois pontos fundamentais a serem analisados e reconstruídos: I – em primeiro lugar, diante do contexto histórico das transformações econômicas, políticas e sociais marcadas por referida passagem, onde iremos apontar, diante os pontos traumáticos das crises cíclicas da economia, política e sociedade, quais os elementos que não permitiram a formulação de um projeto de Nação e quais os elementos que possam afirmar a presença de setores anacrônicos na política, economia e sociedade, reflexos do *Velho Marco Institucional*⁷ ainda inerente ao novo modelo institucional que se abria com o período de 1930 no país; II – ao mesmo tempo em que, em segundo lugar e intrínseco à reconstrução deste cenário histórico, que perpassa sobre o período de 1930 até 1964, iremos apontar ainda o campo em que a teoria e o projeto furtadiano foi encontrando, diante os processos de inflexão Estrutural e Conjuntural, composição substancial ao seu posicionamento analítico e teórico.

No entanto, no campo metodológico, a abordagem proposta seguiu

⁷ Celso Furtado define *Velho Marco Institucional* como os velhos setores ligados a oligarquia que, ao perderem sua hegemonia política após os acontecimentos da Revolução de 1930.

uma trajetória que percorreu várias vezes o caminho entre a análise teórica e a análise histórica e no primeiro momento deste trabalho procuramos analisar os processos de inflexão ocorridos na estrutura mundial intrínseco às transformações econômicas políticas e sociais na estrutura nacional, e, que, de acordo a hipótese central desta dissertação, *teoria* e *projeto* furtadiano mantiveram-se atentos a referidas inflexões por moldar as características de uma sociedade e economia fora das limitações estruturais do subdesenvolvimento, propostas que, por sua vez são resultados tanto da teoria do subdesenvolvimento elaborada por Furtado ao longo de obras seminais como *A Economia Brasileira, Perspectiva da Economia Brasileira, A Pré-Revolução Brasileira e a Dialética do Desenvolvimento*, quanto de sua proposta de um modelo de desenvolvimento pautado na justiça social e na defesa da democracia, enquanto ajuste de contas com os setores anacrônicos da economia, política e sociedade que emperravam o desenvolvimento nacional no período marcado pela passagem do modelo agrário-exportador para o modelo industrial de desenvolvimento.

Cumpramos ressaltar que este trabalho não tem a pretensão de examinar a vasta produção teórica encontrada na produção acadêmica de Celso Furtado. Iremos privilegiar os argumentos que estejam intrínsecos e relacionados apenas com: I - a elaboração da teoria furtadiana anterior ao golpe de 1964, a partir da formação de um projeto que orientou econômica e politicamente o Plano Trienal; II – com o momento histórico na década de 1960 que é, segundo hipótese de nosso trabalho, o *teto* das crises na Estrutura global e na Conjuntura nacional, desassociadas com as propostas da teoria e projeto furtadiano; III – e, que o referido plano propunha a construção de um projeto de desenvolvimento e de Nação para o país, por ser capaz de enfrentar os setores anacrônicos inerentes a política, economia e sociedade que emperravam o desenvolvimento nacional desde o marco inicial da *Revolução Industrial Brasileira*⁸, na década de 1930, diante as conjunturas históricas acerca das inclinações e tendências da democracia populista, partidos e

⁸ O termo *Revolução Industrial Brasileira*, utilizado por Bresser Pereira (1972) será empregado neste trabalho para analisarmos os momentos históricos das fases de industrialização no Brasil e os momentos históricos da tentativa de superação do subdesenvolvimento ao desenvolvimento e modernização no país, haja visto que, este termo não tem a ver com a Revolução Industrial, principalmente a inglesa, por determos fases de industrialização totalmente dissonantes com as fases de *revolução* em que os países europeus passaram. Sendo assim, iremos empregar este termo para analisarmos apenas o momento em que o Brasil passou a atuar sobre a “*revolução*”, partindo para seu próprio processo revolucionário em meio aos anacronismos existentes e que serão apontados tanto pela teoria e projeto furtadiano.

políticos e sobre a contenda da Guerra Fria, demonstrando as metas antagônicas que irá compor o Plano Trienal, a partir da *Teoria, Projeto e Ação* de Celso Furtado, em relação aos processos de inflexão na Estrutura e Conjuntura⁹.

É de suma importância destacarmos que, não queremos preconizar sobre as causas da Revolução de 1930, ou seja, não queremos investigar se as causas que levaram à origem desse processo histórico estiveram pautadas diante a articulação do Movimento Tenentista e/ou sobre a articulação dos setores oligárquicos que estavam de “fora” da chamada *Política do Café-com-Leite* e dos demais aparelhos institucionais de controle ao desenvolvimento nacional criados pelos interesses do *Estado Oligárquico* (SKIDMORE, 1979); almejamos apenas destacar reflexões sobre o princípio histórico onde os processos das transformações e modificações na estrutura econômica e social no país se tornaram mais agudos e profundos (em 1930), marcados pela substituição das importações que vinham ocorrendo, desde a eclosão da Primeira Guerra Mundial, em 1917, e que encontram no período da grande depressão da produção industrial global em 1929, novos contornos para transição e modificações dos hábitos sociais a partir do meio rural para o meio urbano em curso no país e (CARDOSO, 1993), que encontraram na Revolução de 1930, um marco inapelável para o novo modelo institucional político que se iniciava de forma antagônica a política institucional do Estado Oligárquico no país.

Assim, mesmo com as transformações que marcaram inicialmente no período de 1930, os percalços do processo histórico da modernização das relações capitalistas que inferiram nas alterações das relações de trocas internacionais e da produção interna no território brasileiro, não resolveram a condição do *capitalismo periférico* dependente (mesmo tendo gerado novos hábitos sociais referentes ao crescimento urbano, em virtude das transformações econômicas que espelharam as modificações na estrutura social) esboçando, por assim dizer, as trilhas que seriam percorridas diante momentos históricos dos processos de inflexão, que não foram esgotados¹⁰ e, que, por sua vez, encontraram

⁹ Ao denominarmos *Teoria, Projeto e Ação* de Celso Furtado, almejamos demonstrar ao longo deste trabalho, a produção e essência intelectual acadêmica do autor sobre a superação do subdesenvolvimento nacional, com projeto à essa superação (Plano Trienal) e, na atuação política de Furtado.

¹⁰ Não podemos olvidar sobre a continuidade desses processos de modernização acelerada no Brasil como o Estado Novo em 1937, os novos interesses burgueses que serão fracionados de acordo com os meandros da produção interna e externa, do Populismo da “República Liberal” e do surgimento e

na década de 1960, um limite, o *teto* do desenvolvimento tardio e de processos sociais de modernização acelerada, e por extensão, instável e traumática¹¹, onde etapas do desenvolvimento são queimadas pela substituição do modelo agrário, pelo industrial de produção.

Teoria e projeto furtadiano são resultados da análise teórico-institucional de Furtado, acerca do subdesenvolvimento da América Latina e, em especial do subdesenvolvimento brasileiro, onde fez parte, de 1950 a 1964, da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) e integrando organismos governamentais como o Grupo Misto BNDE – CEPAL (Banco Nacional de Desenvolvimento e a CEPAL), do Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO), da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), e do Ministério Extraordinário do Planejamento do governo Jango¹². Dessa forma, teoria e projeto de Celso Furtado tornam-se produto da ação teórico-institucional do autor e reforçam as perspectivas de nosso objeto central, ao desenvolver um exame acurado sobre as possibilidades políticas, vivenciadas pelo autor junto aos órgãos institucionais mencionados, as *causações circulares*¹³ negativas que poderiam afetar a aposta na modernização e desenvolvimento do país, parecendo pressentir o episódio de 1964¹⁴ de que, “regimes fechados levariam inevitavelmente ao estrangulamento econômico” (CEPÊDA, 2001, p. 169) e de todo o aparato institucional criado no país, ao longo do período 1930-1964, e que levariam a obstrução da proposta de um projeto para a Nação e de superação do subdesenvolvimento no *teto* das crises da década de 1960. Furtado afirmava, desde então, que referidos regimes de tendências de direita ou esquerda poriam o Brasil na espera de sua superação econômica, desmanchando a idéia de que, na conduta de uma pasta de governo, elaborada por

das influências dos setores técnicos diante as decisões políticas. Todos esses fatores interligados formaram o palco para as produções intelectuais do período acerca do desenvolvimento nacional.

¹¹ Sobre os processos de modernização e política das democracias ver MOORE, Barrington Jr. As origens sociais da ditadura e da democracia - Senhores e camponeses na construção do mundo moderno. São Paulo: Martins Fontes, 1983.; e HUNTINGTON, Samuel. A ordem política das sociedades em mudança. Rio de Janeiro: Forense Universitária; São Paulo: EDUSP, 1975.

¹² Um levantamento das atuações de Celso Furtado em órgãos institucionais pode ser vistos na obra de Carlos Mallorquin (Celso Furtado: Um retrato intelectual).

¹³ Ao longo deste trabalho, iremos destacar a influência e o aprofundamento da teoria das *causações circulares* de Gunnar Myrdal (1974), na teoria furtadiana, quando Furtado irá articular a perspectiva das *causações particulares* e *desassociadas* ao desenvolvimento de cada Nação, em especial a dos países de terceiro mundo da América Latina e do Brasil.

¹⁴ A obra de Celso Furtado *Dialética do Desenvolvimento* (1964) é um exame acurado sobre as antagônicas concepções de Regimes Abertos (democráticos) e Regimes Fechados (de direita ou esquerda) que delinham como barreiras institucionais para a superação do subdesenvolvimento.

Furtado, no momento em que o Plebiscito de 1961 devolvera a João Goulart, a presidência, levam a crer que, as hipóteses de um governo *esquerdizado* podem cair por terra, em virtude de duas prerrogativas primordiais inerentes a *teoria, projeto e ação* de Celso Furtado¹⁵: ao Planejamento e Projeto de Futuro e de enriquecimento do Estado Democrático para o Brasil¹⁶ propostas neste governo.

1.2– A teoria furtadiana e o colapso do modelo agrário-exportador.

Ao longo do processo que irá caracterizar o colapso da economia e sociedade agrário-exportadora e a transição para uma economia e sociedade de perfil industrial no Brasil, entre as décadas de 1930 a 1960, três subdivisões devem ser apontadas como estágios dessa passagem, para projetarmos à luz dessa pesquisa, a existência de pontos traumáticos diante o *teto* das inflexões *estruturais* e *conjunturais* na década de 1960, geradas ao longo desse período, frente aos limites do desenvolvimento industrial tardio no país, como produto condicionante à elaboração da teoria e do projeto furtadiano. Podem ser descritos esses períodos da seguinte forma: 1º - período de 1930 até 1945 marcado pela forte centralização do Estado e pelo autoritarismo que se acentua no Estado Novo em 1937; 2º - de 1945 marcando a redemocratização pós Segunda Guerra Mundial e pelo interregno liberal do governo Dutra até a eleição de Getúlio Vargas; e 3º - ao período que se estende à posse de Vargas a derrubada de João Goulart em 1964 marcando o fenômeno político denominado *Populismo* e do nacional desenvolvimentismo¹⁷.

O primeiro período, segundo Bresser Pereira (1972) marca o início

¹⁵ A obra de Celso Furtado *Dialética do Desenvolvimento* (1964) é um exame acurado sobre as antagônicas concepções de Regimes Abertos (democráticos) e Regimes Fechados (de direita ou esquerda) que delinham como barreiras institucionais para a superação do subdesenvolvimento.

¹⁶ No decorrer desse trabalho, o estudo minucioso das obras *A Economia Brasileira* (1954), *Perspectiva da Economia Brasileira* (1958) e *A Pré-Revolução Brasileira* (1962) e *Dialética do Desenvolvimento* (1964) de Celso Furtado, refletem sobre esses dois princípios fundamentais de Planejamento e Projeto de futuro e Estado Democrático, enquanto paradoxo às justificativas do Golpe Militar conservador de 1964 às propostas do Plano Trienal.

¹⁷ Tomamos como empréstimo a subdivisão elaborada por Vera Alves Cepêda (1998) e, onde há um consenso entre inúmeros autores acerca dessa subdivisão e, que são utilizados como referências fundamentais à essa pesquisa, entre eles podemos citar Bresser Pereira (*Desenvolvimento e Crise no Brasil – 1972*) e Ricardo Bielschowsky (*Pensamento Econômico Brasileiro: O ciclo ideológico do desenvolvimentismo - 2004*).

da *Revolução Industrial Brasileira*, marco inapelável para o processo que irá conduzir às alterações nas bases da sociedade e economia no Brasil, direcionadas pelo Estado, foco imprescindível deste capítulo, para que possamos descrever e apontar os elementos institucionais criados e a forma em que foram criados diante a égide de *novas* e *velhas* permanências econômicas, políticas e sociais anacrônicas, de acordo Celso Furtado. Nesse sentido, dois fatores podem ser lidos como propulsores dessa transição, e apontadas por Bresser Pereira, em primeiro lugar, sobre a conjugação da “oportunidade econômica para investimentos industriais, proporcionada paradoxalmente pela depressão econômica, e a Revolução de 1930” (BRESSER-PEREIRA, 1972, p. 35). Sendo assim, a importância que confere ao primeiro período, em segundo lugar “é o fato de ter apeado do poder a oligarquia agrário-comercial brasileira, que por quatro séculos dominou o Brasil” (BRESSER-PEREIRA, 1972, 35).

Dominação oligárquica atribuída à história econômica, política e social no país, que encontrou na Revolução de 1930 o princípio do colapso da economia de perfil colonial e seu desmantelamento nessas esferas de dominação, como afirma Fernando H. Cardoso de que:

perderam prestígio e poder os setores agrários tradicionais que não se redefiniram em função da forma como se dá a nova expansão do mercado e a reorientação da política econômico-financeira (CARDOSO, 1993, p. 55).

As afirmações de Bresser Pereira e de Fernando Henrique Cardoso parecem confundir-se acerca da “*perda de prestígio*” e “*de poder*” da oligarquia, onde foram “*apeadas*” dos processos da política econômica e financeira nacional, inerentes à economia, política e sociedade, se comparadas à análise da teoria furtadiana de que, um dos setores anacrônicos do país que emperravam o desenvolvimento e fechamento de um projeto de Nação era o próprio setor oligárquico, expressão, não de uma ruptura de poder e nem mesmo de prestígio perante a economia, política e sociedade, por haver diálogo entre este setor da economia e sociedade, diante o Estado pós 1930, acerca da política de proteção ao café, principal produto de exportação desse contexto, no mercado global.

Ao afirmarmos que ocorrera o *fim* do prestígio e de poder, seria o

mesmo que negarmos a influência direta do poder oligárquico anacrônico¹⁸ sobre o conjunto da economia, política e sociedade, diante o *teto* dos processos de inflexão conjuntural, na década de 1960, primordialmente sobre a questão agrária, um dos principais setores anacrônicos que deveriam passar por reformas estruturais, presente tanto nas obras, como no Plano Trienal de Furtado, onde dever-se-ia eliminar “progressivamente os entraves de ordem institucional, responsáveis pelo desgaste de fatores de produção e pela lenta assimilação de novas técnicas, em determinados setores produtivos” (PLANO TRIENAL, 1962, p. 8).

Ao observarmos em conjunto à importância da Revolução de 30, podemos apontar sobre ela a eclosão de uma nova orientação política, econômica e social no país, enquanto o esboço inicial das transformações estruturais no país e que irá encontrar em 1964, o *teto* das crises econômicas, políticas e sociais, contornadas ao longo do período da década de 1930 e subjacentes as inflexões *Estruturais* salientadas anteriormente a partir do momento histórico em que ocorreram substanciais alterações no quadro das importações em solo nacional, gerando pela necessidade de consumo de bens de produção, a “oportunidade” para que investimentos industriais fossem feitos no país¹⁹.

Outro ponto que chamou a atenção estaria, não apenas, no foco das conseqüências observadas nesse período, enquanto pontos de inflexão diante do declínio do poder e de prestígio dos grandes latifundiários agrário-exportadores, mas também, no debate²⁰ gerado em torno dos motivos que deram origem à Revolução

¹⁸ Cumpre ressaltar que o termo *anacrônico* empregado é resultado da análise de Celso Furtado sobre os estratos da sociedade ligados ao setor agrário, que se mantinham diante um sistema de forças que puxavam para o modelo do passado colonial, para os interesses do modelo agrário exportador e, portanto, contrários a modernização diante o desenvolvimento econômico através da industrialização no Brasil. Para maiores reflexões ver FURTADO, C. Formação Econômica do Brasil. 4. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

¹⁹ Ao longo de nossa pesquisa, percebemos contradições de interpretações acerca desses três pontos, como fatos distintos de análise. Ambos os pontos e interpretações se completam, e não devem ser subdivididas como pontos isolados de análise. No âmbito de que nova orientação política, econômica e social se impulsionaram, foi observada e criticada por Celso Furtado (A Pré-Revolução Brasileira - 1962 - e Dialética do Desenvolvimento - 1964), Bresser Pereira (Desenvolvimento e Crise no Brasil - 1972), Fernando Henrique Cardoso (O Modelo Político Brasileiro - 1993), Ricardo Bielschowsky (Pensamento Econômico Brasileiro: O ciclo ideológico do desenvolvimentismo - 2004) e Vera Cepêda (Raízes do pensamento político de Celso Furtado - 1998).

²⁰ Toda produção acadêmica acerca dos fatores negativos ou positivos das ações políticas do Estado no Brasil podem ser percebidas, com maiores intensidades, a partir da segunda metade da década de 1940 e, ao longo da década de 1950, onde instituições públicas e privadas, a partir de publicações de obras e artigos, mapeavam os estágios do desenvolvimento nacional como a FGV (Fundação Getúlio Vargas), ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), IPES (Instituto de Pesquisas Especiais para a Sociedade), IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) e, que iremos abordar sobre essas instituições no decorrer dos próximos pontos, desse capítulo.

como resultado de um processo de descontentamento de vários setores políticos e sociais e sobre a possibilidade existente de poder classista hegemônico em substituição de o antigo poder latifundiário-exportador, capaz da condução desse processo transitório. Dessa forma, pode-se atribuir, como epicentro dessas indagações, os interesses da burguesia industrial, com coesão capaz de conduzir esse processo de transição (tendo como interesses de projetar à Nação, a industrialização, na forma de desarticular a velha estrutura agrário-exportadora do sistema econômico e político nacional)? Em primeiro lugar, o processo que irá culminar na Revolução de 1930 (mesmo que não esteja relacionado aos nossos objetivos, mas que, de certa forma é imprescindível esboçar o seu levantamento para entendermos o sentido dos setores anacrônicos da política, economia e sociedade, ao longo deste trabalho) é entendido por esta dissertação como o resultado do descontentamento de forças políticas e econômicas, por não terem e serem representadas pela estrutura política agrário-exportadora da república oligárquica, entre elas, as oligarquias voltadas ao comércio interno, onde, aliadas aos militares, delinearam um novo rearranjo às forças políticas nesse período. Assim, não há como afirmar, como propósitos à Revolução, interesses de um único setor da sociedade, mas, sobre setores e que, somente ao desenrolar desse novo rearranjo durante os anos 1930, poderiam ser apontados em qual direção referidos setores e o próprio Estado caminhariam. Em segundo lugar, a estrutura e o Sistema Político oligárquico tornaram-se o epicentro a serem desamarrados e, o foram, a partir do Estado, no curso do período 1930-45, contornando os interesses de setores da sociedade, referentes a oligarquia agrário-exportadora e comercial dissidentes, dos militares, dos industriais e dos setores urbanos e não sobre um ou outro setor isolado, investido por um certo grau de coesão e de articulação em forma de projetos de superação ao subdesenvolvimento e de um projeto de Nação. Reflexões indispensáveis sobre essas questões foram observadas por Celso Furtado, ao afirmar que:

com a decadência das atividades agrícolas de exportação e o desenvolvimento de um setor industrial urbano, surgiram novas bases para a atividade política. A classe empresarial-industrial e as organizações de operários e empregados passaram a ter participação crescente nos movimentos políticos. Contudo, a participação dessas novas forças tem sua eficácia reduzida pela rigidez do velho marco institucional, que assegura o

controle de parcela substancial do poder aos grupos representativos da velha estrutura [agrária] (FURTADO, 1964, p. 110).

E é sobre o mesmo *velho marco institucional* que emperrava o desenvolvimento de novas forças sociais que Furtado irá centralizar em suas obras, em primeiro lugar diante a análise econômica e social que geram todo o aparato histórico e/ou situação histórica ao lugar importante, enquanto correção, das instituições políticas e, por conseguinte, sobre o percurso histórico do subdesenvolvimento nacional e as *brechas históricas* a sua superação (nas obras *A Economia Brasileira (1954)*, *Perspectiva da Economia Brasileira (1958)* e *A Pré-Revolução Brasileira (1962)*, *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento (1963)* e *a Dialética do Desenvolvimento (1964)*), ao refletir sobre a necessidade de se reconhecer as causas históricas do subdesenvolvimento brasileiro, diante do *velho marco institucional* que delegava forças substanciais de poderes às velhas estruturas oligárquicas do país, como resultado dos processos históricos do curso da Revolução de 1930, ao mesmo tempo em que os marcos da *Revolução Industrial Brasileira* eram delineados pela centralização e conduta do Estado.

No entanto, ao mesmo tempo em se esboçava uma nova estrutura institucional sobre o período da transição 1930/45, podemos destacar a tese de Sonia Draibe de que a:

centralização política do pós-30 se processa através da edificação de um aparelho burocrático-administrativo de intervenção, regulação e controle, que organiza em bases novas o 'interesse geral' e a dominação social (DRAIBE, 1985, p. 61)

E ainda, de acordo com a teoria de Sonia Draibe, nesse período foi se “corporificando na própria ossatura burocrático-administrativa a diversificação e a desigualdade social” (DRAIBE, 1985, p. 61), a partir do novo modelo político e econômico e na sua capacidade centralizadora do corpo econômico-corporativo, onde a essência do *novo* se entrelaçava na essência do *velho marco institucional* salientado por Furtado como elemento anacrônico que iria compor um dos setores do subdesenvolvimento nacional (FURTADO, 1964).

Isto posto, para manutenção de um diálogo ainda mais fecundo acerca dessas questões e que envolvem sobre qual setor e atores responsáveis

pela condução do período de 1930/45, dificilmente poderia ser atribuída à burguesia industrial um grau de coesão suficiente na conduta transitória entre a substituição hegemônica de classes no período em questão, em virtude do *velho marco institucional* que emperrava o desenvolvimento de novas forças sociais no período da Revolução de 1930 e posteriormente a esse período²¹, em virtude dos industriais do período não apresentavam projetos que pudessem verdadeiramente se converter em planos para uma nova organização econômica de acordo com o grau de atuação política que foram adquirindo no decorrer desse processo e não anteriormente a ele²².

Dessa forma, o *teto* das crises *conjunturais* e *estruturais* na década de 1960, se observado de forma retrospectiva:

chega-se a conclusão de que nosso desenvolvimento resultou muito mais de uma imposição histórica do que da tomada de consciência da realidade nacional pelos homens que dirigiram o país (FURTADO, 1962, p. 65).

Ou seja, o novo aparelho burocrático que fora formado no primeiro período da *Revolução Industrial Brasileira* não estruturou projetos sobre o real desenvolvimento industrial e suas conseqüências à economia e sociedade, com base na conscientização político-administrativa aos processos de inflexão da *Conjuntura* nacional e da *Estrutura* internacional.

Celso Furtado, afirma ainda que o período da industrialização brasileira ocorrera de forma acidental, “uma industrialização de tabela, conseqüência indireta de uma política inspirada no propósito de preservar a velha economia de exportação em crise” (FURTADO, 1962, p. 65), onde economia e sociedade foram moldadas sem projeto organizados, ocorrendo à revelia em qualquer direção, numa clara mostra de efeito não intencional, tendo sobre essa tarefa, a conduta sobre forte centralização do Estado do planejamento nacional desenvolvimentista (articulando,

²¹ Além da ausência de projetos e por não expressarem em si, nítida consciência classista havia, também, uma incoerência entre quem ou não apoiar na conduta do executivo para garantir seus interesses, levando em consideração o apoio remetido aos atores políticos paulistas vitoriosos nas eleições presidências de 1930 e depostos pelos revolucionários. Ver FAUSTO, Boris. *A Revolução de 30*. SP: Brasiliense, 1972. Outro ponto de extrema importância sobre o velho marco institucional nas análises de Celso Furtado está sobre a tese de que esse setor anacrônico se estendeu até o momento máximo das inflexões da *Conjuntura* nacional na década de 1960 e que não havia sido eliminado, na obra *Dialética do Desenvolvimento* (1964) e que serão analisadas por esse trabalho no capítulo 2.

²² Cepêda, 2005

ainda, com os setores ligados à exportação o processo de socialização das perdas do café) ideologicamente autoritário a frente da “*organização*” do desenvolvimento industrial nacional, eclodindo nesse período novas bases para a atividade política da classe empresarial-industrial e das organizações de operários e empregados (FURTADO, 1958) e, não anteriormente a esses fatos, contribuindo de forma intensa, o esboço de setores da sociedade com pretensões distintas ao rumo do desenvolvimento e da modernização nacional pela burguesia mercantil, burguesia industrial, tecnoburocracia e trabalhadores urbanos sendo os atores das interpretações sobre o Brasil (BRESSER-PEREIRA, 1972).

Para darmos seqüência a linha de raciocínio do parágrafo anterior, enfatizaremos o porquê de *organização* estar entre aspas. Para justificarmos o setor industrial inerente à *teoria do acaso* de Furtado, que corresponde aos fatores ligados no legado industrial nacional, desde a Primeira Grande Guerra, onde ocorrera pela *imposição histórica*, à substituição de importações, pela produção industrial incipiente nacional, em virtude das crises estruturais das paralisações industriais dos países em conflito e exportadores do Brasil e, não pela iniciativa e/ou interesse político de construir e consolidar no país um projeto industrial e de desenvolvimento nacional.

No entanto, para que os estratos sociais pudessem suprir as necessidades industriais antes oriundas, em sua grande maioria, das importações, uma indústria, mesmo que incipiente, deveria ser formada em território nacional e, o processo inflacionário e a desvalorização da moeda brasileira contribuíram indiscutivelmente para o encarecimento das importações formando, por assim dizer, o palco para que a Revolução de 1930 promovesse no país, a partir da adoção do plano de *substituição das importações*, a sua trajetória²³. Assim, o período inicial da *Revolução Industrial Brasileira* ou de acordo Celso Furtado:

a etapa intermediária de desenvolvimento caracteriza-se, assim, por modificações substanciais na composição das importações e por uma maior dependência do processo de ampliação da capacidade produtiva com respeito ao comércio exterior. A ampliação da capacidade para importar constitui, também nessa etapa, forte estímulo ao desenvolvimento da economia. Sem embargo, pelo fato de que a procura externa já não é o principal fator determinante do nível de renda, o

²³ Para maiores esclarecimentos sobre o processo industrial brasileiro ver FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

crescimento pode continuar mesmo com estagnação da capacidade de importar. Em tais condições, entretanto, é de esperar que o desenvolvimento seja acompanhado de forte pressão inflacionária. Essa pressão é tanto maior quanto mais amplas sejam as transformações requeridas na composição das importações pelo desenvolvimento, transformações essas que refletem o grau de dependência do processo de capitalização com respeito à importação de equipamentos (FURTADO, 2007, p. 324-325).

O processo de centralização e autonomização do Estado, frente às oportunidades *estruturais* descritas acima são os pontos necessários para compreensão de que, não havia possibilidades da classe burguesa industrial postular um projeto de Nação e, principalmente por não haver organização nesse setor da sociedade, elemento indispensável para isso.

A necessidade de se formar um palco industrial, em virtude das necessidades impostas pelos fatores *Estruturais* mundial, não se relacionam com os interesses dos setores industriais, mas sim, da tomada de consciência em que este e outros setores da sociedade e seus atores engendrariam no percurso e conjunto da Revolução de 1930, onde o estado foi peça fundamental e responsável pela inserção destes “novos atores no universo restrito das elites dirigentes do país” (BIELSCHOWSKY, 2004, p. 249) e, ainda, porque somente no decorrer das décadas de 1940 e 50 pode-se assinalar o momento em que toma forma à ideologia do capitalismo industrial no país que vinha desde o Império ocorrendo de forma desarticulada e desamarrada, como havia ressaltado Roberto Simonsen, de acordo em uma de suas obras, elaborada no calor das conseqüências geradas pelas crises da grande depressão de 1929, bem como, às vésperas da Revolução de 1930, em afirmar que, “si temos sentido grandes depressões oriundas de poderosos factores externos que escaparam ao controle, muitas vezes temos agravado, com a nossa inépcia, a actuação desses mesmos factores” (SIMONSEN, 1929, p. 31, sic), ou seja, a respeito das grandes depressões de que fala o autor, não seriam apenas às conseqüências das inflexões *Estruturais* da 1ª Guerra e da Crise de 1929 para o Brasil, mas, em relação às maiores crises que o país enfrentava recaiam sobre a égide das “falhas em nossa organização [política] administrativa, [por existir] uma *interdependencia inilludivel* [sic] entre a direção dos negócios públicos e o curso geral da economia privada” (SIMONSEN, 1929, p. 31) e que se manteria de forma oposta aos mecanismos institucionais da política das velhas oligarquias

republicanas, mas apresentando, ao longo do período 1930-45, formas que delineavam a permanência deste setor no *velho marco institucional*, enquanto um dos setores anacrônicos da sociedade e, preconizado por Furtado, no bojo de sua *teoria e projeto* e que deveriam ser superados para o desenvolvimento brasileiro.

Dessa forma, o período que se estende de 1930 até 1945 foi marcado por constantes transformações e crises que perpassam por movimentos políticos, econômicos e sociais no cenário global, como o surgimento do nazifascismo²⁴, da crise do liberalismo econômico e à própria deflagração bélica da Segunda Grande Guerra, marcando nesse contexto, no conjunto dos fatores *estruturais*, sobre a *Conjuntura* nacional, dois pontos importantes, quais sejam, em primeiro lugar, o deslocamento do “*centro dinâmico da economia*” em relação à velha estrutura oligárquica exportadora hegemônica e, em segundo lugar, sobre a forma em que iria se articular a política econômica ao controle dos processos de inflexão das crises *estruturais* no globo. Em relação ao primeiro ponto, com a alteração do “*centro dinâmico da economia*”, pelos efeitos das crises cíclicas no mundo, desencadearam no Brasil, àquilo que Furtado denominou de *industrialização de tabela* e, na *industrialização irônica* precedida pelas necessidades históricas e distantes da tomada de consciência do governo. Mas, diante todas estas análises, vale ressaltar, que para Celso Furtado, como em qualquer país, onde se reconheça a necessidade de se implementar o capitalismo industrial como metas à superação do atraso e ao subdesenvolvimento, há impreterivelmente, a necessidade de se conhecer a complexidade das estruturas históricas em são formados processos anacrônicos de superação ao *modelo arcaico* de produção, ou seja, cada país detêm mecanismos particulares e estruturas substanciais antagônicas próprias, para que se possa trilhar metas à superação ao atraso e ao subdesenvolvimento e criando, por assim dizer, metas e interesses distintos entre setores da sociedade à inserção na divisão internacional do trabalho ou em disputas diretas diante o controle de um ou outro setor social, para o controle político e econômico de cada país no mundo. Em relação ao segundo ponto, seis órgãos foram criados ao longo do período 30/45 no governo de Getúlio Vargas, dando vazão à crescente atividade científica e intelectual aos problemas inerentes a esse período para viabilizar, segundo Bielschowsky:

²⁴ Ver ARENDT, Hannah. Entre o passado e o futuro. São Paulo: Perspectiva, 1972.

a questão da defesa da economia nacional e de sua estruturação de forma a minimizar a vulnerabilidade às crises internacionais... a respeito da viabilidade de um processo auto-sustentado de criação de riqueza com base na industrialização (BIELSCHOWSKY, 2004, p. 254).

Referimos-nos a órgãos institucionais como o DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público - 1938), CFCE (Conselho Federal do Comércio Exterior – 1934), CTEF (Conselho Técnico de Economia e Finanças – 1937), CME (Coordenação de Mobilização Econômica – 1942), CNPIC (Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial – 1944) e CPE (Comissão do Planejamento Econômico – 1944) foram criados sobre a perspectiva de sanar os problemas apresentados pela vulnerabilidade estrutural da econômica nacional diante as crises *estruturais* mundial, do período, para o Brasil, com enfoque técnico de dentro do Estado (ao mesmo tempo em que surgiam novas estruturas e modificações acadêmicas no país com a formação de novas faculdades)²⁵. Mas, um ponto importante sobre esses órgãos técnicos criados *dentro* do aparelho burocrático do Estado, pode ser expresso e explicado por Celso Furtado no âmbito de que não projetaram para a Nação, o que de mais importante deveria ser feito para superar qualquer tipo de crise, por um país, em meio de conflitos e inflexões global, ou seja, de que seria:

necessário ter em conta que, tratando-se de uma industrialização substitutiva de importações, os investimentos se vinham fazendo em função de uma demanda preexistente, mesmo que esta se apresentasse em estado de virtual, em razão das restrições impostas às importações (FURTADO, 1968, p. 29).

A industrialização não fora conduzida, de acordo com Furtado, ao desenvolvimento auto-sustentado perdendo todo seu dinamismo pela impropriedade de que “faltava à economia brasileira um mínimo de autonomia para se desenvolver sem o concurso da importação de bem de capital” (BRESSER-PEREIRA, 1972, p. 42) mesmo tendo criado órgãos e, corpo de técnico-burocrata para essa finalidade. No entanto, órgãos e corpos de técnico-burocrata, incumbidos de pensar a economia diante de colapsos globais, não projetaram sobre o futuro o

²⁵ BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento Econômico Brasileiro: O ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004, p. 254.

imprescindível, “mais uma vez, a assimilação do progresso técnico” (FURTADO, 1968, p. 30) era “reflexo da ação de outros fatores dinâmicos” e “não a causa primária do desenvolvimento” (FURTADO, 1968, p. 30) brasileiro.

Ao longo desse período, a construção de um parque industrial, sem projetar sobre ele assimilações técnicas enquanto equação de problemas futuros para a competição com mercados internacionais, onde o centro das decisões entre sistema produtivo nacional seja estatal ou privado e de filiais de empresas multinacionais montadas no país, ao longo do primeiro período, ficaram a mercê de decisões externas com o advento da bipolarização mundial pós 2^o Guerra, observadas por Celso Furtado como o “*divisor de águas*” entre desenvolvimento e subdesenvolvimento²⁶.

Vale ressaltar que Furtado não dispensava atenções sobre o “real crescimento e desenvolvimento econômico de base industrial” (CEPÊDA, 2001, p. 173) que ocorrera no país, mas entendia que deveriam ser projetadas sobre ela, atenções importantes como:

proteção, planificação e incentivo do Estado em relação ao setor industrial; geração de políticas econômicas que estimulasse mudanças de hábitos de consumo; superação da arcaica ocupação fundiária; mudanças na distribuição de riqueza como meio de aquecer e expandir o mercado interno; diminuição das desigualdades regionais, entre outros itens (CEPÊDA, 2001, p. 173).

Fazendo um paralelo à obra furtadiana, Samuel Huntington (1994), em meio aos seus estudos a respeito do *Choque das Civilizações* e a recomposição da ordem mundial, mostra que assim como visto nos períodos estudados referentes ao Plano Trienal e a sua inflexão estrutural, destacam-se os processos de industrialização, melhoria dos índices humanos, mobilidade social, entre outros frente aos estudos aplicados desde a década de 1930 no desenvolvimento da economia brasileira. Para tanto, o presente autor fornece dados de veemência para os desdobramentos daquilo que Furtado se refere como desenvolvimento socioeconômico de uma economia emergente. Myrdal (1972), afirmava que sobre o desenvolvimento capitalista que durante a de década de 1930 tornava-se evidente e,

²⁶ Os acontecimentos gerados pelo primeiro período da Revolução Industrial Brasileira e as críticas projetadas a ele podem ser vistas em FURTADO, C. A Economia brasileira. Rio de Janeiro: A Noite, 1954.

de uma forma geral, os desequilíbrios regionais de grandes concentrações econômicas contribuíram para que fossem adaptadas políticas de desenvolvimento regional a nível nacional e na contramão dos pressupostos liberais, onde o mesmo autor afirmava em suas considerações a respeito da economia mundial que os desequilíbrios econômicos tendiam ao crescimento do efeito “*laissez faire*” (MYRDAL, 1972).

1.3 Teoria e Projeto furtadiano na década de 1950

Em contraposição à primeira, a segunda fase da industrialização no Brasil, de acordo Bresser Pereira (2000), irá marcar o campo ideológico do pensamento social brasileiro aonde irá se desvincular da preocupação exclusiva com a centralização política do Estado, dando “vazão ao surgimento de consistentes argumentações em favor da industrialização e da questão econômica como problemas políticos fundamentais” (CEPÊDA, 1998, p. 15).

E é no campo intelectual que serão projetadas sustentações, coerências e argumentações de projetos desenvolvimentistas sobre outros ficando evidente que, os planos criados nesse período, em prol de minimizar vulnerabilidade aos fatos ocorridos ante a proteção da estrutura econômica e social arcaica do país e, aos projetos de planejamento de alcance nacional, para superação de problemas de natureza estrutural, não obtiveram resultados esperados²⁷. E, nesse íterim (entre as décadas de 1950 a 1960), que serão elaboradas teoria e projeto à inegável importância intelectual de Celso Furtado, para soluções dos problemas gerados pela industrialização brasileira no país, alcançando grandes projeções por incorporar as novas contribuições da produção intelectual mundial acerca dos principais aspectos determinantes ao desenvolvimento e subdesenvolvimento gerados pela pós-

²⁷ Vale ressaltar que, ao longo do período pós-1930, dois debates teóricos foram formados. Principalmente na década de 1940, Eugenio Gudín e Roberto Simonsen debateram sobre qual modelo de desenvolvimento econômico deveria passar o Brasil. Gudín entendia que a vocação agrária levaria a nação ao desenvolvimento, enquanto Simonsen apontava que o país não iria atingir o desenvolvimento econômico sem antes ultrapassar os limites da economia de perfil agrário-exportador para a fase industrial analisadas pelo trabalho de Ricardo Bielschowsky (Pensamento Econômico Brasileiro O ciclo ideológico do desenvolvimentismo).

segunda guerra²⁸, de acordo com a realidade nacional e, ao construir um modelo possível de futuro para o país, à superação de desafios para o término desse processo iniciado em 1930, diante um modelo de desenvolvimento pautado na justiça social e na defesa da democracia enquanto acerto de contas com o passado (estruturas anacrônicas econômicas e políticas, que entravavam a passagem para o desenvolvimento), quanto uma proposta de futuro ao estruturar as características de uma sociedade e economia fora das limitações *estruturais* do subdesenvolvimento, mesmo ocorrendo o amadurecimento das relações industriais produtivas da industrialização no país²⁹, se mantendo no campo da reflexão do pensamento social brasileiro, e enquanto epicentro formador de um dos projetos políticos mais ousados capaz de cortejar a condução do processo de transformação econômica, política e social, no início da década de 1960 - o Plano Trienal -, resultado da *teoria e ação* de Celso Furtado diante pontos nevrálgicos das transições e inflexões na *Estrutura e Conjuntura* política, econômica e social ocorrida mundo e no Brasil³⁰.

A existência de projetos de Nação capazes de solucionar a possibilidade de um futuro de independência econômica e/ou de superação do subdesenvolvimento, diante o mercado externo, de todo um palco industrial formado no período 1930-1964 no país, mesmo tendo como premissas e/ou metas apresentadas o “meio de superar a pobreza ou de reduzir a diferença” e “de atingir independência política e econômica através de crescimento econômico auto-sustentado” (BIELSCHOWSKY, 2004, p. 11), que não foram providas, contribuíram para eclosão de um imenso debate intelectual, sobre qual modelo de desenvolvimento industrial deveria ser adotado no Brasil, para solução dos problemas da herança industrial incompleta do período, entre duas principais

²⁸ Celso Furtado recebeu fortes influências teóricas de John Maynard Keynes (Teoria geral do emprego, do juro e da moeda – 1992) (mesmo que os maiores legados teóricos nas obras de Furtado possam ser percebidos com maiores intensidades nas obras de Ragnar Nurkse – NURKSE, Ragnar. “A formação de capital em países subdesenvolvidos”, Revista Brasileira de Economia. Rio de Janeiro: FGV, 1951. – e de Karl Mannheim – MANHEIM, Karl. Ideologia e utopia. Rio de Janeiro: Zahar, 1970), onde desenvolveu um conjunto de idéias que propunham a intervenção estatal na vida econômica com o objetivo de conduzir a um regime pleno de emprego, graças às forças do mercado, tendo como objetivo manter o crescimento da demanda em paridade com o aumento da capacidade produtiva da economia, de forma suficiente para garantir, sem excesso, o aumento da inflação. Mas, vale ressaltar, que as influências da teoria keynesiana, contribuíram para formação da teoria furtadiana baseada na realidade histórico-estrutural nacional, que iremos apontar ao longo do próximo ponto.

²⁹ Esses aspectos de superação ao subdesenvolvimento podem ser observados nas obras de Celso Furtado Formação econômica do Brasil e, totalmente explicitas em Perspectivas da economia brasileira.

³⁰ A elaboração de projetos políticos inerentes à teoria furtadiana podem ser percebidos com maior clareza nas obras A Pré-Revolução Brasileira, Perspectiva da Economia Brasileira e Dialética do desenvolvimento.

correntes ideológicas que nortearam referido debate sobre a questão econômica de um projeto nacional, enquanto problemas de natureza e de importância política, quais sejam: o debate entre Liberais e Desenvolvimentistas³¹.

O ponto traumático que irá ocorrer à contenda do campo ideológico do pensamento social brasileiro, no segundo período, entre a década de 1950 e 1960, torna-se produto indispensável, ao ponto em que se manterá totalmente atento e com propostas acuradas o pensamento furtadiano, diante às correntes ideológicas que estavam em “litígio” nas disputas políticas deste período, diante a questão de qual pensamento econômico dever-se-ia trilhar ao desenvolvimentismo brasileiro, não de forma consciente, mas sim, implicitamente de acordo com as análises de Ricardo Bielschowsky (2004) e, pelo qual irá se construir a teoria furtadiana e (a partir dela) o projeto furtadiano no período de governo de João Goulart.

Referimo-nos as disputas entre (1) a interpretação da vocação agrária, em conflito nos anos quarenta e cinquenta com (2) a interpretação nacional-burguesa (BRESSER-PEREIRA, 1972) que, de acordo Bresser Pereira, a interpretação da vocação agrária fora superada por uma série de fatos novos que ocorrem nos anos cinquenta e se esgota na Revolução de 1964 (BRESSER-PEREIRA, 1972), pela interpretação nacional-burguesa. Vale ressaltar, que não acreditamos na questão de que a interpretação da vocação agrária tenha sido superada e/ou esgotada, como afirma Bresser Pereira, simplesmente por estar diretamente ligada aos processos que irão desencadear na queda do governo de João Goulart em 1964, ainda mais quando, uma das propostas de referido governo seriam a própria reforma agrária pretendida e atacada por diversos estratos sociais neste período em questão.

Sendo assim, acredita-se ainda que no processo de transição em que essa vocação, representada pelos setores ligados à aristocracia agrário-mercantil, que desde os primórdios da colonização, constituíam o campo de hegemonia econômica e política do país (PRADO JÚNIOR, 1980) e que irá esboçar o *teto* das crises estruturais no país, enquanto um dos setores anacrônicos que

³¹ No seio das duas correntes ideológicas que direcionaram o debate acerca dos problemas gerados pelo primeiro período das transformações econômicas, políticas e sociais no Brasil, vale ressaltar a existência de cinco correntes que as compunham, entre elas (tomando como empréstimo o quadro desenvolvido por Ricardo Bielschowsky - 2004 - e Vera Cepêda - 1998) os Neoliberais, os Desenvolvimentistas Nacionalistas do Setor Privado e, do Setor Público, os Desenvolvimentistas “Não Nacionalistas” do Setor Público e, os Socialistas.

impediam o desenvolvimento nacional (FURTADO, 1964), ao longo do período de 1930 a 1964 e não como a vocação que fora superada pelo litígio entre a interpretação da vocação nacional-burguesa representada segundo Ricardo Bielschowsky, por:

“cinco correntes de pensamento econômico, dentro das quais pode ser identificada a grande maioria dos economistas e intelectuais que participaram do debate econômico brasileiro dos anos 1945-64” (BIELSCHOWSKY, 2004, p. 33).

Como dito anteriormente, um dos setores anacrônicos da economia, política e sociedade, que foram se articulando ao longo desse processo histórico, é o próprio setor oligárquico que foi representado pela retórica e ação do governo de Getúlio Vargas de forma dúbia (PRADO JÚNIOR, 1980), ao mesmo tempo em que as necessidades industriais se faziam presentes na Nação, marcando o velho marco institucional que deveria ser institucionalizado no país (FURTADO, 1962/1964).

O reconhecimento do trauma dos limites dos estágios da transição 1930-1945 (vale ressaltar que, para Celso Furtado, o período 1930-45 foi marcado pelo real crescimento e desenvolvimento econômico na base industrial do Brasil, como apontados no tópico anterior) marcados pela ausência da auto-sustentação econômica ao desenvolvimento nacional, pelo qual deveria ocorrer proteção, planificação e incentivo do Estado em relação ao setor industrial, bem como, geração de políticas econômicas que estimulassem mudanças de hábitos de consumo, superação da arcaica ocupação fundiária, mudanças na distribuição de riqueza como meio de aquecer e expandir o mercado interno e diminuição das desigualdades regionais permitiu mapear o cenário histórico em que, o pensamento de Celso Furtado iria se projetar e, da mesma forma, somente com a reconstrução histórica de referidos pensamentos econômicos e projetos entre a *Corrente Neoliberal*, as *Correntes Desenvolvimentistas do Setor Público, Privado e a Nacionalista do Setor Público*, do segundo estágio ao desenvolvimento, poderemos justificar o nosso objetivo de compreender o processo e momento histórico em que as propostas, de Celso Furtado, às crises estruturais foram projetadas.

Assim, ao longo desse tópico iremos apontar análise comparada entre a teoria furtadiana, diante de projetos políticos criados e/ou orientados pelas correntes ideológicas (no segundo período das transformações políticas,

econômicas, sociais e culturais) que se tornaram realidades no campo político, da história nacional³².

Ad cautelam salientar, que o pensamento furtadiano pode ser observado diante de duas prerrogativas primordiais, e que serão demonstradas ao longo deste tópico, inerentes à idéia de *projeto nacional* e de *Estado Democrático* como tradução, não apenas acerca de uma política “*anticíclica inconsciente*” e dos anacronismos apresentados no ponto anterior entre o período 1930/45, mas, enquanto tradução do centro litigioso ideológico onde irá encampar à “forte disputa pelo controle e direcionamento do aparelho de Estado” (CEPÊDA, 2001, p. 174)³³ e, que se tornaria realidade, diante a aplicação de modelos ao desenvolvimentismo industrial no campo político, por *liberais* e *desenvolvimentistas*.

Dessa forma, algumas indagações se fazem pertinentes à elaboração dos próximos parágrafos, que circundam sobre qual a importância da releitura de produções acadêmicas históricas, sociológicas e políticas, de governos posteriores a Era Vargas. Por traduzirem o calor em que os pontos traumáticos das crises cíclicas no Brasil ocorriam ao mesmo tempo em que, novas contribuições foram sendo elaboradas aos anos subseqüentes, como forma de orientação e mapeamento dos projetos de desenvolvimentismo nacional elaborados nesse período, bem como, no questionamento, críticas e análises favoráveis ou não, à aplicabilidade de suas ações. E, qual a contribuição analítica aos objetivos de nosso trabalho. Profícuas obras já foram elaboradas e se tornaram verdadeiros paradigmas sobre as características essenciais dos governos que sucederam a Era Vargas³⁴.

³² Vale ressaltar que não desprivilegiamos nenhuma das correntes ideológicas que tramitaram diante esse debate, ainda que, para elaboração de nossas pesquisas, elas possuem efeitos de total contribuição de nossas hipóteses.

³³ Iniciado, como anteriormente já visto, no debate ideológico do final da década de 1940, sobre as questões do período inicial da Revolução Industrial Brasileira (1930-1945), onde o modelo de desenvolvimento por via agrária é, via de regra, superada, pelo modelo industrial. Entre as obras utilizadas por esse trabalho podemos citar Alberto Guerreiro Ramos, *Cartilha Brasileira do Aprendiz de Sociólogo*, Rio de Janeiro, Editorial Andes, 1954; João Cruz Costa, *Contribuição à História das Idéias no Brasil*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1956; Sergio Miceli, *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*, São Paulo, DIFEL, 1979; e Wanderley Guilherme dos Santos, *Ordem Burguesa e Liberalismo Político*, São Paulo, Duas Cidades, 1978.

³⁴ Além das obras que perpassam pelo período 1930-45 como as de SOARES, Gláucio Ary Dillon e D'ARAÚJO, Maria Celina (orgs.). *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro, FGV, 1994.; DREIFUSS, René Armand. *1964: A Conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.; REIS FILHO, Daniel Aarão. *A Revolução faltou ao encontro: Os comunistas no Brasil*. São Paulo, Brasília: Brasiliense, CNPq, 1990 e, as próprias obras de Celso Furtado que condicionam análises sobre esse período à formação de sua própria abordagem teórica, destacamos a obra de Boris Fausto – FAUSTO, Boris. *A Revolução de 30*. SP: Brasiliense, 1972, enquanto levantamento profícuo da Era Vargas (mesmo apresentando alguns equívocos históricos, principalmente no que diz respeito à passagem do modelo econômico agrário-exportador ao modelo

Seria incoerente aos propósitos dessa dissertação, tentar abarcar a totalidade dos fatos desses governos, em virtude do tempo e, indiscutivelmente, pelo viés de que, não fazem parte de nosso objeto central de estudo. Iremos privilegiar apenas os fatos que estejam relacionados às conseqüências da aplicação do projeto desenvolvimentista, para podermos preencher lacunas da nossa hipótese central: de que há entre o Plano Trienal, propostas de um projeto de Nação e de superação do subdesenvolvimento diante das crises cíclicas do período.

Assim, os pontos que foram privilegiados entre o período de 1930 a 1964, por esse trabalho, perpassam por três perspectivas indispensáveis aos objetivos deste trabalho, que irão compor esse tópico, quais sejam: a) sobre o posicionamento do *capital* (nacional e internacional); sobre a questão do *trabalho*, enquanto problema de natureza política, b) pelo aprimoramento e/ou “descaso” diante as causas de desenvolvimento natural sobre a lógica do desenvolvimento industrial no país; e, c) sobre o modelo de *Estado* que será formado nesse período de transformações no Brasil, pelo qual serão construídos nesse contexto, pela forte perspectiva ideológica desenvolvimentista em planos de governo, para elaboração, de dados comparativos entre a teoria furtadiana e o os projetos de Nação deste período histórico³⁵.

Todo parque industrial formado no país poderia ser expresso, como a fórmula do desenvolvimento. Mas, nem sempre, industrializar uma Nação pode ser encarado como sinônimo de desenvolvimento e modernização. Pelo contrário, podem significar dependência e subdesenvolvimento (FURTADO, 1961), ainda mais, diante uma industrialização parcial e incompleta que expressava o desenvolvimento de alguns setores produtivos às rearticulações da divisão Internacional do trabalho dando vazão à continuidade do ciclo de dependência e ao caráter reflexo dependente da economia nacional (FURTADO, 2007)³⁶.

Com a redemocratização brasileira, após o término da Era Vargas (1930 a 1945) e final da 2ª Guerra, a economia brasileira alcançava maiores

industrial, pelo qual, noção parecida à de Bresser Pereira, em que haveria superação do setor industrial, pelo setor oligárquico).

³⁵ Vale ressaltar que, as sucessões presidenciais não fazem parte dos propósitos desse trabalho. Apenas as conseqüências inter-relacionas ao capital, trabalho e Estado foram privilegiadas para elaboração de política comprada entre modelos ideológicos de desenvolvimento que se tornaram realidades fáticas nesse período ante a teoria de Celso Furtado, que diante esses pontos, apresentava no Plano Trienal, projeto de futuro para esses três itens.

³⁶ A afirmação de Celso Furtado é expressão de um de seus maiores clássicos, Formação Econômica do Brasil, onde natureza e ritmo da industrialização brasileira se tornaram frutos do debate ideológico nesse período.

propriedades e, também a necessidade de adquirir capital internacional, para dar seqüência ao processo de industrialização que atingiram em 45, os contornos necessários à transição de uma sociedade agrária para industrial. Assim, se ilustrava, ainda mais, os sinais de dependência econômica do parque industrial inconcluso nacional e do caráter dos projetos e propostas das cinco interpretações econômicas brasileiras no campo intelectual (apontadas anteriormente e citadas aqui, neste trabalho, da obra de Ricardo Bielschowsky), diante o planejamento econômico que deveria ser adotado.

No entanto, isso não significa que não ocorrera crescimento econômico, ao contrário, “nos cinco anos que vão de 1948 a 1952 a economia brasileira cresceu ininterruptamente a uma taxa média de 7% ano a ano” (BIELSCHOWSKY, 2004, p. 318) entre os governos de Eurico Gaspar Dutra e Getúlio Vargas. Nesse mesmo sentido, Celso Furtado já havia demonstrado o mesmo levantamento sobre o ritmo do crescimento industrial brasileiro, mas, apresentando características essenciais a auto-sustentação industrial que faltava ao Brasil, no contexto das inflexões já apontadas, onde:

no conjunto do período 1947-1961, a taxa de crescimento anual da produção industrial foi de 9,6 por cento, ou seja, cerca de 50 por cento mais elevada que a do produto bruto (FURTADO, 1964, p. 108).

No plano de governo, Dutra “não perseguiu grandes projetos econômicos e recebeu muitas críticas na época por sua apatia e passividade nesse campo” (BIELSCHOWSKY, 2004, p. 318). Propostas como planejamento de melhoramentos nos setores da saúde, alimentação, transportes e energia não eram nada mais que a “reunião de projetos preexistentes” que obtivera resultados escassos com o denominado Plano Salte³⁷.

³⁷ Os recursos para a execução do plano SALTE (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia (cujas iniciais formam a sigla SALTE) seriam provenientes da Receita Federal e de empréstimos externos, onde fracassou e foi abandonado pelo governo. Um dos pontos positivos desse plano esta associado ao início da ligação rodoviária do Rio de Janeiro a São Paulo pela estrada que hoje é conhecida como Rodovia Presidente Dutra, pela organização da Companhia Hidrelétrica de São Francisco, em 1948, onde energia elétrica foi levada à vários estados do Nordeste, entre eles Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí. Mas, foi no período de governo do Estado Novo (1937-45) que Getúlio Vargas deu um passo decisivo para a constituição do sistema elétrico brasileiro, ao mesmo tempo em que, através do Decreto-Lei nº 8.031 de 3 de outubro de 1945, criou a Companhia Hidrelétrica do São Francisco, a CHESF (assim, cumpre ressaltar que, no período de governo de Dutra, somente a organização e operação dessa companhia foi realizada), com a incumbência principal de construir a usina de Paulo Afonso, no rio São Francisco, onde

De forma oposta, Vargas assumiu a presidência (1951-54) com o intuito de aprofundar a industrialização:

mediante a criação, aprovada no Congresso, de um Plano de Reparcelamento Econômico vinculado a um Fundo de Reparcelamento Econômico e de um banco – BNDE – que os administraria, bem como aos “recursos em moeda estrangeira que vinham sendo negociados com o Exibamk e o Bird , a partir de projetos formulados pela comissão Mista Brasil - Estados Unidos (BIELSCHOWSKY, 2004, p. 320).

No âmbito político, dois pontos se fazem importantes, em termos de política comparada entre Dutra e Vargas. Dutra “afastou e reprimiu violentamente o Partido Comunista, combateu os movimentos operários e saudou o Acordo Interpartidário” (PSD – UDN – PL) (BIELSCHOWSKY, 2004, p. 321) símbolo do pacto de poder conservador introduzido à estrutura e conjuntura nacional, segundo Bielschowsky, em 1947 e, do impacto da assistência recíproca ao combate do avanço do comunismo no país, na forma de garantir a “paz nacional”, firmado com os Estados Unidos no calor dos processos de inflexão *Estrutural* da Guerra Fria. Dessa forma, a relevância de se apontar esses fatos recai sobre dois aspectos, quais sejam I – diante o possível início do marco hegemônico da ideologia anticomunista norte-americana no combate das ações expansionistas da União Soviética no Brasil (e América Latina) - como ocorrera esse avanço comunista em Cuba, na América Latina -; e, II na forma em que irão se esboçar os processos das crises no Brasil perante a influência deste ato, diante a aplicabilidade de modelos de desenvolvimento econômico embasado em levantamentos estatísticos acerca da produtividade e do potencial dos recursos naturais de produção que o Brasil poderia desfrutar e *oferecer*, de acordo com o primeiro relatório elaborado pela Missão ABBINK, em 1947, onde culminou na demissão do Ministro da Fazenda do governo Dutra, Correa e Castro, substituído pelo industrial Guilherme da Silveira Filho³⁸.

somente em seu segundo período de governo (1951-54) teve início às obras de referida usina no estado da Bahia (onde, somente em 15 de janeiro de 1955 foi inaugurada no Rio São Francisco, na Bahia, a Usina de Paulo Afonso, pelo então Presidente da República, João Café Filho que assumira o cargo após o suicídio de Vargas). Entre outras obras sobre fatos políticos e econômicos do governo Dutra e do governo Vargas posteriores a segunda grande guerra mundial ver Bresser Pereira (Desenvolvimento e Crise no Brasil-1972), Thomas Skidmore (de Getúlio a Castelo-1979), de Jânio Quadros e Afonso Arinos de Melo Franco (História do povo brasileiro-1968) e Ricardo Bielschowsky (Pensamento Econômico Brasileiro - O ciclo ideológico do desenvolvimentismo-2004).

³⁸ Em relação ao pedido de demissão de Correia e Castro do ministério da fazenda, vale destacar que, o mesmo ocorrera, a partir da denuncia do deputado do PSP do Rio Grande do Norte, Café

Assim, estes dois aspectos levantados acima se confundem (ao mesmo tempo abrindo o campo para nossas reflexões acerca da teoria e projeto furtadiano, enquanto propostas opostas aos processos de inflexão que vinham ocorrendo no país e fora dele) com o objetivo inicial da criação do BNDE, no que se refere aos estudos produzidos por referido órgão institucional ao classificar as perspectivas e potenciais de nossa economia a serem transformadas e reservadas para a iniciativa privada (nacional e/ou internacional) ou para iniciativa estatal, com as ações desenvolvidas pela Comissão Mista Brasil - Estados Unidos, organizada, em 1950, ainda no governo de Dutra e efetivamente firmada no governo de Getúlio Vargas, em 1951, tendo como objetivo central, analisar projetos direcionados ao desenvolvimento econômico estratégico, inerente à infra-estrutura, energia e transporte no Brasil, para firmarem ou não, os investimentos via empréstimo de *capital* estrangeiro (estadunidense no caso) à aplicabilidade de projetos de desenvolvimento econômico *prontos*, que ofereciam sucesso à realidade estrutural de outras conjunturas, exceto a brasileira caracterizada pelo “desmedido custo social do desenvolvimento que vinha se realizando no Brasil” (FURTADO, 1962, p. 14) e, por outro lado, em virtude dos “grandes contratos de obras públicas [que] passaram a ser fonte corrente de acumulação rápida de fortunas dentro e fora do Governo” (FURTADO, 1962, p. 15)³⁹.

Vargas “teve como tática básica a tentativa de transmitir confiança às elites empresariais e políticas brasileiras” (BIELSCHOWSKY, 2004, p. 321) para poder dar seqüência a seu governo firmando, definitivamente (como ressaltado anteriormente), o acordo da Comissão Mista Brasil - Estados Unidos e, onde criara a

Filho, ao denunciar que fazia parte do prelúdio do relatório ABBINK, uma carta em que o ministro afirmava a condição do país, como “amigo necessitado” dos Estados Unidos, ao secretário de governo John Snyder, em visita ao Brasil em 1947. Mesmo se os dados contidos na carta fossem retirados do primeiro relatório da missão, Café Filho possuía uma versão original da mesma, onde afirmações como “ou os Estados Unidos estendem a mão, ou terão de carregar-me nas costas” refletira com impacto negativo à elaboração de projeto auto-sustentado de desenvolvimento, sem a dependência econômica à superação do subdesenvolvimento nacional, sendo por assim dizer, inevitável sua demissão em 1949.

³⁹ Um dos aspectos que faz de Furtado, autor e ator (do período) à frente de seu tempo podem ser expressas de acordo com a leitura de Nelson Torreão em afirmar que “Formação Econômica do Brasil sustenta que o subdesenvolvimento do país se deve a características históricas que tornam o país diferente das economias desenvolvidas” (TORREÃO, 2007, p. 1), no momento em que, governos do segundo período da Revolução Industrial Brasileira se aproximavam às imposições dos processos de inflexão da Estrutura mundial. Furtado manifestava e descartava, a partir de uma de suas obras mais atuais, a forma inapropriada da “aplicação de conceitos da teoria econômica européia ao caso brasileiro”. “As respostas para entender o problema do subdesenvolvimento nacional não deveriam ser buscadas apenas na teoria econômica, mas também nas estruturas sociais, política e institucionais que se geraram ao longo da história” (TORREÃO, 2007, p. 1).

Petrobrás, em 1954⁴⁰, marcada pela nova fase à Conjuntura nacional, pela forma política adotada, denominada *Populismo*, resultado da:

convergência entre, de um lado, uma insatisfação popular difusa e politicamente impotente e, de outro lado, uma ação deliberada de partidos políticos e do Estado de apoiar-se nessa insatisfação e dirigi-la para um objetivo político que é definido sem a participação popular. O Estado [por sua vez] define uma direção política para essa insatisfação popular difusa, dirigindo “do alto” os trabalhadores desorganizados. A relação direta do político populista com a massa desorganizada é o aspecto formal mais saliente desse fenômeno político (BOITO-JR, 2004, p. 2).

Se por um lado ocorrera “apatia” e “passividade” política e “malogro” na aplicação de algumas propostas do Plano SALTE do governo Dutra, o ápice do governo Vargas pode ser creditado pela criação da Petrobrás⁴¹. Mas, um ponto em comum pode ser apontado a essas duas presidências, mesmo que, suas antagônicas iniciativas políticas trilhassem por vias opostas ao desenvolvimento econômico, quais sejam o de manterem alianças as regras do jogo político que estava se formando nesse período, com setores conservadores da economia e política nacional e à política anticomunista norte-americana ao firmamento de acordos ao financiamento do “desenvolvimento” (Dutra de forma clara e Vargas para poder assumir a presidência e para dar continuidade política a seu mandato presidencial), esboçando o quadro das crises no período pela aproximação e dependência à superação do subdesenvolvimento, diante do mercado internacional, sem antes concluir, de forma estruturada, o fechamento da industrialização nacional e de um projeto de Nação e, sem mecanismos que contribuíssem à ruptura do aumento da dependência econômica e, principalmente, na forma em que, a política administrativa e de *técnicos-burocratas* (liberais e/ou desenvolvimentistas) *ignoravam* a epopéia percorrida da realidade histórica nacional e, no curso futuro (como já foram apontadas em parágrafos anteriores)⁴² que iriam encampar

⁴⁰ Em 3 de outubro de 1953, Vargas sancionou a Lei nº 2.004, que criava a Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras, empresa de propriedade e controle totalmente nacionais, com participação majoritária da União, encarregada de explorar, em caráter monopolista, diretamente ou por subsidiárias, todas as etapas da indústria petrolífera, menos a distribuição.

⁴¹ Sobre essas afirmações ver entre as obras utilizadas como referência Alberto Guerreiro Ramos (Cartilha Brasileira do Aprendiz de Sociólogo), João Cruz Costa (Contribuição à História das Idéias no Brasil), Sergio Miceli, (Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil) e, Wanderley Guilherme dos Santos, Ordem Burguesa e Liberalismo Político.

⁴² Fazemos referência às análises de Celso Furtado em afirmar que, sem à proteção, planificação e incentivo do Estado em relação ao setor industrial, sem intervenções internacionais que

alterações profundas ao quadro estrutural político, econômico, social e cultural do país⁴³. Afirmações estas que, por não haver, segundo Celso Furtado, confrontos entre o aumento da *renda real per capita* dos salários ao *Trabalho*, como forma de estimular o investimento em setores diversos de pontos geográficos do país para circulação de *Capital* forçando, por assim dizer, investimentos de *capital* internacional em setores estratégicos onde, à frente pela condução desses processos, a figura do *Estado* se faz de extrema valia ao garantir as trilhas de uma proposta de um modelo de desenvolvimento pautado na justiça social e na defesa da democracia, onde à originalidade das propostas aferidas em suas obras seminais, elaboradas a partir desse contexto, se tornariam o marco ao ajuste de contas com o passado das estruturas anacrônicas, econômicas e políticas, que entravam a passagem para o desenvolvimento inconcluso no período fora das limitações estruturais do velho marco institucional do populismo ao subdesenvolvimento, a partir, do conhecimento da *causação circular* e dos efeitos cumulativos negativos do mesmo (produto indubitável ao pleno conhecimento do curso histórico dos processos de transformação e modernização de nossa economia).

Ao mesmo tempo, Furtado se distanciava da perspectiva da adoção de medidas institucionais próximas aos modelos de desenvolvimento econômico importados de outras Nações em nossa economia, em virtude dos processos de inflexão global (como foi o caso da aproximação e dos seus efeitos, no período de governo Dutra/Vargas, com o novo *compromisso fordista* norte-americano ou a teoria do *bem-estar social*, que lograram em estruturas antagônicas à estrutura nacional e que iremos abordar no ponto seguinte) que vinham ocorrendo e, aprofundando o subdesenvolvimento e dependência econômica por ações inábeis dentro e fora do governo às custas sociais na Nação (FURTADO, 1964).

aprofundassem o nosso subdesenvolvimento; geração de políticas econômicas que estimulassem mudanças de hábitos de consumo; superação da arcaica ocupação fundiária; mudanças na distribuição de riqueza como meio de aquecer e expandir o mercado interno e diminuição das desigualdades regionais, a permanência à superação do subdesenvolvimento seria inevitável. Essas análises, além de serem apresentadas nas obras *A Economia Brasileira* (1954), *Perspectiva da Economia Brasileira* (1958) e *A Pré-Revolução Brasileira* (1962), são detidamente mais expressivas, na obra *Dialética do Subdesenvolvimento* (1964).

⁴³ Ver entre outro Thomas Skidmore (1979), Ricardo Bielschowsky (2004) e Bresser Pereira (1972).

1.4 A década de 1950 e uma via oposta à superação do subdesenvolvimento.

Diante todo este aparato, ao longo dos governos de Dutra e Vargas, as influências do pensamento econômico, principalmente dos *Desenvolvimentistas do Setor Estatal*, sobre referidos governos e na aproximação tendenciosa ao desenvolvimento econômico do país, pelos norte-americanos, segundo as análises de Thomas Skidmore, “a nova política de Washington” (SKIDMORE, 1979, p. 153) (do governo Eisenhower dos EUA) “fortalecia a posição dos nacionalistas radicais, que argumentavam, às vezes para o próprio Getúlio, que a moderação na política econômica era autodestrutiva” (SKIDMORE, 1979, p. 152).

O autor observou a tomada de decisão do governo norte-americano, de acordo com o levantamento da Comissão Mista Brasil - Estados Unidos, em diminuir os investimentos ao desenvolvimento dos setores estratégicos no Brasil, em virtude dos rumos tomados pelas duas presidências brasileiras - quais sejam Dutra ao manter associação com o governo norte-americano para o recebimento de investimentos financeiros para o Plano Salte satisfazia os interesses e, ao mesmo tempo, impondo limites ao estágio de desenvolvimento nacional; e Vargas por manter de forma moderada o rumo dos investimentos, sejam eles para o controle de setores estatais ou privados no país, mediante financiamento norte-americano, gerando convulsões na política econômica a esses financiamentos, pelos EUA (criticando a forma que os investimentos iriam tomar, diante a nacionalização de empresas criadas com capital norte-americano) e para os *Desenvolvimentistas do Setor Estatal*, que defendiam o desenvolvimento mediante “ajuda” financeira estrangeira, pelo qual, já haviam salientado à Vargas, o rumo que iria tomar a continuidade de uma política moderada para o país. Assim, com a criação da Petrobrás, essas questões se tornaram ainda mais agudas, aumentando o grau das crises estruturais sobre a conjuntura nacional, mediante apoio ao desenvolvimento ou permanência no subdesenvolvimento que já afirmavam, os países desenvolvidos e principalmente os Estados Unidos, segundo Skidmore (1979), antes mesmo da criação da Petrobras, que:

jamais cooperariam com a industrialização do Brasil”. “Pelo contrário, eles retornariam, inevitavelmente, a uma política de

vista curta a favor da proteção aos interesses das ‘trustes’, cuja *raison d’être* era a obtenção de lucros excessivos nos países semidesenvolvidos (SKIDMORE, 1979, p. 153)⁴⁴.

Segundo Furtado, podia-se perceber que na evolução histórica dos investimentos nos setores industriais de que o país necessitava (transporte, indústria, energia), ocorrera de forma oposta à conduta internacional, no sentido de frear o *desenvolvimento* nacional e, bem como, o processo *dual* entre a produção agrícola no país (independente de investimentos externos, mas protagonizada aos interesses externos e internos, com bases no histórico do poder oligárquico nacional e das potências industriais, em particular os EUA, inerente ao apoio da produção de bens primários), dessa forma, “a verdadeira importância do setor industrial ainda é muito maior do que se depreende do nível relativo de sua produtividade” (FURTADO, 1958, p. 30).

Em uma economia “*cujo núcleo industrial é incipiente*” (FURTADO, 1958, p. 30), os efeitos propulsores do desenvolvimento industrial e dos empréstimos realizados pelo capital estrangeiro no país têm efeitos adversos perante o que verdadeiramente transparecem aos olhos de qualquer pesquisador (FURTADO, 1958, p. 30). Furtado percebeu o dinamismo desse efeito propulsor, acerca das estruturas industriais que faltavam para o país, ou seja, “não fôsse o setor industrial, os impulsos de crescimento, que a economia recebe do setor externo, teriam efeito muito mais reduzido” (FURTADO, 1958, p. 30), dessa forma, os investimentos feitos no país, agravavam ainda mais a incipiência industrial no país que aconteciam à revelia (como salientamos anteriormente parágrafos acima).

Da mesma forma que Furtado percebeu sobre a produção da borracha na Amazônia, ele projetou percepção semelhante à conduta político-administrativa dos governos Dutra e Vargas, ou seja, o crescimento da economia da borracha na região amazônica “só teriam efeito permanente interno – não existindo um setor industrial – na medida em que estimulassem a expansão da própria atividade exportadora” (FURTADO, 1958, p. 30). Isso, na prática, segundo Furtado, “a elevação da renda no setor exportador se traduz em maior procura de bens manufaturados, e, quando estes são importados, o impulso se transfere para o exterior” [e não para o Brasil] (FURTADO, 1958, p. 30).

⁴⁴ Cumpre salientar que iremos utilizar as acentuações originais dos textos utilizados, conforme sua regras gramaticais da época.

E é, nesse ínterim, onde o legado das diferentes correntes ideológicas ganhariam expressões diante o litígio político do período, aquecendo o debate entre a forma que dever-se-ia projetar os investimentos ao desenvolvimento do setor industrial nacional e, onde o papel de instituições como Fundação Getúlio Vargas (FGV), Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e de suas produções e publicações intelectuais tornar-se-iam produtos indispensáveis aos governos, para manterem uma leitura do quadro econômico e social nacional, diante o quadro do desenvolvimento internacional. Esses fatos podem ser traduzidos pela incorporação das idéias de grandes economistas do período, que representavam referidas instituições, no campo político nacional como, Roberto Campos (ao fazer parte dos processos fundamentais que desencadearam na criação da Petrobrás pelo projeto Misto Brasil–Estados Unidos além, de estar à frente da estruturação do Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitscheck - 1956-1961), Lucas Lopes (que conduziu primeiramente o Plano de Metas, enquanto presidente do BNDE, passando para Roberto Campos, no momento em que se tornara Ministro da Fazenda de JK, a incumbência de projetar referido plano) e Roberto Meira (que presidiu o BNDE e se tornando o secretário-executivo do conselho até o fim do plano).

Não podemos olvidar sobre o crescimento econômico considerável do país nesse período histórico de transformação, mas podemos apontar as condições que permitiram crescimento econômico e que poderiam não se repetir em virtude das depreciações das relações de intercambio e da oscilação entre o desenvolvimentismo e o monetarismo⁴⁵, reflexos da estruturação política macroeconômica nacional percebida por Raul Prebisch (1949) e confirmada, posteriormente, pelos estudos da CEPAL, caso não houvesse planejamento e protecionismo para desatar o nó estrutural dos países subdesenvolvidos⁴⁶. Dessa forma, o Estado ganharia nova tônica a partir de 1956, com propostas de transformação na máquina político-administrativa através de um Plano de Metas, cujo foco seria o desenvolvimento industrial, evitando o estrangulamento da economia nacional, preconizada por períodos anteriores de projetos sem

⁴⁵ A política monetária é percebida nesse contexto histórico, como fruto de estabilização para obtenção do desenvolvimento e para o equilíbrio financeiro, como peça fundamental para evitar discussões sobre o nível de renda e emprego entre estratos sociais, como nos mostra Celso Furtado em *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*.

⁴⁶ FURTADO, Celso. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

planejamento, tendo como objetivo desenvolver cinco setores básicos da economia, para os quais os investimentos públicos e privados deveriam ser canalizados: os setores de transporte, energia, indústria de base, alimentação e educação (vale ressaltar que, os setores que receberam mais recursos foram os de energia, transportes e indústrias de base, canalizando um total de 93% dos recursos alocado e ainda, referido percentual demonstra que os outros dois setores incluídos no Plano de Metas, alimentação e educação, não receberam os mesmos investimentos e tratamentos dos primeiros).

No período de governo de Juscelino Kubitschek, suas conseqüências mais diretas foram à consolidação da industrialização brasileira quando foram instaladas no Brasil

a indústria pesada, com a indústria automobilística, a indústria de equipamentos industriais, a indústria naval, ao mesmo tempo em que a indústria de base ganhava novo impulso, com a instalação da indústria petroquímica, com a construção de novas usinas siderúrgicas, etc... Em outras palavras, nesse período não ocorre a decolagem, mas a consolidação do desenvolvimento industrial brasileiro (BRESSER-PEREIRA, 1972, p. 109 – 110).

Indubitavelmente, não há como conferir ao período de governo Kubitschek o processo de consolidação da industrialização nacional apenas, mas, alguns problemas de natureza estrutural também devem lhe ser atribuídos, como:

a vitória do industrialismo, a definitiva aceitação dos empresários industriais entre as classes produtoras, o desaparecimento do conflito entre a indústria e a agricultura de exportação, o rompimento da aliança entre as esquerdas e os empresários industriais, o aumento relativo da força política da esquerda e sua autonomia em relação aos empresários industriais, o esvaziamento e transformação do nacionalismo, e, finalmente o aparecimento de uma nova luta ideológica: o reformismo contra o conservadorismo (BRESSER-PEREIRA, 1972, p. 122).

Assim, o *nacionalismo industrial* cede terreno com o capital internacional aliando-se “às empresas estrangeiras [fazendo] entrar no país equipamentos sem cobertura cambial” (BRESSER-PEREIRA, 1972, p. 112), e mesmo que leis protecionistas fossem criadas ao longo do processo de industrialização nacional, dificilmente poderiam impedir os contornos de uma

hegemonia industrial estrangeira no Brasil (BRESSER-PEREIRA, 1972), reforçando a teoria do *velho marco institucional* de Celso Furtado, onde havia a existência anacrônica no fator dinâmico das crises cíclicas na Nação, e que não estavam ligadas às análises concretas da potencialidade produtiva nacional à criação de um plano industrial genuinamente nacional, mas sim, alicerçadas aos interesses externos à súbita de nosso desenvolvimento e que iremos analisar nos capítulos seguintes deste trabalho.

Outra questão que se faz pertinente estaria perante as melhorias na renda real dos salários, processo que vinha se esboçando no país diante das reivindicações em torno de melhores condições de distribuição de renda, fato este, vinculado ao “aumento de poder do sindicalismo e a crescente participação do povo no processo político brasileiro” (BRESSER-PEREIRA, 1972, p. 122).

Foi nesse ínterim, entre os governos de Dutra, Vargas e JK, que assume a presidência da república em 1961 e, em apenas oito meses de mandato, Jânio Quadros, com o intuito de sanar problemas estruturais referentes “a ineficiência burocrática e a crise financeira (fazemos referência à inflação e à dívida externas brasileira)” (SKIDMORE, 1979, p. 239) e, onde:

sua imagem [baseava-se] como o “antipolítico”, o amador honesto que oferecia a possibilidade de uma transformação radical em relação aos detentores do antigo estilo, os quais se apegavam aos hábitos pré-1930 e não podiam se adaptar às necessidades de um Brasil urbano e moderno (SKIDMORE, 1982, p.231-232).

Ou seja, ao *velho marco institucional* pelo qual Furtado havia apontado em suas obras⁴⁷.

Eleito presidente pela UDN (União Democrática Nacional) e tendo como vice-presidente João Goulart do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), as metas para seu governo estavam destinadas em prosseguir com o processo de industrialização do Brasil. Mas, ao assumir a presidência iria encarar também os aspectos negativos da crise financeira, geradas pela ineficiência governamental

⁴⁷ Mas, um ponto merece mais atenção, sobre o conceito teórico clássico da Sociologia Política brasileira: “o populismo, onde, segundo a sugestão teórica de Francisco Weffort, o “populismo” é um fenômeno político de massas, típico das “regiões atingidas pela intensificação do processo de urbanização”, pautado por uma relação específica entre os indivíduos e o poder político; esse poder é exercido através de um líder carismático tutelador, em contato direto com os indivíduos reunidos na massa” (WEFFORT, 1978, p. 28).

(segundo o discurso do próprio presidente em 31 de janeiro de 1961) e na tentativa de controlar a inflação e a dívida externa que se avolumava após o governo de JK para a economia do país “comprometia-se em assegurar uma rápida taxa de desenvolvimento econômico como que atingiria setores como a agricultura, educação e saúde” (SKIDMORE, 1982, p. 236) e para isso detinha como base a fórmula neoliberal, além de postar no orçamento equilibrado e na retomada dos investimentos estrangeiros que foram rompidos no mandato de JK, ou seja, nesta situação, dois pontos devem ser expressos, quais sejam, em primeiro lugar, sobre a aproximação à retomada das negociações com os credores do Fundo Monetário Internacional (FMI), onde Quadros conseguira empréstimos para dar prosseguimento no processo de industrialização e no investimento aos setores públicos de dois bilhões de dólares, e, em segundo lugar, pelo fato que marcava a reaproximação do país com os EUA (SKIDMORE, 1979).

Mas, para que os investimentos obtivessem êxito, seria necessária a formação de uma equipe de planejamento econômico, objeto pelo qual Jânio Quadros não havia demonstrado o “estabelecimento de um conjunto sistemático de metas, tal como Kubitschek em sua campanha de 1955” (SKIDMORE, 1979, p. 236). Em 5 de agosto de 1961, Quadros anunciou a criação de uma comissão de planejamento econômico, a Comissão Nacional de Planejamento, para preparação do “Primeiro Plano Quinquenal que substituiria o Programa de Metas de Kubitschek” (SKIDMORE, 1982, p. 242).

Diante desses fatos, Quadros levou o Brasil a uma “*Política Externa Independente*”, passando a visitar vários países e deixando de lado a cartilha de aliança com os estadunidenses, na tentativa de “diminuir os males financeiros do Brasil através de negociações simultâneas com as três grandes potências: EUA, Europa Ocidental e o bloco Soviético” (SKIDMORE, 1982, p.245). No entanto, o que se obtém com a adoção da *Política Externa Independente* seria um desarranjo nas crises no campo da estrutura nacional, onde o acirramento litigioso da Guerra Fria e as declarações contrárias do governo diante um campo neutro ao mercado mundial geraram não apenas desconforto no campo político nacional e internacional, bem como, no alvo de críticas da imprensa internacional e principalmente nacional, mas, por esboçar sobre sua política *externa independente*, o despertar de incertezas em relação ao seu posicionamento político no calor da Guerra Fria abrindo dois processos sem precedentes para a Conjuntura nacional: em primeiro lugar, sobre a

incerteza e/ou incapacidade de Jânio Quadros de poder governar e, em segundo lugar, sobre o epicentro da intensa crise institucional que o país iria enfrentar ao longo do governo de João Goulart.

Dessa forma, sobre a questão da ação e posicionamento do Estado nacional, diante do planejamento e desenvolvimento industrial, ao aumento da insegurança política, do crescimento e do desenvolvimento sócio-econômico estagnado, em virtude de um modelo artificial de Estado construído e dirigido às classes industriais no país contornavam sobre a conjuntura nacional o limite para que o *teto* das crises e para uma possível inflexão na década de 1960 se tornasse realidade e, sobre esse conjunto de fatores, Furtado afirmava que:

O Brasil da fase presente é, portanto, um país em transição. O seu sistema político, de democracia representativa, tem demonstrado um certo grau de flexibilidade. Contudo, essa flexibilidade tem sido utilizada ao máximo, no período recente, criando-se um clima de permanente suspense com respeito à capacidade do sistema político para suportar novas tensões. O maior obstáculo a uma transição gradual está em que a reforma mais urgentemente necessitada - aquela que daria maior capacidade de auto-adaptação ao sistema e facilitaria a introdução de outras - resulta ser a de mais difícil realização: a reforma política, visando aumentar a representatividade dos órgãos que atuam em nome do povo (FURTADO, 1964, p. 110 - 111).

Assim, o plano de fundo para que fosse projetada a teoria e projeto furtadiano de futuro para o Brasil nasceria das conseqüências de novos fatos políticos, econômicos, sociais e culturais do processo de transição e consolidação da *Revolução Industrial Brasileira* e do não fechamento de um projeto de Nação, onde não foram acentuados os contornos e esboços necessários para uma transição que pudesse verdadeiramente enfrentar e passar, a partir de projetos de desenvolvimento para o Brasil à *Segunda Etapa da Revolução Industrial* nacional, conforme acentuava Florestan Fernandes em sua obra *a Revolução Burguesa*⁴⁸, diante pontos essenciais que perfizessem sobre o *desenvolvimento e modernização, projeto nacional e Estado Democrático* e para que houvesse *sintonia* entre *capital* (nacional e internacional) e *trabalho*, em torno de uma realidade democrática que atendesse a todos e, não apenas a um setor ou outro setor social, conforme

⁴⁸ FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

descritos por Furtado a respeito do *velho marco institucional* ou pelo comportamento dos membros do Congresso Nacional “em termos de vida política pré-1930” (SKIDMORE, 1979, p. 229) e que iremos abordar nos próximos capítulos desta dissertação⁴⁹.

Mas, para que possamos dar seqüência sobre estas análises, é de extrema valia focarmos a respeito da análise de Celso Furtado sobre o significado de *desenvolvimento* e *subdesenvolvimento* para projetarmos, neste trabalho, às trilhas a construção de um projeto de Nação (Plano Trienal), a partir da obra *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (1965).

Celso Furtado (1965) analisa a *Teoria do Desenvolvimento* a partir de suas causas e mecanismos, onde o significado de *desenvolvimento* seria o processo de crescimento de uma sociedade de acordo com o aumento do fator *trabalho* e, todavia, é necessário atentar sobre as repercussões deste fator segundo a organização da produção e a distribuição e utilização do produto social. Dessa forma, é preciso engajar-se em dois planos, quais sejam, primeiro, sobre “as formulações abstratas e da análise dos mecanismos da economia”, isto é, de construir esquemas das relações estáveis entre variáveis relevantes e, em segundo lugar, diante “o estudo crítico” baseado no confronto das realidades históricas de um determinado país, considerando os recursos naturais, as correntes migratórias, o comércio exterior e o grau de diferença entre as economias das nações (FURTADO, 1965, p. 20).

Estes dois planos são resultado da duplicidade fundamental das ciências econômicas, pois tratavam do caráter abstrato e histórico de uma determinada situação econômica e, durante o estudo da teoria do desenvolvimento, Furtado partiu das teorias universais⁵⁰ da economia para que, seu objeto de estudo pudesse tratar de realidades históricas distintas, ou seja, de objetos de estudos limitados e díspares dos demais casos de nações desenvolvidas e subdesenvolvidas. O problema metodológico fundamental, entretanto, estaria em eliminar dos modelos abstratos as suposições que não estariam de acordo com a

⁴⁹ As análises de Thomas Skidmore, sobre o comportamento político nacional, se aproximam à análise de Celso Furtado em afirmar que os congressistas brasileiros “encaravam seu papel [político] como sendo o de dividir os ganhos e favores entre seus partidários” (SKIDMORE, 1979, p. 229), ou seja, o comportamento político nacional representava o “estilo de ‘clientela’, tão típico da tradicional política do interior, persistindo nos hábitos de vários políticos eleitos mesmo nos Estados mais desenvolvidos” (SKIDMORE, 1979, p. 229).

⁵⁰ Fazemos referência à teoria clássica liberal, do keynesianismo e do marxismo.

realidade histórica de uma determinada nação e, em vista disso, a eficácia explicativa estaria em “saber até que ponto [seria] possível generalizar para outras estruturas” observações feitas em “uma e [em] definir relações que sejam suficientemente gerais para ter validade no curso de determinadas modificações estruturais” (FURTADO, 1965, p. 20). A solução para tais problemas estariam diante o rigor da “análise econômica”, sempre com o paralelo da realidade histórica, e a consideração da distribuição do produto social (renda) como fator primordial na teoria do desenvolvimento (FURTADO, 1965, p. 20)⁵¹. Por isso que há em Furtado, principalmente nas obras *Dialética do Desenvolvimento Econômico, Desenvolvimento e Subdesenvolvimento e Teoria Política*, a recusa sobre a mão *invisível* e da noção de vícios privados benefícios públicos, ou seja, “a dinâmica do capitalismo pode ser (e nos países subdesenvolvidos é) promotora de mal estar público” (CEPÊDA, 2008, p. 106).

Nesse sentido, “o livre mercado pode ser um bom guia para os países centrais, não para os países periféricos”, ou seja,

Nas economias centrais o efeito da mão *invisível* é o aumento do progresso técnico, a redução dos custos e dos preços (via competição), a elevação de bem estar geral e a capacidade de expansão contínua do investimento. Nas economias periféricas, diversamente, diversamente, o mercado auto-regulado aparece associado à especialização (princípio das vantagens competitivas) e gera no longo prazo uma gama de efeitos perversos: deterioração dos termos de troca, condição reflexa da economia, transferência de renda para exterior, incapacidade de constituição do setor de bens de produção, defasagem tecnológica, dependência, artificialização dos hábitos de consumo, consumo suntuário das elites, etc (CEPÊDA, 2008, p. 106).

Nesse sentido, cumpre ressaltar que Celso Furtado elaborou uma reinterpretação da própria dinâmica do desenvolvimento capitalista capturando a dimensão da formação do Brasil, diante a articulação entre “interno/externo, história geral/história nacional simultaneamente com a dimensão social, econômica e política” (CEPÊDA, 2008, p. 104) totalmente embasado em uma concepção teórica e que iremos analisar nos próximos capítulos deste trabalho.

⁵¹ Cumpre ressaltar, que diante estes dados, em relação à *teoria do desenvolvimento* há a recusa de Furtado diante o modelo de História Ocidental e há a necessidade intrínseca de uma revisão da herança colonial sob o pressuposto da vocação agrária para o país, para que o autor pudesse projetar uma nova teoria sobre o desenvolvimento brasileiro.

Assim, há de se ressaltar que o desenvolvimento estaria ligado à elevação da renda *per capita* de uma sociedade e não ao crescimento econômico de empresas individuais, mesmo estas sendo partes integrantes deste processo. Isto posto, a *teoria do desenvolvimento* seria, segundo Furtado, uma teoria macroeconômica de produção naturalmente ligada à força de trabalho coletiva e, nesse sentido, seria necessário estudar o “*desenvolvimento*” diante a sociedade em que mais esteve em repercussão a questão da força de trabalho e das relações sociais: a capitalista. O *desenvolvimento*, portanto, segundo Furtado, em regras gerais, seria o aumento da circulação de renda real ou, em outras palavras, seria o aumento da quantidade de bens e serviços para uma determinada sociedade em uma determinada parcela de tempo.

Em contrapartida, a *teoria do subdesenvolvimento* tem o propósito limitado de mostrar a natureza das variáveis não-econômicas que determinam, em última instância, a taxa de crescimento da produção de uma determinada economia. Referida teoria se limita em reconstituir, segundo Celso Furtado, em um modelo abstrato, derivado de uma experiência histórica limitada, as articulações de determinada estrutura, não podendo pretender elevado grau de generalidade⁵².

Furtado analisou que, nas economias pré-industriais, o lucro quando resultante de operações efetuadas dentro do próprio sistema econômico e, não, de intercâmbio externo, consistia, em grande parte, em uma apropriação direta de bens e serviços à disposição da coletividade e, o dinamismo da Revolução Industrial, em sua primeira etapa, atuava pelo lado da oferta, concentrando-se a atenção do empresário na grande tarefa de por todos os meios, reduzir os seus custos. Nesse sentido que iria resultar nas técnicas de produção que passariam a constituir o ponto crucial de todo o sistema econômico e, superada a primeira etapa do desenvolvimento, durante a qual foram erodidas as velhas estruturas econômicas, os fatores dinâmicos da economia industrial começaram a operar, simultaneamente, do lado da oferta e o da procura.

⁵² Cumpre ressaltar que, na Revolução Industrial, o desenvolvimento econômico era basicamente um processo de aglutinação de pequenas unidades econômicas e de divisão geográfica do trabalho. Dessa forma, na classe comercial estava o agente dinâmico do desenvolvimento, onde criavam formas mais complexas da divisão do trabalho e possibilitava a especialização geográfica. Assim, os frutos do aumento resultante de produtividade eram absorvidos em grande parte pelos grupos dirigentes das comunidades promotoras do comércio, o que tornava possíveis importantes concentrações de capital financeiro. Contudo, como a articulação entre os grupos dirigentes da fase comercial e os grupos sociais responsáveis pelas fases produtivas era reduzida ou nula, a acumulação dos lucros nas mãos dos comerciantes pouco ou nenhum efeito tinham sobre as técnicas de produção (FURTADO, 1965).

Assim, o subdesenvolvimento segundo Celso Furtado seria um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham necessariamente passado às economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento e, portanto, estaria sobre esta análise da *teoria do desenvolvimento* e da *teoria do subdesenvolvimento*, o epicentro da análise de Celso Furtado à construção de um projeto de Nação, no alargamento da democracia e na justiça social, com base nas realidades históricas do Brasil.

CAPÍTULO II

O *teto* das transformações econômicas, políticas e sociais e a formação da teoria furtadiana

CAPÍTULO II – O *teto* das transformações econômicas, políticas e sociais e a formação da teoria furtadiana.

As relações existentes entre as crises cíclicas no Brasil e, por sua vez, inerente à dinâmica das transformações na economia, política e sociedade no conjunto dos processos de inflexão na estrutura nacional, mencionadas no primeiro capítulo, delinearão o plano de fundo para o apontamento de nosso objeto central de tentarmos demonstrar que diante das propostas do projeto de Celso Furtado de superação do subdesenvolvimento e das propostas de um projeto de Nação que vinham se contornando no país, desde o processo que caracterizou a passagem da industrialização nacional, a partir de 1930, até o *teto* das crises da década de 1960, com a renúncia do presidente Jânio Quadros e que serão apontadas neste capítulo.

Mas, como indicado no título, “o *teto das transformações econômicas, políticas e sociais e a formação da teoria furtadiana*” à formação do projeto de desenvolvimento e de futuro econômico, político e social diante do *velho marco institucional* que esboçava *novos* contornos ao longo do período 1930-64 devem ser observados neste segundo capítulo, sobre duas prerrogativas indispensáveis relacionadas, em primeiro lugar, sobre o cenário intelectual e na percepção em que os autores⁵³ fomentavam o debate teórico acerca dos fatores centrais e desencadeadores do desenvolvimento e do subdesenvolvimento aprofundado nos países de capitalismo tardio, principalmente com o término da 2ª Guerra Mundial; e, em segundo lugar, diante a perspectiva do posicionamento da teoria furtadiana, em relação ao referido debate teórico no bojo das diretrizes de intelectuais e que irão delinear a formação, tanto da teoria quanto do projeto furtadiano enquanto via oposta às inflexões que vinham se perfazendo no país e no mundo, com o advento da *bipolarização mundial*⁵⁴.

⁵³ Fazemos referência aos atores discutidos nas obras de Celso Furtado como John Maynard Keynes, Adam Smith, Joseph Schumpeter, Ricardo, Karl Marx, Gunnar Myrdal, Max Weber, Gustave Cassel e John Stuart Mill.

⁵⁴ Após o final da Segunda Guerra Mundial houve um período caracterizado pela bipolarização mundial. De um lado os países capitalistas liderados pelos Estados Unidos da América (EUA) e de outro lado os países comunistas liderados pela então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Esse período foi também caracterizado pela “guerra fria” que era uma disputa não armada e não declarada entre EUA e URSS. A bipolaridade mundial teve a atenção mundial por mais de quatro décadas e influenciou de tal maneira as economias mundiais que a queda do muro de Berlim em 1989 foi um marco para a história mundial. Entre 1989 e 1992 houve um efeito dominó que resultou na proclamação de independência de vários países do leste europeu que até então estavam sob as égides do comunismo.

Cumprir ressaltar que a importância intelectual de Celso Furtado se fez presente para composição de um campo teórico que reconhecia a realidade histórica nacional e não apenas aos processos de inflexão, mas também às produções teóricas acerca do desenvolvimento e subdesenvolvimento desse período histórico de plenas transformações, diante as singularidades econômicas, políticas, sociais e culturais presentes na estrutura de diferentes estados nacionais, processo pelo qual as trilhas a serem percorridas por um determinado país ao desenvolvimento econômico, não seriam os mesmos de outros países que já haviam superado a barreira agrária para o processo de industrialização⁵⁵. Seguindo esta mesma premissa de que as trilhas adotadas por uns não seriam a mesma fórmula para a superação do atraso industrial de outros, vale ressaltar a respeito da indubitável condição da adoção de *modelos de desenvolvimento* econômico análogos de Nações de desenvolvimento industrial (fazemos referência ao *Novo Compromisso Fordista*, ao interregno do liberalismo, do *Welfare State* e Keynesianismo) que comprometeriam países em fase de superação do atraso econômico pelo fato de não terem a consciência de que sem o pleno reconhecimento das análises da trajetória histórica do subdesenvolvimento em países *terceiro mundistas*, não haveria condições para que referidos modelos fossem implementados em estruturas históricas econômicas, sociais, políticas e culturais antagônicas. E, em virtude destes fatos que foram cometidos equívocos por determinados autores e intelectuais⁵⁶ e por determinados atores a respeito das

⁵⁵ Em relação aos conceitos acerca do desenvolvimento e da modernização, Barrington Moore (MOORE, Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia – Senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.), na década de 1980, elaborou, a partir da realização de uma história comprada, estudos sobre a mudança política, social e econômica na Grã-Bretanha, França, Estados Unidos, China, Japão, Alemanha, Rússia e Índia para interpretar as transformações sociais, tendo como auxílio a história e as estruturas sociais desses países, como condicionantes à compreensão do desenvolvimento e da modernização. Assim sendo, para o autor, o processo de modernização estaria relacionado com a forma em que uma sociedade passa da condição de pré-moderna para moderna interligada com o tratamento dado às sociedades agrárias e é, sobre os regimes políticos, que a modernização encontraria seu epicentro de alterações.

⁵⁶ Um valioso debate teórico acerca dos equívocos teóricos da inteligência e sobre seus respectivos autores, podem ser lidos na obra de Celso Furtado *A Economia Brasileira* (1954), pelo qual, Furtado irá demonstrar as falhas teóricas em Keynes, Schumpeter, Cassel, Marshall e Senior, ao que esses autores visualizaram apenas os efeitos positivos e negativos do acúmulo e estagnação do capital e trabalho, esquecendo que, os fatores que impulsionam essa dinâmica, não estariam sobre a fórmula em que, a partir dos ganhos excessivos obtidos gerando capital, seriam reconvertidos em melhores salários, acarretando em bem-estar social. A incapacidade de se obter capital gera por sua vez, baixos salários pela falta de reconversão atribuída ao capital e, assim sucessivamente. Furtado aponta o equívoco diante aquilo que os economistas neoclássicos não conseguiam ver, ou seja, que o efeito propulsor não era apenas a capacidade ou não, de se obter capital e altos salários, o problema estaria na forma em que o empresário do capital moderno visualizaria a sua capacidade de inversão de capital em recursos e em tecnologia adequadas, gerando capital e, por sua vez,

impossibilidades de condições à superação do subdesenvolvimento dos países de desenvolvimento tardio, em especial no caso brasileiro, onde a proposta de Furtado, com base no conhecimento das realidades históricas da Conjuntura e Estrutura nacional proporcionou à formação de uma *teoria e projeto* comprometidos com a superação do subdesenvolvimento e das injustiças sociais e regionais do Brasil e que serão apresentadas nos parágrafos que se seguem.

No campo da *intelligentsia*, as conseqüências geradas pelo pós 2ª Guerra nortearam debates sobre questões à superação da dependência econômica e trilhas possíveis à superação do subdesenvolvimento de países que, de uma forma ou de outra, não passaram pelas transformações econômicas, políticas e sociais evidenciadas pela lógica das mutações do capital a partir da via industrial de desenvolvimento e modernização. Assim, o cenário do debate acerca do subdesenvolvimento iria esboçar preocupações e comportamentos distintos à dicotomia existente entre países de economia desenvolvidas e subdesenvolvidas, onde à superação da pobreza tornar-se-ia o epicentro almejado tanto por Nações *pobres e ricas*, dessa forma, para as Nações de desenvolvimento tardio sair do atraso econômico, que refletiam no aumento dos embates sociais e da miséria aos setores sociais não favorecidos pelos processos antagônicos sobre a divisão do produto social (que vinham ocorrendo com maiores proporções após a Segunda Grande Guerra) tornavam-se o objetivo a ser alcançado além, sobre qual rumo as trilhas ao desenvolvimento dever-se-ia adotar à superação do atraso econômico (MOORE, 1983). Ao mesmo tempo em que esses conflitos perfaziam-se sobre os países subdesenvolvidos, tornar-se-iam o *temor* dos *países ricos*, em virtude de que, se não ocorresse à superação da barreira do subdesenvolvimento e da miséria social nos países *terceiro mundistas*⁵⁷ a expansão geopolítica da *ameaça do espectro comunista* poderia acontecer aonde os embates sociais fossem mais agudos e intensos no contexto da Guerra Fria e em todo o cenário mundial. Um dos

desenvolvimento sem estagnação (FURTADO, 1954).

⁵⁷ Vale ressaltar, que o conceito terceiro mundista descrito e/ou “Terceiro Mundo” (Tiers Monde) foi utilizada pelo demógrafo francês Alfred Sauvy, em 1952 com referência às nações da Ásia e da África, que se tornaram independentes com o fim da II Guerra e, em fase de “desenvolvimento” industrial capitalista, ao mesmo tempo, essa expressão desassociava das características dos países socialistas industrializados do período da Guerra Fria entre os EUA e a URSS. Dessa forma, qualificar países em fase de desenvolvimento não tem nada a ver com a realidade histórica singular adquirida ao longo das décadas posteriores a Segunda Grande Guerra, onde Nações nem sempre puderam ultrapassar a barreira do subdesenvolvimento, e, em virtude do desenvolvimento e superação ao atraso inexistente às suas características históricas, políticas, econômicas, sociais e culturais. Para maiores reflexões ver SAUVY, Alfred. *Mythologie de Notre Temps*. Paris: Payot, 1966.

maiores exemplos no contexto histórico da América Latina, onde as tensões sociais foram levadas para uma alternativa a esquerda foi o caso cubano, onde o acirramento das lutas das oligarquias regionais aliadas ao capital norte-americano no país, entre operários e camponeses pobres, desencadearam no movimento revolucionário liderado por Fidel Castro, Raul Castro e Ernesto “Che” Guevara, com propostas de reformas sociais sobre milhares de cubanos que se alimentavam mal e viviam de empregos temporários, além da situação dos camponeses, que tinham trabalho garantido apenas entre dezembro e maio de cada ano no país e, sobre a situação do analfabetismo entre a imensa maioria populacional⁵⁸.

Nesse sentido, cumpre salientar que a epopéia para superação da pobreza e da miséria econômica, almejada tanto por Nações ricas e pobres, mencionadas anteriormente, perfizeram por um hiato extremamente distinto entre modelos econômicos propostos e dados como desmistificadores de problemas históricos, mas sim, pela “distinção política mais importante entre os países (que) não se refere à sua forma de governo, mas ao seu grau de governo”. Ou seja, por qual caminho dever-se-ia trilhar um país como metas à superação do atraso e da pobreza sendo que:

as diferenças entre ditadura são menores que as existentes entre os países cuja política compreende consenso, comunidade, legitimidade, organização, eficiência, estabilidade e os países cuja política é deficiente nessas qualidades (HUNTINGTON, p. 13, 1968).

O epicentro teórico das obras de Furtado (*A Economia Brasileira* (1954), *Perspectiva da Economia Brasileira* (1958), *A Pré-Revolução Brasileira* (1962) e *a Dialética do Desenvolvimento* (1964)), em relação ao debate teórico mundial sobre o desenvolvimento e subdesenvolvimento podem ser lidas a partir de três perspectivas diante a ação do autor, enquanto pesquisador e analista da CEPAL, BNDE, GTDN, CODENO e da SUDENE, ao *sintetizar* três importantes correntes de pensamento econômico - *a Economia Clássica, o Keynesianismo e a Doutrina Marxista* - para compor *um pensamento autônomo* acerca da necessidade

⁵⁸ Um dos motivos que significaram o posicionamento crítico de partidos e políticos, da imprensa brasileira e do governo norte-americano sobre esse acontecimento no período de governo de Jânio Quadros no Brasil foi a condecoração destinada aos feitos da Revolução Cubana à Ernesto Guevara com a ordem máxima do Cruzeiro do Sul, até então destinada a personagens estrangeiros que, por alguma situação tivesse realizado algum feito heróico em benefício ao país.

de diagnosticar a “problemática de sistemas econômicos nacionais, em fases diversas de subdesenvolvimento, [levando-o] a aproximar [da] análise econômica do método histórico” (FURTADO, 1965, p. 13), quais sejam, I – *desenvolvimento, subdesenvolvimento e modernização*; II – *Projeto Nacional*, e III – *Estado Democrático*, que serão os elementos onde Furtado irá perceber e articular, não apenas as três produções teóricas da “economia clássica”, mas indiscutivelmente, sobre uma nova proposta à nova forma em que as influências de readaptação geradas pelo capitalismo pós-guerra em propostas desassociadas a falência do ideário liberal e seu Estado absenteísta preconizadas pelos atores nacionais, diante a valorização do planejamento econômico e em setores estratégicos do Brasil, bem como sobre as potencialidades dos recursos naturais para serem formados novos *modelos dinâmicos* na economia à regiões onde o desenvolvimento econômico não ocorria (esses fatos ficam mais evidentes, quando Furtado analisa os fatores dinâmicos ao desenvolvimento do Nordeste em suas obras), colocando a democracia econômica como a grande saída para o agudo conflito engendrado entre as classes sociais no país (CEPÉDA, 2001).

Nesse ínterim, três grandes temas do estruturalismo⁵⁹ latino-americano devem também ser apontados às obras de Furtado, além das obras apontadas acima do pensamento econômico clássico, quais sejam, a tendência ao desemprego, dependência econômica e depreciação nas trocas comerciais⁶⁰; e, é

⁵⁹ A teoria estrutural-funcionalista foi um movimento criado a partir do funcionalismo teórico de Alfred Reginald Radcliffe-Brown (RADCLIFFE-BROWN, Alfred Reginald. *Structure and function in primitive society: essays and addresses*. London: Cohen and West, 1952) que marcou a sociologia e os estudos da ciência política acerca das estruturas sociais e estruturas organicistas do Estado e, que, desempenham dentro das aparelhagens instrumentais de uma nação, tarefas e princípios gerais que unem os seres humanos diante as estruturas e ao centro de funcionamento das esferas do Estado. Referida teoria marcou a ciência política norte-americana a partir da década de 1950 destacando, entre outros, Talcott Parsons (PARSONS, T. *The social system*. Glencoe III: Free Press, 1951), Arthur F. Bentley (BENTLEY, Arthur F. *Reality in Man and Society*. G. P. Putnam's Sons, 1926) e Charles E. Merriam (MERRIAM, Charles E. *Que é Democracia?* São Paulo: LEP, 1947). Dessa forma, com o surgimento da corrente de pensamento econômico conhecido como Cepalina ou estruturalista, esta por sua vez se preocupava com o crescimento alicerçado ao desenvolvimento e, por sua vez, destinava-se em enfatizar sobre a produção, na sociedade e na observação das diferentes formas de dependências entre os países centrais e os países periféricos. Segundo Ricardo Bielschowsky (2004), o estruturalismo na análise econômica Cepalina, pode ser lido a partir do enfoque orientado pela busca de relações diacrônicas, históricas e comparativas que derivam daí, fundamentos essenciais para a construção teórica da análise histórica comparativa. Sendo assim, as idéias históricas estruturalistas da Cepal formam um corpo analítico específico, aplicável a condições históricas próprias da periferia latino-americana, e que assim, o pensamento da teoria econômica da “universalidade” só poderia explicar com estudos e análises historicamente especificadas regionalmente, visto que as estruturas periféricas latinas americanas determinam comportamentos regionais particulares.

⁶⁰ Joseph Love afirma que as teorias de Keynes sobre Democracia Econômica podem ser

nesse contexto onde Furtado elaborou trabalhos fecundos sobre a América Latina e aonde o autor irá se desvincular dos demais trabalhos de intelectuais da CEPAL por incorporar sobre o desenvolvimentismo, questões que envolvem o reconhecimento à realidade histórico-cultural individual de cada país para projetar o reconhecimento do subdesenvolvimento *histórico* enquanto trilhas a serem percorridas, desamarradas e superadas no cenário político, econômico e social estrutural brasileiro (FURTADO, 1961). Ao apontarmos três eixos teóricos que influenciaram teoria e projeto furtadiano devemos também enfatizar que a contribuição intelectual de Celso Furtado avançou sobre novas perspectivas de análise do desenvolvimento a ponto de tornar-se *paradigma* sobre, não apenas na aplicação do estruturalismo na América Latina, mas diante o estruturalismo aplicado ao caso brasileiro que enriquecem o autor no campo da produção intelectual mundial.

A análise de Celso Furtado sobre os conceitos de *capital* (nacional e internacional), *trabalho* e *Estado*, marcaria o epicentro da teoria furtadiana ao projetar sobre a *divisão internacional do trabalho*, uma nova dialética capaz de enfrentar os setores anacrônicos da sociedade brasileira e que não se apresentavam às três grandes correntes do pensamento econômico, inerente à tônica teórica internacional, a partir do reconhecimento (e conhecimento) da realidade histórica nacional sobre os problemas gerados pelo desenvolvimento e subdesenvolvimento.

Furtado, ao projetar diante desses itens (*capital*, *trabalho* e *Estado*), comportamentos e estruturas de análises, em consequência das transformações do *capital moderno* intensificado no período pós-segunda guerra, entendia que não seriam mais projetados sobre a atuação normativa do Estado os processo de desenvolvimento econômico e social, mas sim, sobre o reconhecimento pleno da importância reguladora conferida ao mesmo acerca de problemas referentes à distribuição de riquezas com o aumento do campo da produção e do acúmulo de *capital* nacional e internacional pelo processo dinâmico do mercado industrial, bem como sobre a ótica da necessidade intrínseca ao próprio *capital* de absorver grande contingente de trabalhadores para o mercado de consumo e, regulamentando medidas protecionistas ao *trabalho* que perpassam sobre a forma paradoxal entre

observadas com maior intensidade nas obras de Furtado a partir da publicação de um ensaio para a CEPAL – “Características gerais da economia brasileira” – em 1949. Vale ressaltar que o autor acredita que a relação profissional existente entre Celso Furtado e Raul Prebisch na CEPAL tenha contribuído para que a teoria keynesiana ganhasse maiores proporções no pensamento furtadiano.

economia e política nesse período de plenas transformações pelo *Estado* democrático e pelo *capital* no Brasil.

Esses fatos são objetos de análises que substituíam às considerações “marginal” ou “herética” do pensamento liberal clássico, a partir da teoria keynesiana⁶¹, que viria a substituí-la. Dessa forma, a contenda e o fantasma da via comunista no cenário da bipolarização mundial e as recentes marcas dos regimes totalitários de governo (nazi-fascismo) permitiram que “as contradições e os privilégios existentes no mundo desenvolvido fossem negociados gerando novos modelos de organização social e política” (CEPÊDA, p. 30, 1998) que pudessem amenizar as tensões entre *Estado*, *capital* (internacional e nacional) e *trabalho*. Portanto, novas necessidades vão, portanto se *legitimando* com o progressivo aumento de procedimentos democráticos, participação política e perspectiva do *Estado de Bem-Estar*⁶², em grande parte adotada pelos países europeus que vivenciaram as destruições causadas pelas duas guerras mundiais e como *corolário* se intensificava o *desenvolvimento estático* em realidades políticas e econômicas históricas opostas (CEPÊDA, 1998), como no caso da América Latina e Brasil e demais Nações do denominado “*Terceiro Mundo*”, quando comparado à realidade e aumento dos fatores propulsores do desenvolvimento estadunidense e das Nações européias que já haviam partido para o desenvolvimentismo industrial⁶³ e, em virtude do trabalho teórico efetuado por economistas para “a construção de modelos mais e mais completos das estruturas típicas industriais mais avançadas, no quadro institucional da livre empresa”, pelo qual, segundo Celso Furtado, ocorria à contribuição à elaboração de “conceitos e relações de ampla eficácia explicativa” (FURTADO, 1965, p. 14) ao desenvolvimento desses países e onde “o estudo comparativo de problemas similares, no plano abstrato, em variantes condicionadas

⁶¹ John Maynard Keynes - KEYNES, John Maynard. Teoria geral do emprego, do juro e da moeda. São Paulo: Atlas, 1992. - um dos mais importantes economistas da primeira metade do século XX creditou sobre a intensificação da intervenção do Estado nas atividades econômicas como marco inapelável às críticas à teoria liberal clássica de Adam Smith – SMITH, Adam. A riqueza das nações. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.

⁶² Estado de Bem-Estar Social e/ou Estado-Providência (Welfare State) tipo de organização política e econômica que coloca o Estado como agente da promoção social e organizador da economia cabendo ao Estado do bem-estar social garantir serviços públicos e proteção à população. Desenvolveu-se principalmente na Europa, onde seus princípios foram defendidos pela social-democracia, sob a orientação do economista e sociólogo Karl Gunnar Myrdal. Ver MYRDAL, K. Gunnar. Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas. Rio de Janeiro: Saga, 1972.

⁶³ Cumpre ressaltar, que os fatores propulsores mencionados no texto estão relacionados à economia, política e sociedade inerente ao progressivo aumento de procedimentos democráticos, participação política e na perspectiva do Estado de Bem-Estar pós-segunda grande guerra, como mencionados no corpo deste parágrafo.

por situações históricas diversas e em distintos contextos nacionais” (FURTADO, 1965, p. 13) não seriam as mesmas variantes à explicação do subdesenvolvimento de uma Nação subdesenvolvida, e nem mesmo os fatores para que houvesse a implantação de modelos e conceitos desenvolvimentistas em territórios díspares em todo o globo⁶⁴.

O aumento da atuação da esfera pública sobre a esfera privada fez com que atenuassem conflitos sobre *capital* e *trabalho*, mas a teoria keynesiana e seu desdobramento entre teóricos do desenvolvimentismo, não privilegiavam as estruturas histórico-cultural dos países subdesenvolvidos, mesmo que esses adotassem modelos institucionais de organização de Nações desenvolvidas como meio de superação ao subdesenvolvimento acentuado principalmente no período pós 2ª Guerra, onde o debate acerca das causas que distanciavam e atenuavam a dicotomia entre nações *ricas* e *pobres* se distanciavam pelo simples fato de não se reconhecer os fatores de natureza estrutural propulsoras das desigualdades econômicas entre Nações e nem mesmo diante “uma questão central, talvez a questão central, na economia internacional e do desenvolvimento é a tendência aparentemente implacável da ampliação desse hiato econômico” (HUNTINGTON, p. 14, 1968), qual seja, do aumento das desigualdades econômicas entre as Nações ricas e pobres⁶⁵. Conforme Furtado:

O economista que observa o processo econômico não de uma perspectiva exclusivamente distributiva, e sim primariamente como um complexo de produção, terá necessariamente que descer ao plano histórico, o que o obrigará a ser mais cauteloso em suas generalizações (FURTADO, 1954, p. 212).

Assim, se por um lado, a teoria keynesiana que exprime o aumento da atuação da esfera pública nas relações econômicas da esfera privada, enquanto mediador de conflitos que possam ser gerados entre o *capital* e o *trabalho*, a lógica do *Estado de Bem-Estar*, adotado por países europeus, devastados pelas duas grandes guerras mundiais (o Welfare State), como provedor de políticas democráticas entre os cidadãos encontrou nos Estados Unidos, pouca intensidade,

⁶⁴ FURTADO, Celso. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1965

⁶⁵ Huntington (1968) observou em sua obra as observações feitas por Myrdal a respeito dos dados paradigmáticos entre o crescimento econômico das Nações ricas sobre de que “estavam ficando mais ricas, absoluta e relativamente, num ritmo mais rápido que as Nações mais pobres” (HUNTINGTON, p. 13, 1968).

onde prevalecera o *Novo Compromisso Fordista* enquanto sinônimo da manutenção do ritmo da produção e consumo que perpassavam pela regulamentação do Estado na criação de novas leis trabalhistas e no aumento progressivo da porcentagem salarial entre trabalhadores estadunidenses para aceleração da política consumista, como metas para o alargamento do mercado consumidor interno⁶⁶.

E é, nesse ínterim, que a teoria furtadiana demonstrar-se-ia posições às discussões teóricas sobre a dicotomia antagônica entre países *pobres* e *ricos*. Dessa forma, ao pensar sobre o debate mundial, keynesianismo, as crises cíclicas de crescimento/recessão, o *novo compromisso fordista* e os movimentos operários europeus pela distribuição da riqueza social, podem ser inferidos na assimilação desses eixos teóricos no pensamento, teoria e projeto de Celso Furtado para o país, no debate sobre o desenvolvimentismo e “na questão do subdesenvolvimento, que movimentou acadêmicos, instituições e governos (...) a partir de um fenômeno reconhecido mundialmente como importante” (CEPÊDA, 1998, p. 31) pela produção teórica dos estágios da modernização elaborada por estudos da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) em conjunto com a contribuição intelectual de Celso Furtado sobre o desenvolvimentismo da América Latina e em especial ao Brasil, onde o conjunto dos processos e crises na estrutura global, inerentes às transformações na conjuntura nacional irá encontrar sobre a contribuição intelectual de Celso Furtado, trilhas ao enfrentamento do subdesenvolvimento no território nacional.

2.1 Furtado e o modelo histórico do subdesenvolvimento brasileiro.

Ao longo deste tópico iremos focar sobre a questão do modelo histórico do subdesenvolvimento brasileiro e é sobre a análise da estrutura econômica histórico-cultural do Brasil realizada por Celso Furtado é a expressão da

⁶⁶ Um das críticas sobre a adoção de modelos com base no desenvolvimento de países industrializados podem ser lidas a partir da teoria de Furtado em afirmar que “[se] os governantes de muitos países, e entre estes o Brasil, seguido à risca os conselhos daqueles que se supunham conhecedores da ciência econômica, e esses países provavelmente se teriam desenvolvido muito menos. Essa observação se aplica inclusive a países como Estados Unidos e Austrália, para ficar apenas com aqueles que liam em sua língua os livros dos economistas ingleses” (FURTADO, 1954, p. 239).

obra *A economia brasileira (1954)* e, que por sua vez, pode ser atribuídas às demais obras do autor ao longo de seu legado intelectual. Mas, no conjunto desta obra sobre a análise dos *problemas fundamentais da economia brasileira* e do *ritmo irregular* desigual que se acentuava entre as regiões do país e da constante *violação dos postulados clássicos*⁶⁷, segundo Celso Furtado (1954), *do pensamento tradicional* por apresentarem previsões *falsas* sobre o percurso à superação do subdesenvolvimento pelos países do *terceiro mundo* em relação aos países industrializados, tornaram-se o objeto de estudo de Celso Furtado sobre os contornos em que se encontravam diante a conjuntura nacional e aos legados destinados aos países de desenvolvimento tardio pela estrutura.

Ao apontar os *problemas fundamentais da economia brasileira*, Furtado, em primeiro lugar, indicou “algumas circunstancias favoráveis que conheceu a economia colonial brasileira, particularmente em sua etapa cafeeira” (FURTADO, 1954, p. 15) para poder analisar, a partir das transformações da grande depressão de 1929 e sobre os acontecimentos da Revolução de 1930 no Brasil, de que “esgotadas as possibilidades de crescimento de um sistema, a economia entra num período de transição que pode ser de atrofiamento ou de gestão de um novo sistema” (FURTADO, 1954, p. 15), sendo de fundamental importância o reconhecimento do sistema econômico que se processava no cenário estrutural nacional. Como salientado anteriormente, o desenvolvimento industrial nacional foi fruto dos processos de inversão econômica praticado pela política anticíclica do Estado brasileiro para manutenção do nível de emprego, possibilitado pelo processo de substituição das importações geradas a partir das crises no cenário mundial (fazemos referência a depressão de 1929 e as duas grandes guerras de 1917 e 1945), mas vale ressaltar que segundo Furtado, a política anticíclica adotada no país, sobre a manutenção do nível de emprego, não foram resultados gerados pelas crises cíclicas externas, mas sim, sobre a geração do subproduto das necessidades que o país mantinha como o resultado de uma política de fomento de defesa dos interesses do setor cafeeiro onde:

a política de defesa do setor cafeeiro nos anos da grande depressão concretiza-se num verdadeiro programa de fomento da renda nacional. Chega-se a praticar no Brasil, inconscientemente, uma política anti-cíclica de maior amplitude

⁶⁷ *Postulados Clássicos*, segundo Celso Furtado, seriam os pós economistas do pensamento Liberal.

que a que se tenha sequer preconizado em qualquer dos países industriais (FURTADO, 1954, p. 131).

No entanto, a análise de Furtado sobre a política inconsciente que promovera o subproduto das necessidades industriais no Brasil, no período de recessão econômica, deve ser salientada, também, sobre duas perspectivas indispensáveis acerca da teoria furtadiana, quais sejam: a concepção do Estado e a questão da manutenção e ampliação da renda nos setores dinâmicos da economia brasileira (FURTADO, 1954).

Assim, mais uma vez a questão da relação entre *capital/trabalho/Estado* aparece com maior propriedade na análise furtadiana sobre a superação do atraso econômico, onde o apoio do Estado em políticas que promovessem a manutenção das frações mais avançadas do capitalismo nacional pudesse promover a expansão da renda e do emprego em todos os setores econômicos (com maiores propriedades, as frações sociais menos privilegiadas) do país. Dessa forma, caberia a função reguladora e normativa do Estado, o objetivo de aumentar o processo dinâmico da renda e do pleno emprego, com o apoio aos setores mais avançados da economia, o que provocaria, por assim dizer, a contradição entre os setores não identificados com o desenvolvimento econômico e social, conduzidas pela ação legitimada e pela racionalidade do Estado condutor e/ou árbitro de promover a justiça social entre os diversos estratos da sociedade brasileira (FURTADO, 1954).

Dando seqüência a esta análise, em *A Formação Econômica do Brasil* (1959), podemos encontrar o exame acurado de Celso Furtado sobre as reformas pelas quais deveria passar o país, a partir da análise conferida à superprodução do café no início do século XX no Brasil e sobre as crises financeiras nacionais e internacionais, que entoaram problemas da ordem dos juros fiscal e cambial no país, como sinônimos de uma política anticíclica da manutenção do emprego e pelo qual possibilitou o processo de industrialização via substituição das importações (FURTADO, 2007). E em relação à visão do autor sobre o Estado, este dever-se-ia manter como provedor da manutenção e ampliação dos setores de produção aos demais setores da economia, bem como, mantenedor da expansão da renda e emprego à sociedade (FURTADO, 1958). A necessidade da elaboração e/ou construção de projeto de Nação a partir da racionalidade e sobre a condução e

arbitragem dos processos sociais conferidos ao Estado, somente se concretizariam, se reformas fiscais, cambiais e sociais fossem planejadas e aplicadas com a finalidade de minimizar o antagonismo latente entre os diferentes estratos sociais para evitar que direitos e benefícios concedidos apenas a cidadãos de Nações desenvolvidas, se tornassem também, realidade de cidadãos de países subdesenvolvidos (FURTADO, 2007)⁶⁸.

Nesse sentido, ainda sobre a questão do Estado, este aparece para Furtado a partir das conseqüências geradas pelo *ritmo desigual* do desenvolvimento e acerca da *capacidade de poupança e a capacidade de inversão* ociosa de empresários ao desenvolvimentismo econômico nacional, onde não havia a causação circular do mesmo para garantia do ritmo constante à *capacidade de poupança* e à *capacidade de inversão* ao desenvolvimento industrial nacional, seja pelo setor público ou privado no país (FURTADO, 1954). Assim, a respeito da *capacidade de poupança* e de *inversão* a partir da análise de Keynes onde “uma das chaves para o problema do desemprego” estariam sobre “a diversidade entre os motivos que induzem a poupar [os empresários] e aqueles [empresários] que levam a inverter”, Furtado completaria afirmando que “sempre que numa economia o impulso para inverter não seja suficientemente forte para absorver toda a poupança que se forma, haverá desemprego” (FURTADO, 1954, p. 242).

Sendo assim, “a análise dos fatores que induzem o empresário a inverter é certamente a parte mais pobre da obra de Keynes” (FURTADO, 1954, p. 243) por esquecer e/ou abandonar a idéia de lucro a curto prazo, onde a atuação do Estado sobre incentivos ao processo de inversão de capital, dos empresários, no ciclo do desenvolvimentismo econômico de um estado, seria fundamental ⁶⁹. O que de mais importante podemos ressaltar sobre essa análise da teoria furtadiana estaria sobre o *ritmo desigual* do desenvolvimento econômico nos estados do Brasil, onde *o impulso para inversão de capital por empresários não eram suficientemente forte para absorver poupança*, mas que foram construídos por políticas inconscientes do Estado, ao invés da própria consciência de que deveriam ter os empresários, principalmente nas regiões sul/sudeste do Brasil, comparadas as regiões centro/norte/nordeste, onde *o impulso para inverter não foram*

⁶⁸ Myrdal (1972) e Huntington (1968) já haviam observado sobre esse hiato econômico em suas obras.

⁶⁹ Ao longo do terceiro capítulo desta dissertação iremos explorar como Furtado já mencionava e entendia esses fatores no Plano Trienal.

suficientemente forte para absorver poupança, gerando não apenas desemprego, mas anacronismo econômico e social pela inexistência de interação com os demais estados do país, em virtude da falta da ação efetiva do Estado (ou melhor, pela falta de um projeto de Nação) que colocasse os estados mais pobres nas trilhas do desenvolvimento industrial, e que serão preconizados no Plano Trienal e analisado no terceiro capítulo deste trabalho.

2.2 A incapacidade do crescimento econômico regional no Brasil.

Outro ponto importante da teoria furtadiana não repousa apenas na observação sobre o crescimento das desigualdades econômicas e sociais de Nações ricas e pobres, mas também, sobre o processo de aplicá-las à dicotomia do desenvolvimento e subdesenvolvimento interno brasileiro. Nesse sentido, a disparidade econômica entre as diversas regiões do país é a espinha dorsal para que sejam apontados com maiores definições, o epicentro e reconhecimento teórico furtadiano à formação do Plano Trienal. É sobre a dicotomia existente entre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento regional brasileiro (FURTADO, 1958) e as formas arcaicas da produção agrícola no Brasil, juntamente com a industrialização em andamento no país que será apresentada, neste tópico, o reconhecimento da teoria e projeto furtadiano diante os processos de crise e aos pontos de inflexão contornados na estrutura e na *conjuntura* nacional.

Em *Perspectivas da Economia Brasileira* (1958), a proposta que fora realizada por Celso Furtado pode ser expressa na tentativa de “equacionar o problema do desenvolvimento na economia brasileira em sua etapa atual” (FURTADO, 1958, p. 9) (ou seja, sobre o período compreendido pelo término da Segunda Guerra) e de “analisar suas tendências fundamentais e, pela projeção dessas tendências, tentar a determinação dos principais fatores que poderão reduzir o ritmo desse desenvolvimento nos próximos anos” (FURTADO, 1958, p. 9) no Brasil⁷⁰.

⁷⁰ Os números que fazemos menção recaem sobre o que Furtado entendia por economia brasileira (1958), ou seja, em um país como uma imensa continuidade territorial dotada de unidade política e cultural, mas descontínuo e heterogêneo do ponto de vista econômico, onde as disparidades existentes entre as regiões do país detinham em duas terças partes do Brasil, *um imenso vazio*

Nesta obra, a análise política de Furtado aparece com maior propriedade, quando o mesmo irá determinar os elementos dinâmicos propulsores do desenvolvimento econômico nacional e os setores anacrônicos que impediam o impulso dinâmico do desenvolvimento do sistema econômico brasileiro diante, em primeiro lugar, sobre os fatores que limitam o desenvolvimento no que se refere à disponibilidade de recursos econômicos/matérias e de capital, em segundo lugar, sobre os elementos que freavam a estrutura social, bem como, sobre a imobilidade de fatores referente à falta de espírito de empresa e a ausência de ação governamental oportuna, sobre os profundos desequilíbrios que afetavam o sistema econômico no país (FURTADO, 1958).

Vejamos, inicialmente, a respeito da hipótese inicial levantada por Furtado sobre as perspectivas que apresentava à economia brasileira nesse período “de que seu desenvolvimento continue a realizar-se, mais ou menos espontaneamente” (FURTADO, 1958: 10), ou melhor, de que nosso desenvolvimento se apresentava de acordo com os mesmo moldes apresentados no período das crises cíclicas de forma espontânea e empreendidos ao longo da passagem da via agrária para industrial de desenvolvimento no país. E em resposta a esse modelo estrutural da economia nacional, onde Furtado iria compor um modelo, ao mesmo tempo em que irá marcar o início de uma proposta/projeto em relação ao crescimento espontâneo que se apresentava no conjunto nacional para:

determinar os elementos de uma política sistemática de desenvolvimento. Política de tal natureza que toma corpo num programa e pressupõe um conhecimento pormenorizado do sistema econômico, a identificação clara das tendências que se fazem sentir no momento presente, a decisão de atuar oportuna e eficazmente sobre essas tendências, a definição de objetivos claros a alcançar nos setores estratégicos da produção, a mobilização de meios adequados de defesa contra desequilíbrios internos e externos demasiadamente

demográfico e econômico (fazemos referência à região Norte) e, que habitavam mais de 7 milhões de habitantes neste período da década de 1950. Nos demais territórios do país, segundo Furtado, haviam dois sistemas autônomos, qual sejam, a região nordeste com cerca de 18 milhões de habitantes, e a região sulina (sul sudeste nacional) com cerca de 35 milhões de habitantes. Na região norte e nordeste, de acordo com a análise de Celso Furtado, não possuía um grau de integração necessária para constituição de um sistema econômico, com as demais regiões do país, onde seu produto bruto *per capita* (em 1955) girava em torno de US\$ 110, para formação de um mercado unificado e integrado. Se comparado com as regiões sul sudeste, o produto bruto *per capita* girava em torno de US\$ 340, determinando as disparidades econômicas existentes e as manchas a serem resolvidas com a construção de um projeto de Nação no Brasil em fase de modernização e de desenvolvimento (FURTADO, 1958).

acentuados, e a capacidade política e administrativa para alcançar ao mesmo tempo todos êsses objetivos (FURTADO, 1958, p. 10).

Furtado mais uma vez demonstrava em sua obra, verdadeira compreensão sobre os processos econômicos, políticos e sociais do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, não apenas sobre os contornos do capital na conjuntura nacional, mas também, sobre os efeitos da transferência do capital produtivo na estrutura global e a forma em que a política econômica e administrativa se apresentava para suprir os processos cíclicos da economia no país. Dessa forma:

em um país como o Brasil, desenvolvimento significa basicamente a transferência de população de setores onde prevalecem atividades de subsistência para zonas urbanas onde predomina o trabalho nas indústrias e serviços (FURTADO, 1958, p. 18).

Nesse sentido, a problemática do sistema econômico nacional em fases diversas de desenvolvimento e recessão, intrinsecamente associada na aproximação do autor sobre a análise econômica do método histórico, tornar-se-iam resultados daquilo que salientamos anteriormente sobre a necessidade estrutural do Brasil em promover, a partir de meios adequados de defesa de desequilíbrio internos e externos demasiadamente acentuados no país, acerca da capacidade política e administrativa do Estado para reconhecer e promover, a partir de programas políticos o desenvolvimento, afastando o subdesenvolvimento e, por sua vez, promovendo a modernização, mediante um Projeto Nacional, de um Estado Democrático, resultado que será contemplado no Plano Trienal e que por sua vez será analisado no terceiro capítulo deste trabalho, como plano que reconhecia a estrutura nacional e que projetará sobre a Nação, propostas de superação do atraso e do subdesenvolvimento nacional.

Mas, para isso, uma economia com níveis de renda com uma série de “manchas” de atividade econômica sem muita articulação umas com as outras” (FURTADO, 1958, p. 11) deveria ser resolvida no conjunto das antagônicas e díspares regiões e dos seus níveis de desenvolvimento econômico do país. Segundo Huntington (1968) “a institucionalização é o processo através do qual as organizações e os processos adquirem valor e estabilidade” e, “o nível de institucionalização de qualquer sistema político pode ser definido pela

adaptabilidade, complexidade, autonomia e coesão de suas organizações e procedimentos” (HUNTINGTON, p. 24, 1968) e, onde essas observações podem ficar mais claras para:

o que se entende por economia brasileira [...] [onde] o observador que o considere de uma perspectiva bastante ampla, o Brasil surge como imenso contínuo territorial, dotado de unidade política e cultural, mas descontínuo e heterogêneo do ponto de vista econômico (FURTADO, 1958, p. 10).

Assim, “em cêrca de cinco e meio milhões de quilômetros quadrados residem pouco mais de sete milhões de habitantes” considerado pelo autor, “além do Saara, o mais extenso vazio econômico existente na superfície ocupada do globo”. Ainda segundo Celso Furtado, “no terço restante do território brasileiro, há, pelo menos, dois sistemas econômicos autônomos”, entre eles, o nordestino e o sulino ⁷¹, e que apresentavam disparidades econômicas conforme salientado por Furtado, pelo fato de “que a região nordestina não apresenta o grau de integração necessário para constituir rigorosamente um sistema econômico” (FURTADO, 1958, p. 10) e por apresentar um produto bruto per capita de aproximadamente 110 dólares no ano de 1955, comprado ao sistema sulino de 340 dólares de renda per capita por habitante e por apresentar um sistema de integração econômico inexistente entre as demais regiões do país, sendo assim, a região nordestina não conseguia alcançar um grau de integração econômica suficiente estável para formar um mercado unificado nessa região do país (FURTADO, 1958).

Vejamos agora o problema anacrônico formado entre as disparidades regionais e que fizeram parte do cenário político nacional, ao mesmo tempo em que a teoria furtadiana trilhava elementos desassociados e impreterivelmente lançava propostas, muito antes da criação do Plano Trienal, para que o Estado pudesse saná-las. Em um território nacional “uma política bem concebida de programação do desenvolvimento deve partir da verificação de que a economia brasileira não é um sistema integrado” e que por sua vez, “a grande disparidade nos níveis de renda e de ritmo de crescimento existentes entre os dois

⁷¹ Celso Furtado afirmou que o sistema nordestino, que se estendia entre os estados da Bahia e do Ceará, apresentava nesse período mais de 18 milhões de habitantes, em um território de pouco mais ou menos 1,3 milhões de quilômetros quadrados, enquanto o sistema sulino, que se estendia de Minas Gerais ao Rio Grande do Sul, com cerca de 35 milhões de habitantes em um território 1,5 milhões de quilômetros quadrados.

principais sistemas econômicos do território brasileiro” (FURTADO, 1958, 52) contribuem para o grau de diferenciação e de distanciamento econômico e social entre as regiões nordeste e centro/sul do país. A partir dessas informações, Furtado estava esclarecendo sobre a medula do problema em que a inexistência de políticas de integração econômica entre as regiões e a partir da formação do palco industrial brasileiro no curso da passagem do modelo agrário-exportador para o industrial no período de governo JK (já mencionadas no primeiro capítulo), estava gerando o pano de fundo para que o próprio “desenvolvimento [estivesse] contribuindo [...] para agravar essas disparidades e não para resolvê-las” (FURTADO, 1958, 52). Ao mesmo tempo em que a inexistência de políticas que pudessem formar o campo de integração entre as diversas regiões do país e no momento que foi se corporificando a industrialização, problemas de natureza estrutural também foram sendo gerados nos dois sistemas apontados por Furtado e que deveriam ser lidos acerca da “existência de um mercado interno em rápida expansão [onde] constitui elemento altamente dinâmico para as regiões de crescimento mais lento” (FURTADO, 1958, 55) e, não o contrário. Mais uma vez chamamos a atenção sobre uma das hipóteses deste trabalho, onde teoria que a teoria furtadiana não estava desassociada ao projeto furtadiano de desenvolvimento e modernização do país com base na realidade histórica estrutural e das necessidades intrínsecas a superação do atraso brasileiro, por contemplar em ambos as propostas de um intelectual que esteve diretamente ligado às ações de reforma do governo de João Goulart.

No entanto, o planejamento proposto por Celso Furtado para o sistema econômico da região norte/nordeste coincide com o que “o desenvolvimento industrial pressupõe a existência de certas facilidades, ou melhor, de uma infraestrutura” (FURTADO, 1958, 56) para que haja o desenvolvimento econômico nessa região do país, referente à disponibilidade de mão-de-obra, de matérias-primas, estradas, meios de comunicação e de escoamento de toda uma produção e onde não houvesse material humano para que fosse gerado o motor do desenvolvimento industrial, dever-se-ia importar mão-de-obra para centros urbanos e para onde há ocorrência das fábricas ⁷². Mas o que Furtado almejava sobre a situação da região

⁷² Outro referencial para que haja *facilidades* para geração de um palco industrial produtivo seria de levar mão-de-obra para áreas onde estivessem disponibilizados dois fatores fundamentais e inter-relacionados, quais sejam, primeiro, sobre a área em que determinada empresa deveria ser formada e, em segundo, preferencialmente em locais onde houvesse recursos de matérias-primas para o funcionamento planejado dessas empresas em um determinado Estado nacional.

nordeste, não estava inserido nos processos de migração dos nordestinos para áreas desenvolvidas do Brasil e nem mesmo levar o investimento privado para essa área, porque “a construção da infra-estrutura, em região como o Nordeste, transcende a capacidade do investidor privado” (FURTADO, 1958: 56), ela transcende aos interesses do próprio Estado para que haja investimentos dirigidos pelo mesmo, em função de uma estruturação capaz de integrar esse sistema econômico não integrado, ao restante do país ⁷³. Furtado afirmava ainda, que o subdesenvolvimento do nordeste por ser “a região mais pobre de terras é também a que menos as utiliza para alimentar a própria população” (FURTADO, 1958, 57) acarretando na oferta limitada de alimentos e na “*alta de seu nível de preços nas zonas urbanas*” (FURTADO, 1958, 57). Sendo assim, “*o caminho da industrialização do Nordeste é, portanto, a melhor organização da agricultura destinada ao mercado local*” (FURTADO, 1958, 57), levando apenas que se forme a consciência de setores privados a formação de indústrias leves destinadas as necessidades básicas dessa população. Mas:

não basta adotar uma fórmula geral. Em um país com abundância de terras, o monopólio destas dificilmente pode ser mantido. O problema está em utilizar o instrumento fiscal para criar uma agricultura nova, dirigida por autênticos empresários, que possa ir minando as bases da velha agricultura feudal. Com êsse fim, é indispensável taxar as propriedades de terras ociosas [...] [evitando] que os proprietários da terra sejam os principais beneficiários dos investimentos e do crédito público, particularmente quando são os arrecadadores da renda do solo (FURTADO, 1958, p. 50).

Os elementos projetados por Celso Furtado sobre a questão do sistema econômico do nordeste estavam direcionados à questão de reconsideração da utilização de recursos na região associadas com: I - às áreas produtivas, de forma a reconsiderá-las para que pudessem suprir as crises da produção de alimentos (haja vista que a disparidade sobre a produção de alimentos entre as regiões do país já foram abordadas neste capítulo); II - as áreas não produtivas; III - no processo de colonização a longo prazo de áreas produtivas, sendo que, o problema não estava nas terras deformadas pela monocultura histórica da região,

⁷³ Acreditamos que Celso Furtado tenha utilizado como referencial a construção de Brasília no período de governo JK e no processo de deslocamento da mão-de-obra nordestina para a região central do país, bem como nos gastos excessivos efetuados por este governo, como exemplo, mesmo que não esteja citado nesta obra.

mas sim, no processo de colonização de áreas produtivas inseridas nas mãos da oligarquia arcaica regional; IV - no engano sobre a intermitência da seca, onde não seria o problema da falta de produtividade agrícola e nem mesmo sobre a perda excessiva de plantações, mas sim, no re-ordenamento para o plantio em áreas que não estivessem dispostas ao grande problema da seca nordestina; V - e no mercado especulativo que deveria ser excluído na região evitando que ocorresse a determinação da baixa dos preços dos produtos agrícolas em épocas de seca, onde o mercado especulativo de empresários de regiões desenvolvidas do país se aproveitavam do problema da seca sobre os produtos agrícolas dessa área, desvalorizando ainda mais o produto social nordestino, com a venda de produtos agrícolas de estados do sul, segundo Furtado (1958), à essa região do país.

No entanto, o problema anacrônico em relação à reforma agrária, inserida em uma das metas do Plano Trienal, na obra de Celso Furtado aparece como re-planejamento das terras improdutivas diante um mercado ocioso e especulativo que foi formado há séculos no país e não de forma em que pudesse estar fora e desassociado aos interesses da construção de um Estado Democrático no país, mas de forma oposta ao conservadorismo da fração social ligada ao latifúndio que não foi enfrentada pelo real interesse de manutenção da democracia e da justiça social, pelo qual se pretendia com o plano furtadiano, mediante referida proposta, de promover a interação do sistema dinâmico econômico entre as antagônicas regiões e suas antagônicas economias no Brasil. Por isso a importância de entendermos o subdesenvolvimento e as disparidades regionais enquanto barreira à formação e/ou construção de um projeto de Nação para o Brasil, propostas do Plano Trienal, que serão abordadas no terceiro capítulo desta dissertação.

2.3 A extensão sobre a incapacidade do crescimento econômico regional.

As análises sobre a extensão da incapacidade do crescimento e das disparidades regionais, nas obras de Celso Furtado, contribuíram para este trabalho como a *medula* para a compreensão do *grau de integração da economia brasileira*

sobre o período pós-1945, mas é sobre os *desequilíbrios fundamentais*, de duas forças que impulsionavam a economia nacional – o setor exportador e o industrial – pelo qual devemos nos deter para darmos seqüência às análises sobre o grau de compreensão da teoria furtadiana aos eventos ocorridos no bojo das crises econômicas ocorridas no Brasil. Sendo assim, na etapa do desenvolvimento “o crescimento de uma economia depende principalmente da expansão de sua capacidade produtiva e da eficiência com que se utiliza essa capacidade” (FURTADO, 1958, 15), sendo assim, “a expansão da capacidade produtiva consiste, basicamente, em retirar uma parcela da renda corrente e transformá-la em capital reprodutível” (FURTADO, 1958, 15). E os dados disponíveis pós-1945, levantados por Celso Furtado (1958) no Brasil, demonstram o efeito negativo de dois fatores fundamentais sobre o crescimento espontâneo e sobre a transformação de referido capital reprodutível de nossa economia nos decênios de 1940 e 1950, quais sejam, “no esforço de poupança e a perda resultante de baixas periódicas no coeficiente de produtividade de capital” (FURTADO, 1958, p. 16) que eram projetadas a partir de 7% a 8% sobre o crescimento econômico anual no país, ao mesmo tempo em que, o crescimento da renda per capita por habitante não ultrapassava 3,8%, resultados do descontínuo crescimento sobre o coeficiente de produtividade de capital nacional.

Assim, Furtado iria apontar os processos que desencadeariam essas baixas, onde diante:

a incapacidade de certas economias, como a brasileira, de manter espontaneamente uma taxa ótima de crescimento se explica pelo fato de que o próprio crescimento cria tôda uma série de *desequilíbrios* (FURTADO, 1958, p. 17),

Desequilíbrios estes que podem ser lidos, segundo o autor, pela “defeituosa orientação dos investimentos, característica da etapa de desenvolvimento em que se [encontrava] o Brasil” (FURTADO, 1958, p. 17) e onde ocorriam inúmeros e permanentes desgastes de nossos recursos referentes à relação existente entre o significado de desenvolvimento e as disparidades existentes perante um enorme contingente populacional rural e perante a população urbana no país, ou seja, segundo Celso Furtado,

em um país como o Brasil, desenvolvimento significa basicamente a transferência de população de setores onde

prevalecem atividades de subsistência para zonas urbanas onde predomina o trabalho nas indústrias e nos serviços (FURTADO, 1958, p. 18)

Dessa forma, acarretariam, por assim dizer, a disparidade econômica entre ambos os trabalhadores citados: em primeiro lugar, o desenvolvimento industrial da região sul/sudeste no Brasil trouxe consigo um contingente de trabalhadores que abandonaram regiões agrárias subdesenvolvidas, que por sua vez, em segundo lugar, não proporcionaram o *excedente de produção* agrícola necessário para que pudesse suprir as necessidades destes trabalhadores, aumentando, desta maneira, em terceiro lugar, o aumento populacional de pessoas que alcançaram a idade para trabalhar e que emigravam em busca de ocupação permanente e de *melhor sorte* nos centros urbanos, distante de regiões de baixo nível de produtividade (FURTADO, 1958).

Outro problema gerado pela busca dos centros urbanos, pela população rural, estaria na produção e no consumo de alimentos, onde o poder de compra pela população urbana é muito maior, comparado ao poder de compra da população que se encontra no meio rural. A causa principal deste processo no Brasil se explica pela “inexistência de uma agricultura moderna, de base capitalista, ligada ao mercado interno” que “é em grande parte responsável pela tendência permanente ao desequilíbrio interno que se observa no país” (FURTADO, 1958, p. 18).

Reforçando nossa hipótese de que a teoria furtadiana reconhecia os processos de inflexão que vinham sendo contornados no conjunto dos acontecimentos da conjuntura nacional, cumpre ressaltar que diante esses dois fatores de produção agrícola, o autor havia elaborado estratégias para que houvesse o aumento e o desenvolvimento dos setores dinâmicos com base de recursos produtivos tão variados que poderiam ser produzidos no Brasil a partir de “um plano de aproveitamento máximo de sua capacidade de exportação [...] desde que [seguisse] uma política adequada de orientação dos investimentos”, no entanto, “a razão disso é que o núcleo industrial – e dentro dêle a produção de capital – já [havia alcançado] importância relativamente grande nesse país” (FURTADO, 1958, p. 20) e em relação ao setor agrícola ligado ao mercado interno à estratégia “deveria ser, portanto, orientar recursos e assistência técnica para o campo a fim de estimular a oferta de alimentos e matérias-primas agrícolas” (FURTADO, 1958, p. 21) de forma que, evitaria a *inelasticidade da oferta de alimentos*.

Estratégias que por sua vez, estavam longe de preconizar uma reforma agrária sem antes reordenar os fatores produtivos perante os setores da sociedade detentoras da posse da terra, mas ociosa pela falta de elasticidade produtiva que lhes faltava e pela inexistência de políticas institucionais que propiciassem novas estratégias à produtividade agrícola no país.

No entanto, Celso Furtado estabelece três importantes elementos para que o desenvolvimento econômico brasileiro pudesse continuar a trilhar diante a conduta dos *fatores dinâmicos* que impulsionam e tornam possível seu desenvolvimento, ou seja, em primeiro lugar sobre: I – a produção interna; II – a renda; e o III – consumo da população (FURTADO, 1958, p. 38). Dessa forma, “quando se acelera o crescimento, aumenta a pressão da procura, o que induz a melhor aproveitamento da capacidade produtiva em todos os setores” (FURTADO, 1958, p.41) e:

Em uma economia como a brasileira, com tantos recursos naturais de aproveitamento difícil para o mercado interno – em razão das dimensões desse mercado e do grau de desenvolvimento da economia – abrir novas linhas de exportação significa quase sempre aumentar a produtividade média do capital. É este um modo de incorporar ao sistema produtivo de terras, pastos naturais, bosques, recursos minerais que de outra forma não seriam utilizados. Sempre que o aumento de oferta, não tenha influência negativa sobre os preços, o efeito sobre a produtividade média do capital é, em geral, altamente positivo (FURTADO, 1958, p. 41).

Por isso a necessidade da “introdução de técnicas mais eficientes de produção mediante inversões de pequena monta” como forma de aumentar a produtividade do produto-capital no Brasil, mas para isso, Furtado afirmava que a primeira e única técnica que colheria resultados de grande valia para o desenvolvimento que mais necessitava o país era “a técnica de ler e escrever” (o que poderemos ver com maior clareza nas propostas do Plano Trienal, processo pelo qual podemos apontar enquanto resposta a uma de nossas hipóteses de que teoria e plano furtadiano se contemplam). Assim, mais um ponto deve ser ressaltado sobre a teoria furtadiana, diante da ótica de uma nação alfabetizada e consciente sobre os resultados que se deveriam colher em um Estado democrático. Para o autor, “a importância da alfabetização está em que facilita e barateia a difusão de numerosas outras técnicas” (FURTADO, 1958, p.41.). A visão de Celso Furtado

sobre a superação do subdesenvolvimento, a partir do desenvolvimento obtido pelo país nesse período, consistia na implementação de estratégias para acabar com diversos anacronismos existentes e que impediam o desenvolvimentismo nacional, entre eles o anacronismo social da educação diante dos antagônicos estratos sociais do Brasil⁷⁴. Um dos maiores exemplos e que impediam a integração de grupos sociais ao sistema econômico, apontados por Furtado, estaria no problema da alfabetização, restrito a maioria dos brasileiros⁷⁵ e, dessa forma, “na maioria dos casos é mais importante, em países como o Brasil, aplicar capital nas pessoas do que cumular máquinas” (FURTADO, 1958, p. 42)⁷⁶.

Vale ressaltar que sem planejamento e democracia, as apostas sobre responsabilidade e de justiça social não ocorreriam no país, em virtude de que nem sempre industrializar uma Nação pode ser encarado como sinônimo de desenvolvimento e, indubitavelmente, de modernização, pelo contrário, pode significar dependência e subdesenvolvimento (FURTADO, 1961), fato este que será analisado no terceiro capítulo deste trabalho sobre as propostas do Plano Trienal enquanto Plano de Nação, de enriquecimento da democracia brasileira e de Justiça Social para o país.

2.4 A estrutura anacrônica do sistema monetário, fiscal e administrativo.

No curso da obra de Celso Furtado, *Perspectivas da Economia*

⁷⁴ Das presidências posteriores a 1945 no Brasil e de seus respectivos planos de governo, cumpre ressaltar os estágios da educação diante o governo Dutra, o Plano Salte que propunha Saúde, Alimentação, Transporte e Energia, proporcionou investimentos em somente os dois últimos, que obtiveram resultados em virtude dos investimentos destinados a essas áreas. No governo Getúlio Vargas, “um novo passo [...] seria dado em 1953, quando Educação e Cultura se desvincularam de Saúde, constituindo um ministério específico” (DRAIBE, 1985, p. 70), gerando a partir desta criação, o cenário para que a educação fosse discutida diante um aparelho educacional centralizado, em torno do Executivo federal.

⁷⁵ Uma análise acurada sobre o problema do analfabetismo no Brasil e analisado por Celso Furtado podem ser lidos na obra *Perspectivas da Economia Brasileira* (1958) onde o autor indica que somente a partir da alfabetização ocorrer-se-ia o alcance de altos níveis de desenvolvimento econômico, em virtude dos investimentos destinados aos estratos sociais que invertem naturalmente sobre o conjunto nacional, em novas técnicas de produto-capital.

⁷⁶ Isso não significa que o autor se posicionava contrário a industrialização, ao contrario, o autor faz referência as máquinas que se encontravam nesse período (décadas de 1940 e 1950) imobilizadas “esperando reparos, mas também à destruição dos solos, à má utilização da água, à rotação de culturas, que não é feita” (FURTADO, 1958, p. 42) no país.

Brasileira (1958), a proposta de um plano estratégico para o desenvolvimento nacional deveria ocorrer mediante a reformulação de três problemas fundamentais presentes em nosso sistema político e econômico referentes à “*atuação do governo para formação de poupança, diante a canalização dos recursos financeiros e na orientação dos investimentos*” (FURTADO, 1958, p. 67). Sendo assim, a visão do autor sobre estes três itens somente se realizariam com a formulação de instrumentos fiscais e monetários que detivessem estratégias e graus necessários de flexibilidade e efetividade sobre setores de nossa economia.

Segundo Furtado, “os objetivos da política monetária, na programação do desenvolvimento, consistem, essencialmente, em captar da melhor forma possível a poupança que o sistema produz e orientá-la” (FURTADO, 1958, p. 67) e “os objetivos da política fiscal [...] visam elevar a taxa de poupança do sistema econômico, distribuir adequadamente o esforço financeiro requerido pelo desenvolvimento” (FURTADO, 1958, p. 67) como forma de orientar, mediante ação do governo, em qual setor estratégico da economia deveria ser destinado recursos de forma a evitar a falta de iniciativa empresarial no momento em que a mesma se *revelasse insuficiente*. A falta de políticas direcionadas sobre setores estratégicos da economia determinavam no Brasil o estado crônico da inflação, bem como o desequilíbrio orçamentário existente no sistema institucional do período e pela expansão imoderada do crédito sobre setores da economia que emperravam o desenvolvimento econômico e ao mesmo tempo em que afirmavam o *velho marco institucional nacional*, referente ao velho sistema agrário do país. Destarte, um dos maiores exemplos que podem ser citados por este trabalho podem ser observados pela afirmação de Celso Furtado de que:

Em um país com abundância de terras, o monopólio dificilmente pode ser mantido. O problema está em utilizar o instrumento fiscal para criar uma agricultura nova, dirigida por autênticos empresários, que possa ir minando as bases da velha agricultura feudal. Com esse fim, é indispensável taxar a propriedade de terras ociosas. Além disso, é também indispensável evitar que os proprietários da terra sejam os principais beneficiários dos investimentos e do crédito públicos, particularmente quando são os arrecadadores da renda do solo (FURTADO, 1958, p. 50).

A partir das afirmações de Furtado sobre o anacronismo econômico-social ligado ao grande e pequeno latifúndio, seja ele produtivo ou *ocioso*, o autor

iria afirmar ainda que a medula do problema inflacionário da “economia brasileira reside em que, nas etapas de crescimento, a procura global se diversifica de maneira muito mais rápida que a oferta global” esboçando, desta forma, em uma “maior mobilidade do lado da procura que do lado da oferta” (FURTADO, 1958, p. 69), resultados do crescimento econômico de economias de desenvolvimento tardio e *reflexo* dos processos de intrínseco as transformações da *Estrutura* mundial e em *condições de desenvolvimento espontâneo* como afirmava Celso Furtado e desse modo:

As economias subdesenvolvidas se caracterizam pela relativa rigidez de seu aparelho produtivo. Ao passo em que uma economia altamente desenvolvida o aparelho produtivo apresenta elevado grau de diversificação, em uma economia como a brasileira coexistem setores produtivos diversificados e flexíveis com outros rudimentares e rígidos (FURTADO, 1958, p. 67).

Todo o problema inflacionário encontrado no Brasil recae sobre a difícil tarefa de solidificar metas de desenvolvimento em resposta ao interregno de todo o marco criado pela própria ossatura em que irá se construir o Estado nacional em torno de setores anacrônicos ligados diretamente e transmitidos pelo passado pré-1930 (SKIDMORE, 1979), com as características do mesmo *velho marco institucional* que se alimentava no campo político e econômico nacional dos grandes e pequenos latifundiários permitindo que nosso sistema institucional acentuasse “a falta de flexibilidade do sistema tributário [explicando] a proliferação de orçamentos paralelos e a hipertrofia da ação pública no setor cambial” (FURTADO, 1958, p. 74).

No entanto, a trilha mais eficaz para que seja formado o potencial de poupança no Brasil estaria, em primeiro lugar, ligada a forma consciente da distribuição da renda precedida pela readequação do sistema fiscal à realidade nacional, bem como, em segundo lugar, sobre a eficiência do sistema administrativo em pôr em prática a execução da política fiscal (FURTADO, 1958), metas pelo qual, segundo Celso Furtado, “a maquinaria administrativa deveria ser reestruturada em função das tarefas permanentes implícitas na política de desenvolvimento” (FURTADO, 1958, p. 79) e que, sem a orientação, estratégia e planejamento direcionados pelo governo, não seriam possíveis no Brasil.

2.5 A extensão anacrônica sobre a política nacional.

As informações levantadas até o momento, em torno das disparidades regionais, a incapacidade de inversão na economia, a estrutura anacrônica do sistema monetário, fiscal e administrativo no país, nos permitiram visualizar dois pontos importantes para o decorrer deste trabalho, quais sejam, em primeiro lugar, diante o campo em que os setores anacrônicos na economia e política foram formados, principalmente intensificadas no período 1945-1960 e, em segundo lugar, sobre o campo em que a teoria furtadiana irá contemplar no Plano Trienal, as propostas à construção de um Projeto de Nação para o Brasil. Nesse sentido, podemos enfatizar as análises que permitem afirmar esses anacronismos, onde podem ser vistas na obra de René Armand Dreifuss (1981) ao afirmar que havia uma combinação “de pluralismo e limitação, força e autoridade, coerção e consentimento” (DREIFUSS, 1981, p. 136) diante “o exercício ‘normal’ do domínio político nessa fase ‘clássica’ do regime populista” (DREIFUSS, 1981, p. 136) no Brasil.

A análise de Dreifuss sobre as diversas formas de coerção e cooptação institucional utilizadas durante as sucessivas presidências e pelo equilíbrio de forças destas combinações de cooptação são resultados da análise do *velho marco institucional* que foi se caracterizando no curso da Revolução de 1930 e que não foram resolvidos com o processo de redemocratização do país após 1945 e que deveriam ser revisitadas para que continuasse o processo de desenvolvimento econômico atingido pela Nação no ínterim da década de 1950.

Se havia processos econômicos díspares nas regiões do país, há de convirmos sobre a existência de todo um aparato institucional formado para que esses antagonismos pudessem resistir a diversas transformações econômicas, políticas e sociais intrínsecas a estrutura e conjuntura e pela forma arcaica política pré-1930 (SKIDMORE, 1989), ou pela *estrutura agrária arcaica* do país (DREIFUSS, 1981), conforme a análise de Celso Furtado, que ainda encampava as diretrizes políticas do Estado nacional brasileiro sobre a aplicação de projetos de Nação que resolvessem problemas históricos desde o nosso *passado colonial*.

Destarte, segundo a análise de Dreifuss, “entre o consenso e a força encontravam-se formas políticas corruptas e fraudulentas: o peleguismo, o

coronelismo, o paternalismo, clientelismo, protecionismo e o apadrinhamento”, onde foram instrumentais não apenas ao rápido processo industrial e à condução política de presidentes como JK e Jânio Quadros, mas também, na permanência política e econômica dispare das regiões nacionais em um “período pelo qual o exercício da hegemonia [política] foi difícil” (DREIFUSS, 1981, p. 136) ou ainda:

até o início da década de sessenta não houve nem um consentimento hegemônico nem um pluralismo democrático, já que as classes dominantes proscreveram o Partido Comunista, intervieram e expurgaram os sindicatos, deixando ainda mais de 50% do eleitorado privado do direito de sufrágio em decorrência do seu analfabetismo (DREIFUSS, 1981, p. 136).

Análise que afirma a teoria de Dreifuss seria a de Sônia Draibe, em afirmar que “o novo Estado que emergiu em 1930 não resultou, portanto, de mera centralização de dispositivos organizacionais e institucionais preexistentes”, ele se fez “sob fortes impulsos de burocratização e racionalização, consubstanciados na modernização de aparelhos controlados nos cumes do Executivo federal” e, não, de forma consensual e, nesse ínterim, dando seqüência a esta linha de raciocínio, ainda de acordo com Draibe “não se reduziu simplesmente à ‘desapropriação’ dos instrumentos locais e regionais de poder estruturados sob o Estado oligárquico” (DRAIBE, 1985, p. 62), eles foram se contornando no conjunto das transformações pós-1930 e que gerariam décadas após, o *teto* das crises e em processos de inflexões tanto conjunturais quanto estruturais da década de 1960 e, *portanto* essas observações são indubitavelmente substanciais à afirmação de uma de nossas hipóteses de que a teoria furtadiana trilhava por caminhos que reconhecia os efeitos que se esboçavam na atual conjuntura e estrutura e, que, foram apontadas acima por Dreifuss e Draibe, reafirmando à idéia de que com as transformações políticas, econômicas e sociais, que emergiram a partir da Revolução de 1930, diante à proposta de acabar com setores anacrônicos no Brasil e de dar seqüência ao desenvolvimento econômico com justiça social e na formação de um projeto de Nação, apontadas no tópico anterior e analisadas por este tópico pela perspectiva da teoria furtadiana estavam presentes tanto nas obras, quanto no Plano Trienal, observando o momento histórico e/ou brecha histórica à superação do atraso e do subdesenvolvimento do país e, que ainda serão abordadas no terceiro capítulo deste trabalho, no qual pretendemos estabelecer a *exegese*, além das propostas de um

projeto à construção da nação, entre teoria e projeto furtadiano.

Mas ainda havia uma lacuna sobre todos os pontos anacrônicos percebidos por Celso Furtado em suas obras anteriores ao golpe de 1964, lacunas que foram percebidas pelo autor não apenas no campo da ciência econômica, mas indubitavelmente no campo da ciência política, pelo qual, sem mantermos um diálogo com a sua obra *A pré Revolução Brasileira* (1962), essa afirmação não será possível de se fazer, ou seja, sobre a importância de Celso Furtado não apenas para o campo da economia, mas também para o campo da ciência política, sociologia e história.

No início da obra, *A Pré Revolução Brasileira* (1962), Furtado deixa claro a idéia de que deveria ser salientada a proporção de que havia alcançado o desenvolvimento econômico brasileiro, ao mesmo tempo em que deveria chamar a atenção “para alguns problemas de maior profundidade que devem ser enfrentados na fase atual do desenvolvimento da economia brasileira” (FURTADO, 1962, p.9). Logo nesse início o leitor já podia se deparar com os resultados que deveriam ser transportadas para o cenário do desenvolvimentismo nacional as reformas de que mais necessitavam o país, ou seja, os da Reforma de Base. Mas, pelo contrário, os problemas pelo qual Furtado chamava a atenção eram mais profundos do que qualquer outro problema analisado por outro intelectual que se transportasse a uma possível essência do desenvolvimento e do subdesenvolvimento aprofundado com o fim da Segunda Grande Guerra e com o advento da Guerra Fria.

Furtado entendia que a análise da *ciência econômica*⁷⁷ atribuída ao modelo de desenvolvimento que dever-se-ia adotar o país, contribuía para que o aumento das condições de dominação e de dependência no Brasil se aprofundassem, ou seja, para o autor os efeitos de uma teoria econômica política mal formulada e mal orientada levariam ao aprofundamento das crises que mais o país necessitava se recuperar sobre a incapacidade de inversão na economia, da

⁷⁷ A análise da *ciência econômica* pelo qual se refere o texto está intimamente ligada aos setores da sociedade em disputa entre os técnicos em economia estruturalistas de um lado e os representantes do discurso econômico liberal conservador ou monetarista de outro, como Roberto Campos, Eugênio Gudin e Otávio Gouveia de Bulhões. Essa disputa envolveu ambos estes setores e seus objetos de litígio sobre qual trilha deveria assumir a economia política brasileira nos anos 50, seja pelo maior grau de aproximação com o mercado internacional sobre os investimentos financeiros em nosso processo industrial e, por sua vez, no caminho direcionado aos setores de desenvolvimento de nossa economia ligados aos setores da agricultura de exportação e ao controle de uma política monetarista para o desenvolvimento nacional. Como mencionado no primeiro capítulo deste trabalho, para maiores reflexões sobre o litígio entre os diferentes setores ligados ao pensamento econômico brasileiro ver Ricardo Bielschowsky.

estrutura anacrônica do sistema monetário, fiscal e administrativo. Dessa forma, o autor justificava que:

A tese central desenvolvida é a seguinte: a economia de nosso país alcançou um grau de diferenciação – o que é distinto do nível convencional de desenvolvimento medido pela renda per capita – que permitiu transferir para o país os principais centros de decisão de sua vida econômica. Em outras palavras: o desenvolvimento recente da economia brasileira não se fez apenas no sentido de elevação da renda real média do habitante do país, mas também assumiu a forma de uma diferenciação progressiva do sistema econômico, o qual conquistou crescente individualização e autonomia (FURTADO, 1962, p. 9).

Cumprido ressaltar que nesse ínterim, ao longo dos anos cinqüenta, a área econômica entrava em um campo litigioso sobre quais as trilhas que o governo deveria seguir rumo ao planejamento e desenvolvimento nacional, passando a ser o campo de disputa ideológica entre os *estruturalistas* ou os *desenvolvimentistas*, de um lado, segundo Ricardo Bielschowsky (2000), divididos em três correntes, pelo qual: I – “no setor privado encontrava-se uma corrente de economistas que assumiam uma posição antiliberal e desenvolvimentista [...] favoráveis ao apoio estatal [...]” e de posicionamentos antagônicos sobre o grau de atuação do Estado na economia referente ao acúmulo de capitais ao desenvolvimentismo nacional; II – no setor público onde “os economistas dessa corrente eram favoráveis ao apoio estatal à industrialização, mas apresentavam marcada preferência por soluções privadas nos casos de inversão de capitais”; III – “e também no setor público encontrava-se uma corrente de desenvolvimentistas ‘nacionalistas’ [...] [que] defendiam inversões estatais em setores considerados estratégicos para a continuidade do processo de industrialização”. Nesse sentido e do outro setor, os representantes do discurso econômico liberal conservador ou monetarista, ou seja, os *neoliberais* “que compreende os economistas que defendiam a prioridade da livre movimentação das forças de mercado como meio de atingir a eficiência econômica [...] não necessariamente se opunham a industrialização” (BIELSCHOWSKY, 200, p. 33-34), na maioria das vezes incitavam uma diversificação na economia de acordo com a ideologia econômica da corrente desenvolvimentista do setor público “nacionalista”, mas sua característica marcante pode ser creditada na oposição, ou segundo Bielschowsky, na própria omissão diante o curso das crises e dos

processos de inflexão que vinham sendo contornadas na estrutura e conjuntura⁷⁸.

No bojo deste embate teórico podemos encontrar na obra de Furtado (1962) a medula pelo qual o autor irá estabelecer críticas sobre a idéia de *livre movimentação das forças de mercado*, onde a idéia de liberdade econômica para estabilização da moeda sem a intervenção do Estado, formuladas pelos defensores da corrente neoliberal, desencadeavam nos setores anacrônicos da economia e política nacional, a resistência às Reformas de Base pelo qual o país deveria passar e assim:

Concorre, para agravar a situação, o fato de que utilizamos para captar e interpretar a realidade econômica um aparelho conceitual inadequado. Como sempre ocorre, o esforço de teorização realiza-se com apreciável atraso com respeito às transformações da realidade social. É contra a tela de fundo desses desajustamentos básicos que são aqui abordados alguns problemas, como a falsa dicotomia entre desenvolvimento e liberdade, as reformas estruturais ou de base, a necessidade de aparelhar o Estado para o exercício de suas novas funções como principal instrumento do desenvolvimento, e se apontam algumas direções no esforço criador dos economistas (FURTADO, 1962, p. 11).

Assim sendo, em primeiro lugar, Furtado determinaria o sentido sobre a falsa dicotomia entre desenvolvimento e liberdade, buscando sobre o conceito do humanismo italiano, o antagonismo sobre a liberdade gerada no cerne individualista e liberal do século XIX que se mantinha no país, diante “o desejo de liberar o homem de tôdas as peias que o escravizam socialmente, permitindo que ele se afirme na plenitude de suas potencialidades” (FURTADO, 1962, p. 17) e, ao mesmo tempo, orientando e “colocando o homem no centro de suas próprias preocupações [onde] a plenitude do desenvolvimento do indivíduo sómente pode ser alcançada mediante a orientação racional das relações sociais” (FURTADO, 1962, p. 17). No entanto, se alguma forma de desenvolvimento fosse realmente à proposta para a continuidade do desenvolvimento que o país havia atingido na década de

⁷⁸ Entre os principais representantes das três correntes desenvolvimentistas podemos citar, em primeiro lugar, sobre os desenvolvimentistas do setor privado, como Roberto Simonsen, Euvaldo Lodi, Jorge Street e Morvan Figueiredo; os desenvolvimentistas do setor público Horácio Lafer, Valentim Bouças, Ary Torres, Glycon de Paiva, Lucas Lopes “e, em fase de gestão ideológica de um posterior alinhamento, o então nacionalista Roberto Campos” (BIELSCHOWSKY, 200, p. 103). Entre os desenvolvimentistas do setor público “nacionalista”, nomes como os de Barbosa Carneiro, Horta Barbosa, Américo Barbosa de Oliveira, Lúcio Meira e Celso Furtado. Entre os economistas do setor neoliberal podemos destacar Eugênio Gudín, Otávio Gouveia de Bulhões, Daniel de Carvalho, Denio Nogueira e Alexandre Kafka. Para maiores reflexões ver a obra de Ricardo Bielschowsky (2000).

cinquenta, desmistificar a forma pelo quais os defensores da corrente neoliberal acentuavam a idéia de liberdade e de desenvolvimento dever-se-ia ser erradicada na Nação, em virtude de que somente com a *orientação racional das relações sociais* sobre os caminhos do desenvolvimento, seria a forma pelo qual o desenvolvimento social e econômico ocorreria juntamente com o interregno dos setores ligados ao *velho marco institucional* anacrônico que emperrava a aplicação de um projeto de Nação no Brasil: ou seja, o princípio da justiça social que será encontrada nas propostas do Plano Trienal.

Nesse ínterim, outro obstáculo deve ser salientado, acerca da *liberdade* no Brasil, segundo Celso Furtado. O obstáculo da representação pluralista do Estado sobre os cidadãos, que divergiam sobre o nível de desenvolvimento e o nível de renda real sobre diferentes áreas do país e sobre a renda *per capita* entre cidadãos e trabalhadores do meio urbano e rural. Para Furtado, esse obstáculo somente se concretizaria se ocorresse à evolução material da sociedade e por meio da extensão dos benefícios do desenvolvimento sobre os cidadãos alheios a benefícios do desenvolvimento industrial no Brasil, como acontece nos países desenvolvidos onde há o processo de inserção, cada vez maior, dos indivíduos sobre a distribuição de renda social. Esse problema repousa sobre a necessidade do Estado em reconhecer a existência de transpor a sociedade do campo, maioria entre os trabalhadores e maioria sobre o nível de renda baixo entre os trabalhadores urbanos, possibilidades de inserção ao capital social e na forma de evitar:

As grandes tensões sociais que caracterizam a vida nacional na fase atual [que] parecem ter sua causa principal no desajustamento existente entre as perspectivas criadas pelo próprio desenvolvimento no conjunto da população e o limitado acesso permitido aos frutos desse desenvolvimento (FURTADO, 1962, 40-41).

Sobre todo este fator na sociedade brasileira, ligada à disparidade econômica e de inserção social sobre o trabalhador urbano e rural, Furtado ainda afirmava que constituía um enorme equívoco “supor que as tensões são causadas pelo sacrifício que o desenvolvimento exige da população” (FURTADO, 1962, p. 41). O que autor estava inclinado a analisar, sobre as tensões sociais que estavam eclodindo no Brasil em cima de desenvolvimento e não sobre a falta do mesmo, seria sobre a definição entre *liberdade* e *desenvolvimento* apregoado em uma

economia de livre empresa sobre o curso de nossa economia e onde a necessidade de se reestruturar e projetar a Nação, um projeto que fosse realmente capaz de solucionar os setores anacrônicos de nosso país fossem realmente aplicados, ou seja:

Desenvolvimento, por definição, significa aumento da disponibilidade de bens e serviço para fins de consumo e investimento. E não há aumento de investimento, numa economia de livre empresa, sem haver também aumento de consumo. Desta forma, desenvolvimento é aumento de consumo, e aumento de consumo não pode ser identificado como forma alguma de sacrifício (FURTADO, 1962, p. 41).

Em virtude destas afirmações de Celso Furtado fica clara a idéia de que, sem projeto e planejamento sobre o curso do desenvolvimento nacional não haveria formas a liberdade sobre os cidadãos, afirmando ainda que, sobre o curso dos ideais da corrente liberal, não haveria desenvolvimento sem crise no Brasil, pelo contrário, elas se tornariam intensas e agudas (como estavam caminhando diante o curso dos processos de inflexão pelo qual nos referimos no início deste trabalho, sobre a *Conjuntura* nacional) de acordo com o curso:

das circunstancias históricas em que vem se realizando o desenvolvimento brasileiro recente criou condições para que se processasse inusitada concentração de renda, tanto geográfica, como setorial e social (FURTADO, 1962, p. 41).

No entanto, ficam ainda mais evidentes as críticas do autor sobre os economistas *neoliberais* e sobre as presidências que dirigiram o país pós-1930 de que “observando, retrospectivamente, os últimos três decênios”, ou seja, as décadas de 1930, 1940 e 1950 “chega-se à conclusão de que o nosso desenvolvimento resultou muito mais de uma imposição histórica do que da tomada de consciência da realidade nacional dos homens que dirigiram o país” (FURTADO, 1962, p. 65).

No decorrer da obra de Furtado (1962) e inerente ao grau de tensões sociais produzidas pela concentração de *renda geográfica, setorial e social*, o autor chama a atenção sobre a necessidade de manter presente as instituições criadas no curso das transformações evidenciadas pela passagem do modelo agrário-exportador para o modelo industrial de produção, desde a década de 1930. Nesse contexto, a necessidade de se alertar sobre a importância de manter a institucionalidade democrática, ao mesmo tempo em que a liberdade possa adquirir

o significado de independência, tanto do indivíduo quanto da Nação, só se fariam presentes no Brasil no momento em que a independência externa nacional e a liberdade individual intrínseca dentro dela se tornassem a condição para o desenvolvimento econômico e, por sua vez, social, por isso a importância de se preservar todo o espaço institucional para que haja no campo político, enquanto papel constitucional, a presença do *conflito político*⁷⁹ na resolução e andamento da democracia brasileira e, indubitavelmente entre as contradições de forças políticas que estejam em confronto, sinônimos de liberdade e de desenvolvimento e não o contrário, de desenvolvimento e de liberdade.

⁷⁹ Mais uma vez destacamos a importância da obra de Myrdal diante a teoria de Celso Furtado sobre a *causação circular* e o *princípio cumulativo* ante a realidade histórica do Brasil. Se há na teoria de Furtado a necessidade de se alertar sobre a importância de manter a institucionalidade democrática, ao mesmo tempo em que a liberdade possa adquirir o significado de independência, tanto do indivíduo quanto da Nação, mediante o momento em que a independência externa nacional e a liberdade individual fossem realidade no país, para que o desenvolvimento econômico e social se efetivassem no país, em virtude a existência do *conflito político*, sem dúvida há, na teoria do autor, a necessidade do conflito para que houvesse reais possibilidades da *causação circular* ao alargamento da democracia e da Justiça Social presentes na literatura do Plano Trienal, frutos que serão analisados no próximo capítulo deste trabalho.

CAPÍTULO III

O Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social 1963 – 1965

CAPÍTULO III - O Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social 1963 – 1965

Ao longo deste terceiro capítulo iremos demonstrar como os fatos ocorridos diante a conjuntura e estrutura delimitaram o campo para que o projeto furtadiano fosse criado e, sendo assim, iremos demonstrar diante a literatura do *Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social*, o campo em que o mesmo fora criado, reconhecendo os processos nevrálgicos de nossa economia, política e sociedade, bem como os processos de inflexão que vinham sendo esboçados desde as transformações de uma economia e sociedade pautadas no modelo agrário-exportador, para o industrial de desenvolvimento econômico e que foram analisados nos capítulos anteriores desta dissertação, bem como, diante o momento histórico às propostas de reforma e à construção de um projeto de Nação para o Brasil, estabelecendo a *exegese* entre a teoria furtadiana e contemplando a destruição de setores anacrônicos da economia, política e sociedade no país.

Nesse sentido, mesmo que o Plano Trienal faça parte do governo de João Goulart, o objetivo deste capítulo não seria de analisar o período de governo de Jango, mas sim de demonstrar que, teoria e projeto furtadiano se contemplam, em um projeto de Nação que reconhecia os problemas estruturais históricos do Brasil em um momento que seria crucial para sua implementação, ou seja, no momento em que as reformas pretendidas se faziam presentes à brecha histórica ao desenvolvimento e a modernização do país, segundo Celso Furtado, à superação do subdesenvolvimento no Brasil.

Para darmos seqüência a estas análises, é de suma importância apontarmos que desde 1958, ainda no curso do governo de Juscelino Kubitschek, uma grande discussão fora estabelecida entre representantes do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) diante um conjunto de propostas que pudessem promover alterações na economia, política e sociedade e que pudessem garantir, de forma estrutural, o desenvolvimento do Brasil, com as chamadas *Reformas de Bases*. As Reformas de Base se tornaram mais intensas apenas com o governo de João Goulart, onde um conjunto de iniciativas foram projetadas e que se tornaram a bandeira de seu governo, quais sejam, as reformas bancária, fiscal, urbana, administrativa, agrária e universitária (SANTOS, 1978). Além destas reformas

pretendidas, a extensão do voto aos analfabetos e aos denominados *praças de pé* das Forças Armadas, bem como ações políticas voltadas ao nacionalismo e intervencionismo estatal, se fizeram presentes às “reformas” pretendidas pelo governo Jango (SANTOS, 1978).

Nesse sentido, cumpre ressaltar novamente que não almejamos analisar o governo de João Goulart, mas apenas o contexto em que o Plano Trienal foi elaborado e *ad cautelam* que referido governo dera início em janeiro de 1963, “após a contundente derrota do regime parlamentarista” (TOLEDO, 2004) e, dessa forma, o período em que se encontra o *teto* do limite das transformações que vinham sendo esboçadas desde a década de 1930, ou ainda, segundo Ricardo Bielschowsky, sobre “a seqüência histórica do conturbado processo político [...] dos anos 60” (BIELSCHOWSKY, 2004, p. 410), onde o governo Goulart contava “com o apoio de amplos setores empresariais, e dos setores políticos nacionalistas e conservadores, [onde] a campanha para o retorno ao presidencialismo foi vitoriosa” (TOLEDO, 2004, p.15). Assim:

A partir desse momento, Goulart deixava de desempenhar o papel que foi a ele atribuído com a implantação do parlamentarismo; deixava, pois, de ser uma autêntica “rainha da Inglaterra” que, *embora reinasse, não governava...* Assumindo o governo no regime presidencialista, a grande indagação que se fazia era: conseguiria Goulart superar a crise econômico-financeira, atenuar as graves tensões sociais e afastar as crises políticas que havia dois anos desgastavam o Executivo federal? As propostas que as diversas classes sociais e setores políticos ofereciam para resolver os problemas da inflação, do endividamento externo, do *déficit* no balanço de pagamentos e da recessão econômica não deixavam de ter orientações conflitantes e antagônicas (TOLEDO, 2004, p.15).

Cumpre ressaltar que o Plano Trienal fora elaborado em apenas três meses por uma equipe liderada por Celso Furtado, tendo como objetivo retomar o crescimento do *PIB* brasileiro em 7% referente à porcentagem do mesmo adquirida pelos governos anteriores. O Plano seguia as premissas de que com as substituições das importações, que dever-se-ia ocorrer de forma gradual no país, onde este processo seria o maior responsável pela disparada dos preços da economia brasileira e, que por assim dizer, ignorava o efeito do ágio cambial sobre os preços no Brasil. Sendo assim, para que pudesse alcançar os 7% do crescimento

do *PIB*, 3,5 trilhões de cruzeiros foram alocados para investimentos (a preços de 1962), supondo que isto ocasionaria em um aumento da renda *per capita* de US\$ 323,00 em 1962, para US\$ 363,00 até 1965 (SANTOS, 1978)⁸⁰.

Nesse contexto histórico é de indubitável importância destacarmos que as condições políticas foram decisivas, ou seja, durante a curta existência do governo Jânio Quadros, a política econômica foi bastante conservadora no enfrentamento dos problemas herdados desde o governo de Juscelino Kubitschek, onde a aceleração inflacionária, o déficit fiscal e a pressão sobre o balanço de pagamentos desencadearam, em 1961, a necessidade de reformas cambiais, onde fora concretizado com a desvalorização em 100% do déficit para o chamado câmbio de custo, aplicado às importações preferenciais, como o petróleo e papel de imprensa (SANTOS, 1978).

Assim, o objetivo desta ação política foi o de diminuir a pressão dos subsídios cambiais sobre o déficit público e em maio e junho de 1961, o governo Quadros obteve um grande avanço diante a renegociação dos débitos com credores externos e com organismos financeiros internacionais, onde fora re-escalonado os vencimentos da dívida externa do período 1961/1965 (SANTOS, 1978).

Com a posse do vice-presidente João Goulart, mediante as limitações que lhe seriam impostas pelo regime parlamentarista, resultado do veto dos militares (SANTOS, 1978), *“por não aceitarem a posse de um presidente considerado comunista”*, ocorrer-se-ia, a partir de setembro de 1961 até janeiro de 1963, a formação de três gabinetes parlamentares⁸¹ e, que por assim dizer, diante do quadro de indefinição política, não conseguiam implementar nenhuma política econômica consistente, onde a taxa de inflação alcançava taxas de 45,5%, em 1962, contra 33,2% no ano de 1961 (SKIDMORE, 1982). Nesse ínterim e antes do término do ano de 1962 e poucos meses antes do plebiscito que restabeleceria o regime presidencialista no Brasil, foi apresentada por Celso Furtado uma resposta política visando controlar a aceleração inflacionária e a deterioração econômica externa, e que objetivava dar continuidade ao desenvolvimento do País e a construção de um

⁸⁰ Além do crescimento esperado do *PIB* almejava-se também o crescimento do setor industrial no país de 70% e, sendo assim, foram estabelecidas metas setoriais, de 4,3 milhões de toneladas de lingotes de aço até 1965, 190 mil automóveis e 270 mil caminhões e crescimento da capacidade instalada geradora de energia para 7.432.00 kw em 1965.

⁸¹ Os primeiros-ministros deste período foram Tancredo Neves, Brochado da Rocha e Hermes Lima. Para melhores reflexões sobre a composição e atuação de ambos os ministros ver Alberto Guerreiro Ramos, *Mito e verdade da revolução brasileira* (1965).

projeto de Nação, com o alargamento da democracia e pautado na justiça social, metas de um plano que articulava teoria e projeto furtadiano⁸² e que almejamos demonstrar sua exegese este capítulo.

Cumpramos ressaltar que, Celso Furtado procurou enfatizar no Plano Trienal, não apenas uma saída para os problemas da inflação, do endividamento externo, do déficit no balanço de pagamentos e da recessão econômica, mas uma saída para o subdesenvolvimento, bem como, a construção de um projeto de Nação neste período histórico da década de 1960 e, que vinha sendo esboçado desde as transformações da passagem de uma sociedade pautada no modelo agrário exportador para o modelo industrial de desenvolvimento no país, propondo uma reforma diante os setores anacrônicos existentes na economia, política e sociedade, objeto central de nossa dissertação⁸³ e que almejamos demonstrar em todos os pontos sobre as propostas do Plano neste capítulo, quais sejam, segundo hipótese deste trabalho, uma saída ao subdesenvolvimento, de enriquecimento da democracia no país e de uma proposta que propunha justiça social no Brasil (com bases no fim das disparidades regionais no país).

Nesse ínterim, os objetivos estruturais do Plano Trienal vislumbravam essencialmente à melhoria da qualidade de vida da população brasileira, através do crescimento da renda nacional por meio da industrialização do país e, devemos entender como qualidade de vida apresentados no Plano, o alargamento da Justiça Social entre os diversos estratos sociais, definidos como a distribuição de renda de forma equilibrada entre a população e das regiões menos privilegiadas economicamente, bem como, investimentos no desenvolvimento social, visando permitir maior acesso e qualidade em serviços assistenciais à sociedade como educação, saúde, pesquisa científica e cultura, amenizando os contrastes entre setores anacrônicos vistos nos primeiros capítulos e que emperravam esse

⁸² Furtado procurou estabelecer no Plano, um conjunto de ações estruturais que objetiva a contenção de gastos públicos e de liquidez. Rapidamente, as reivindicações sindicais e políticas da base de apoio do governo se impuseram com a recusa dos assalariados em suportar mais uma vez o peso do ajuste antiinflacionário (SANTOS, 1978).

⁸³ Furtado foi um dos principais autores da escola estruturalista. Exortava os jovens economistas do continente à independência teórica na tarefa de analisar as realidades latino-americanas. Propunha medidas alternativas e Desenvolvimentista. Nos países periféricos existem setores modernos, dedicados a atividades de exportação, e um extenso setor de subsistência que opera em níveis de produtividade muito inferiores. Isso explica que o subdesenvolvimento não corresponde a uma etapa histórica comum a todos os países, mas a uma condição específica da periferia do sistema capitalista, a um resultado histórico da evolução da economia mundial desde a revolução industrial, conforme análise feita por Ricardo Bielschowsky (2004).

desfecho no Brasil⁸⁴. Assim, a política de desenvolvimento planejada visava, de forma sistemática:

1. Assegurar uma taxa de crescimento da renda nacional compatível com as expectativas de melhoria de condições de vida que [motivavam], na época presente, o povo brasileiro [...]
2. Reduzir progressivamente a pressão inflacionária, para que o sistema econômico recupere uma adequada estabilidade de nível de preços, cujo incremento não deverá ser superior, em 1963, à metade do observado no ano corrente [...]
3. Criar condições para que os frutos do desenvolvimento se distribuam de maneira cada vez mais ampla pela população, cujos salários reais deverão crescer com taxa pelo menos idêntica à do aumento da produtividade do conjunto da economia, demais dos ajustamentos decorrentes da elevação do custo de vida.
4. Intensificar substancialmente a ação do Governo no campo educacional, da pesquisa científica e tecnológica, e da saúde pública, a fim de assegurar uma rápida melhoria do homem como fator de desenvolvimento e de permitir o acesso de uma parte crescente da população aos frutos do progresso cultural.
5. Orientar adequadamente o levantamento dos recursos naturais e a localização da atividade econômica, visando a desenvolver as distintas áreas do país e a reduzir as disparidades regionais de níveis de vida, sem com isso aumentar o custo social do desenvolvimento.
6. Eliminar progressivamente os entraves de ordem institucional, responsáveis pelo desgaste de fatores de produção e pela lenta assimilação de novas técnicas, em determinados setores produtivos. Dentre êsses obstáculos de ordem institucional, destaca-se a atual estrutura agrária brasileira, cuja transformação deverá ser promovida com eficiência e rapidez.
7. Encaminhar soluções visando a refinar a adequadamente a dívida externa, acumulada principalmente no último decênio, a qual, não sendo propriamente grande, pesa desmesuradamente no balanço de pagamentos por ser quase toda a curto prazo e médio prazos. Também de tratará de evitar agravação na posição de endividamento do país no exterior, durante o próximo decênio.
8. Assegurar ao Governo uma crescente unidade de comando dentro de sua própria esfera de ação, submetendo as distintas agências que o compõem às diretrizes de um plano que vise à consecução simultânea dos objetivos anteriormente indicados (PLANO TRIENAL. 1962, p. 7, 8).

Furtado procurou assim, estruturar o Plano Trienal de forma que, para atingir os pontos essenciais que levavam ao estrangulamento da economia brasileira, aos problemas do subdesenvolvimento, das disparidades regionais, das

⁸⁴ O alargamento da distribuição de renda, bem como, de justiça social podem ser vistos de forma clara, não apenas no projeto furtadiano, mas também, em toda a sua produção teórica que se alia ao projeto furtadiano. Para maiores reflexões sobre o tema ver *Dialética do Desenvolvimento* (1964).

disparidades entre os frutos do nosso desenvolvimento e da taxa de crescimento da renda nacional efetuar, para assegurar o sucesso dos objetivos básicos do mesmo, requisitos mínimos de orientação à eliminação de entraves de ordem institucional e anacrônica, características do *velho marco institucional*, como as reformas na estrutura agrária arcaica do país, o refinanciamento da dívida externa e o combate à inflação ainda presente na *Estrutura e Conjuntura* (PLANO TRIENAL, 1962).

Sendo assim, de acordo com as diretrizes do plano furtadiano, para que ocorresse o desenvolvimento do país em diversos segmentos, o processo de industrialização deveria ser concluído, ou seja, como já estava ocorrendo na nação, mas de forma integrada e não dispersa agregando valores entre poucos, em decorrência das desigualdades entre muitos (mais um ponto onde fica evidente a preocupação do autor com o processo de Justiça Social no país e intrínsecos na obra e Plano do autor). O Plano objetivava distribuir os frutos positivos dos avanços do processo de industrialização brasileira e, não acentuar cada vez mais as diferenças de níveis de renda diante os estratos sociais no país e, dessa forma, Furtado preconizava ainda que para obter verdadeiros resultados no que diz respeito ao desenvolvimento e a modernização do país, deveríamos passar por uma notável mudança na *estrutura* política e econômica nacional, intenção demonstrada com as propostas de *Reforma Agrária, Fiscal, Bancária e Administrativa*, como já foram salientadas sobre cada um dos pontos dessas reformas sobre a teoria furtadiana de desenvolvimento, modernização à construção de um projeto de Nação. Em suma, estes pontos perfazem duas características essenciais em Furtado, quais sejam, de que *teoria, projeto e ação* furtadiana não se confundem⁸⁵!

⁸⁵ Vale ressaltar ainda que segundo Furtado, a industrialização era vista enquanto um projeto, como constituição da modernização da economia brasileira e das estruturas sociais, bem como, acontecimento histórico, que surge a partir de determinadas condições e que encontra limitações em virtude da herança do modelo econômico colonial - ponto onde surge a teoria do subdesenvolvimento e do desenvolvimento pautadas em planejamento - e, de acordo com as transformações do comércio mundial, acompanhadas pelas transformações das condições do comércio e/ou pelas transformações das teorias associadas aos paradigmas teóricos nascidos em decorrência destas transformações (CEPÊDA, 2001).

3.1. Os traços estruturais entre teoria e projeto furtadiano

As estruturas ao desenvolvimento e modernização do Brasil fazem parte não apenas do Plano Trienal, mas também em todos os itens das obras de Furtado descritas, principalmente, no capítulo anterior deste trabalho. Assim, promover arranjos na estrutura social do país seria o mesmo que promover a *causação circular* para que o Brasil deixasse os traços do subdesenvolvimento, característico dos países da América Latina, onde a influência da teoria de Gunnar Myrdal fica evidente nas obras de Celso Furtado, mas a principal citação da teoria do autor, nas obras de Furtado, pode ser lida em *Dialética do Desenvolvimento* (1964) onde:

Por um processo cumulativo ou de causação circular idêntico ao descrito por Myrdal, as inovações tecnológicas põem em marcha uma série de reações que passam a reproduzir-se *ad infinitum*: causam um aumento na produtividade média do sistema, que por sua vez causa maior disponibilidade de bens e serviços, que causa maior impulso ao desenvolvimento científico, que por sua vez causa novos avanços tecnológicos (FURTADO, 1964, p. 22).

Referida teoria citada por Furtado remonta à idéia de que “desenvolvimento surge como uma hipótese ordenadora do processo histórico – como síntese de várias determinações, unidade de multiplicidade” (FURTADO, 1964, p. 22) e, dessa forma, seria importante frisarmos que “a partir da qual é possível realizar um esforço eficaz de identificação de relações entre fatores e de seleção desses fatores com vistas à reconstrução desse processo através de um modelo analítico” (FURTADO, 1964, p. 22)⁸⁶.

Acreditamos que Celso Furtado procurou aplicar, a teoria de Myrdal sobre a *causação circular* de forma que, a própria teoria da *causação* e do *princípio cumulativo* ganhasse tônica a realidade brasileira, não enquanto sinônimo de uma teoria reflexo à aplicada por Myrdal no caso dos Estados Unidos, mas na própria

⁸⁶ Celso Furtado procurou demonstrar em sua obra, a necessidade de reconhecimento sobre o momento histórico brasileiro diante a *causação circular* sobre o caso brasileiro. O autor demonstrou diante a teoria de Myrdal que “observando o Problema do Negro nos Estados Unidos, comprovou êle que os múltiplos fatores que interferiam nesta questão estavam inter-relacionados de uma forma especial” (FURTADO, 1964, p. 20).

base da estrutura histórica brasileira com reconhecimento do momento histórico das transformações que dever-se-ia passar para o Estado nacional diante as inflexões históricas que culminaram no Golpe de 1964 (FURTADO, 1964), ou seja:

Na medida em que o trabalho científico permitiu passar, no campo dos estudos sociais, das classificações simples de fenômenos para a identificação de inter-relações entre fenômenos, é que foi possível construir modelos representativos desses fenômenos. Tais modelos, tanto no campo da economia como no das ciências em geral, estiveram inicialmente orientados para a representação de supostas situações de equilíbrio estável. “É essa noção de equilíbrio, nos diz Myrdal, que está implícita nas construções sociológicas do *desajustamento* e *ajustamento* e todos os seus múltiplos sinônimos ou quase sinônimos, concebendo-se o equilíbrio como uma realidade virtual determinante da direção da mudança” (FURTADO, 1964, p. 22).

Mantendo um paralelo com o Plano Trienal e a teoria furtadiana, melhorar as reformas pretendidas pelo Plano, enquanto item substancial, qual seja, o de Justiça Social, onde que, somente com o desenvolvimento do país teríamos a possibilidade de garantir a humanização da vida da maioria dos brasileiros (CEPÊDA, 2001), vem de encontro com os projetos estruturais criados por países que há décadas já estavam inseridos no processo de desenvolvimento econômico e industrial do pós II Guerra, de fortalecimento das bases sociais, mola propulsora do desenvolvimento e modernização de um país, segundo Celso Furtado (1964) (HUNTINGTON, 1964)⁸⁷.

Cumprе salientar, que não apenas este item reforça a idéia de um país em fase de modernização, mas iremos salientar os demais itens nos parágrafos que se seguem. Sendo assim, para assegurar o sucesso diante os objetivos básicos do plano, enquanto requisitos essenciais de estruturação e de orientação à eliminação de entraves de ordem institucional, reformas na estrutura agrária, refinanciamento da dívida externa e combate à inflação (PLANO TRIENAL, 1962), seriam os elementos condicionantes à construção de um projeto de Nação, em virtude do teto e dos limites do subdesenvolvimento que passava o país neste momento em questão e que há décadas deveria superar esses entraves e como a

⁸⁷ Cumprе ressaltar que Samuel Huntington (mesmo apresentando uma tese de cunho liberal e conservador) apontava para os riscos do desenvolvimento econômico de uma nação a partir da “queima de etapas”, que poriam países em fase da superação do atraso ao “fracasso” desenvolvimentista (1964).

própria teoria furtado prezava (FURTADO, 1964).⁸⁸

Desenvolver o país economicamente através da industrialização, o que já vinha acontecendo (SANTOS, 1978), e distribuir os frutos positivos destes avanços e não acentuar cada vez mais as diferenças de níveis de vida no Brasil eram as metas intrínsecas do projeto de Nação para Celso Furtado (FURTADO, 1964), ou seja, as metas do projeto furtadiano devem ser entendidas através de dois pontos essenciais, quais seja, em primeiro lugar, na forma de desenvolver e modernizar o país de forma que, em segundo lugar, não aumentasse o grande vazio entre as parcelas sociais que participavam deste desenvolvimento e de uma enorme parcela entre os estratos sociais e de inúmeras regiões do Brasil (em especial, das regiões central, norte e nordeste) que não colhiam os frutos deste processo no país, mediante as metas do Plano, referente à Justiça Social. Sendo assim, Furtado considerava ainda que para obter sucesso, o estado brasileiro deveria passar por uma notável mudança das estruturas do poder político e econômico, intenção demonstrada com as propostas de Reforma Agrária, Fiscal, Bancária e Administrativa salientadas anteriormente no Plano Trienal (PLANO TRIENAL, 1962) e mais uma vez, ponto essencial que é objeto central das obras de Furtado analisada nesta dissertação.

No âmbito econômico, para realização do Plano Trienal depender-se-ia de investimentos vultosos de cerca de Cr\$ 3,5 trilhões, gerando um crescimento do produto em 7% anuais, visando um aumento da renda *per capita* da população perto de US\$ 40,00. Nesse sentido, os valores econômicos supostos só seriam alcançados pela crescente produção industrial, aumento da produção agrícola, de alimentos e incremento na geração de energia, diante o recesso econômico apresentado desde o fim do governo Kubitschek e acentuado com a renúncia de Jânio Quadros no país (SANTOS, 1978).

Dessa forma, os investimentos seriam provenientes do Estado, através de arrecadação impulsionada pela reforma fiscal e do capital privado, nacional ou estrangeiro e é de suma importância frisarmos sobre a indicação de Celso Furtado, a respeito de uma possível “abertura” ao capital estrangeiro, mesmo que, bem inferior aos investimentos nacional, e investimento estatal em pontos

⁸⁸ Nesse sentido, cumpre salientar que todo o processo de estruturação destes itens dever-se-ia ocorrer sob o comando do executivo nacional, de forma a orientar os investimentos e de assegurar a realização do Plano Trienal no país (PLANO TRIENAL, 1962).

considerados estratégicos, como às indústrias de base, mineração e energia, o que podemos determinar ao autor, sua nomenclatura como uma “desenvolvimentista nacionalista” e a estrutura do Plano como metas a superação do atraso e do subdesenvolvimento brasileiro⁸⁹.

Nos países periféricos existem setores modernos, dedicados a atividades de exportação e um extenso setor de subsistência que opera em níveis de produtividade muito inferiores (BIELSCHOWSKY, 2004). Isso explica que o subdesenvolvimento não corresponde a uma etapa histórica comum a todos os países, mas a uma condição específica da periferia do sistema capitalista, a um resultado histórico da evolução da economia mundial desde a revolução industrial (BIELSCHOWSKY, 2004) e, dessa forma, o subdesenvolvimento seria mais um produto desse desenvolvimento, ou seja, uma estrutura produtiva historicamente determinada pelo desenvolvimento do capitalismo europeu, tendo características distintas dos sistemas econômicos que lhe deram origem (BIELSCHOWSKY, 2004).

3.2. A estabilidade do sistema econômico nacional

O primeiro pré-requisitado apresentado como fator preponderante para a realização e sucesso do plano proposto era alcançar a estabilidade do sistema econômico e, nesse sentido, dever-se-ia efetuar a estrutura fiscal, monetária e cambial no país. Assim, a primeira meta a ser batida era a contenção da pressão inflacionária e esta medida seria imprescindível para a política de desenvolvimento, não apenas para conter prejuízos da economia nacional, mas também para que a população de nível de vida mais carente deixasse de sofrer com tal malefício, pagando um alto preço social pelo entraves financeiros de outrem, ou seja, pelas constantes socializações das perdas, resultado da estrutura arcaica colonial brasileira de séculos e presente na atual estrutura política, econômica, social e cultural nacional (SANTOS, 1978).

E é nesse ínterim em que o Plano fora elaborado e que a ajuda externa seria de extrema valia para o país superar os entraves econômicos que

⁸⁹ Para maiores reflexões ver Ricardo Bielschowsky (*Pensamento Econômico Brasileiro*).

freavam o nosso desenvolvimento. Para que o Plano obtivesse resultados favoráveis, a ajuda internacional, de forma planejada e estruturada era de fato, um ponto de extrema relevância para superação do atraso e para que novos acordos com demais nações deveriam ser alcançadas no momento em que o Plano Trienal se encaixava na então denominada *Aliança para o Progresso*, do então presidente norte-americano John F. Kennedy⁹⁰.

Nesse sentido, cumpre salientar que, segundo Celso Furtado, desenvolver um Plano de Nação sem que o mesmo tivesse como metas a superação do atraso e do subdesenvolvimento e, que por sua vez, este estivesse fora das limitações e imposições históricas do nosso passado colonial, seria fator de suma importância para aplicabilidade deste projeto furtadiano, ou seja, referido projeto reconhecia as necessidades econômicas do país em obter novos mercados no globo, tendo em vista nossas potencialidades produtivas (e que iremos ver nos próximos tópicos deste trabalho) de forma que ocorresse a *causação circular* entre os fatores produtivos, em relação a novos mercados consumidores à superação deste entrave econômico e, de apenas um único fator de produção, limitações históricas do nosso passado colonial e que deveria ser superado na nação, qual seja, dos fatores históricos de nossa herança agrária monocultora de exportação e não de um futuro pautado no modelo industrial de desenvolvimento econômico e social para o país, bem como, nas próprias potencialidades econômicas provindas da agricultura (FURTADO, 1956).

E, para que essas metas fossem alcançadas pelo Plano, pontos importantes em nossa estrutura econômica deveriam ser trilhados, ou seja, através de uma política fiscal que pudesse obter recursos para serem investidos na execução do Plano Trienal, e políticas cambiais e monetárias para estimular as exportações e disciplinar as inversões das importações, seriam vitais para a estabilização da economia brasileira e conseqüentemente para o sucesso do desenvolvimento nacional, onde:

As medidas de natureza fiscal, monetária e cambial, visando a

⁹⁰ A Aliança para o Progresso foi um programa de ajuda externa dos Estados Unidos direcionado para a América Latina e idealizado nos primórdios da administração do presidente John F. Kennedy (1961-1963). O programa de ajuda externa norte-americana se constituía de um plano de cooperação decenal, com o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico, social e político e contava com três elementos, percebidos como interdependentes: o crescimento econômico, as mudanças sociais estruturais e a democratização política (SCHLESINGER, 1975).

assegurar um adequado esquema de financiamento para os investimentos planejados, definem as condições requeridas para que se alcance a estabilidade do sistema econômico. Como o principal fator de desequilíbrio, gerador de pressão inflacionária, se tem localizado no setor público, no presente Plano, dá-se particular atenção ao financiamento dos dispêndios do Governo Federal (PLANO TRIENAL, 1963, p. 9).

Dessa forma, dirigir a execução do Plano seria função exclusiva do Estado, trabalhando como orientador das metas a serem tomadas, inclusive com capitais privados, retomando as reformas necessárias para o desenvolvimento nacional, quais sejam, bancárias e administrativas para serem capazes de direcionar com eficiência os investimentos em setores estratégicos da economia nacional.

Não podemos olvidar que, para a planificação proposta por Furtado, no Plano Trienal, as características essenciais do mesmo consideravam o Brasil como um país subdesenvolvido. Sendo assim, planos e estratégias de ação que seguissem a lógica econômica de um país desenvolvido não caberiam à realidade brasileira, determinante que atesta o posicionamento teórico de Furtado de que não havia condições estruturais históricas possíveis para adoção de modelos de desenvolvimento de outras nações para o caso brasileiro (o que mais uma vez reforça nossa hipótese sobre a *exegese* da teoria e projeto furtadiano e que o mesmo reconhecia estrutura e conjuntura para superação do atraso econômico brasileiro) e, nesse sentido, um plano deveria ser formulado e aplicado com base nas estruturas históricas, econômicas e sociais do país e não como modelos históricos, econômicos e sociais de outros países, ou seja:

O caráter a-histórico da análise econômica moderna, se bem facilitou a introdução e permitiu o aperfeiçoamento de importantes instrumentos metodológicos – a concepção de equilíbrio parcial e geral, por exemplo –, criou sérias dificuldades à colocação dos problemas econômicos em termos de desenvolvimento. Com efeito, na medida em que o analista de esmerava no estudo das condições de equilíbrio à base de relações funcionais instantâneas, incapacitava-se mentalmente para captar os fenômenos econômicos *em desenvolvimento* como aspecto de um processo mais amplo de mudança social, cujos contornos sómente são perceptíveis no contexto de uma realidade histórica, isto é, partindo-se de alguma imagem figurativa do todo social e de seu comportamento no tempo (FURTADO, 1964, p.25).

Mais uma vez tentamos demonstrar o quanto é importante

estabelecermos paralelos entre a teoria furtadiana com o projeto furtadiano que propunha uma reforma sobre os marcos institucionais anacrônicos do país. Dessa forma, o alcance do plano deveria obedecer a uma coordenação que trabalhasse as diferentes estruturas do país, desde o social até decisões para a formação de capital, agindo enquanto uma interação de forças, qual seja:

a execução de um Plano, da natureza do presente, exige estreita unidade de direção das autoridades fiscais e monetárias, bem como orientação e controle dos investimentos, particularmente no setor público (PLANO TRIENAL, 1962, p. 11).

A ossatura do Plano Trienal previa profundas mudanças estruturais da economia brasileira que tantas vezes desequilibraram investimentos em setores básicos e estratégicos do país que há décadas ainda não haviam sido sanados na nação. Investimentos feitos sob um plano e de forma oportuna garantiriam retornos sobre o produto-capital de forma imediata, independentes dos distintos graus de planificação de nossa economia (PLANO TRIENAL, 1962). Sendo assim, as trilhas a serem percorridas para a garantia de retornos sobre o produto-capital se faziam presentes sobre a ampliação de recursos naturais disponíveis, aperfeiçoamento humano⁹¹, antecipação das mudanças estruturais, investimentos em infra-estrutura e investimentos no social, como por exemplo, o saneamento básico e energia (PLANO TRIENAL, 1962).

Justiça Social é recorrente as linhas mestras do Plano Trienal, ou seja, a preocupação do Plano em atender prioritariamente as necessidades das camadas pobres, propondo mudanças para diminuir o abismo social ou prevendo obras que melhorariam diretamente a qualidade de serviços básicos oferecidos está presente em todos os parâmetros do mesmo, como condição básica à superação do atraso e do subdesenvolvimento nacional, o que mais uma vez ressaltam nossa hipótese de que teoria e projeto se relacionam no que diz respeito à superação do subdesenvolvimento e a construção de um projeto de Nação.

⁹¹ Aperfeiçoamento Humano para Celso Furtado, tanto nas obras quanto no próprio Plano Trienal, condizem à uma realidade que o país mais necessitava e que é característico de qualquer nação desenvolvida neste e naquele contexto histórico, qual seja, de que uma população capacitada, alfabetizada e apta à execução de princípios profissionais, a partir da educação, fazem com que uma nação caminhe ao desenvolvimento. Furtado, nesse sentido, chamava à atenção para que ocorresse incentivos à educação no país, para que o mesmo não se tornasse refém de capital humano qualificado à serem empregados às custas do nosso desenvolvimento.

Nesse ínterim, nomeando a planificação da economia brasileira como uma técnica de governar e administrar, Furtado procurou não efetuar críticas sobre as atuações dos governos brasileiros (mesmo que estas estejam presentes nas lacunas do Plano) revelando uma introdução progressiva e contínua do Plano Trienal para dar seqüência e, posteriormente a construção de um projeto de Nação e a superação do atraso e do subdesenvolvimento, como ditos no parágrafo anterior e no que se segue de acordo Celso Furtado:

A planificação econômica não é o objetivo que possa ser alcançado de uma vez. Constitui, em última instância, uma técnica de governar e administrar, e como tal deve ser introduzida progressivamente, à medida que o quadro político, institucional e administrativo o comportem. Não poderá haver planejamento, por exemplo, se os poderes Legislativo e Executivo não trabalharem com certa harmonia de vistas, se dentro do Poder Executivo os dirigentes máximos não tomarem decisões coordenadamente, se as autoridades monetárias não obedecerem a um comando único e se esse comando não estiver sintonizado com as autoridades fiscais, se a Administração não possuir a necessária integração para executar com regularidade as tarefas que lhe forem cometidas, etc (PLANO TRIENAL, 1962, p. 16).

Isto posto, o Plano propunha a busca de técnicas mais eficazes de coordenação de decisões como objetivo imediato e determinava uma lista de outros objetivos como forma de manutenção da taxa de crescimento, redução da inflação, redução do custo social e melhor distribuição de renda, redução das desigualdades regionais (já observada no capítulo anterior e contemplada no Plano Trienal) e níveis de vida (PLANO TRIENAL, 1962).

O combate à pressão inflacionária é repetidamente citado no planejamento e, por assim dizer, considerado como um pilar do crescimento econômico brasileiro, mas também das desigualdades regionais, onde não permitia que a população de baixa renda tirasse proveito das benesses do desenvolvimento acentuado, principalmente no Brasil, com o fim da Segunda Guerra Mundial, acarretando segundo Furtado *“um odioso aspecto anti-social”* ao desenvolvimento brasileiro ⁹². Sem dúvida, o Brasil do pós-guerra foi o país que mais cresceu entre os

⁹² É imprescindível esta análise sobre Justiça Social em Furtado porque em todas as suas obras analisadas para a realização desta dissertação aparecem a questão social como fundamentais ao desenvolvimento e ao fechamento de um Projeto de Nação enquanto via oposta aos processos inflexivos que vinham sendo esboçados no Brasil.

países da América Latina onde “tivemos, assim, no decênio que sucedeu à Segunda Guerra Mundial, um período de grande desenvolvimento no Brasil” (BRESSER-PEREIRA, 1972, p. 46). Nesse sentido, aquilo que o Plano Trienal iria contemplar se resume nas afirmações de Bresser Pereira no sentido de que:

Terminado êsse período, todavia, o Brasil viu-se ante três grandes ameaças ao seu desenvolvimento. Em primeiro lugar, o processo inflacionário, que de 39 a 53 apresentara uma taxa média de elevação anual de 11%, sobe em 54 a 26,2%.. Em segundo lugar, a relação de trocas do Brasil, que atingira em 54 um ponto alto, entra em declínio nos anos seguintes, com a baixa dos preços internacionais do café. De 54 para 60 temos uma redução de 25% nas relações de troca. Finalmente o desenvolvimento econômico nacional via-se ameaçado pela crise da infra-estrutura econômica do país (BRESSER-PEREIRA, 1972, p. 46).

Em virtude destes fatos, *o processo inflacionário, as relações de trocas, a redução nas relações de troca e a crise da infra-estrutura econômica* no Brasil, colocaram o país em fase de superação destes entraves, mas não seriam apenas estes os problemas apresentados por Bresser Pereira ao Brasil, mas sim, sobre o momento em que, as propostas do Plano, diante melhor distribuição de renda, à redução das desigualdades sociais, que prescindiriam ao sucesso ao combate à inflação e aos custos desmedidos históricos dos planos de Nação, de certa forma “inconclusos” realizados, segundo Celso Furtado, que deveriam ser postos em prática no país. Sendo assim, o que devemos ressaltar é sobre o caráter democrático do Plano, com vistas a inserção dos estratos sociais no bojo do desenvolvimento que deveria alcançar e, mais do que isso, diante a construção de um Projeto de Nação almejado pelo mesmo, que reforçam nossos objetivos sobre a hipótese deste trabalho, estabelecendo relações entre teoria e projeto à exegese furtadiana.

Assim, segundo Bresser Pereira, no íterim da crise da década de 1960:

“o vice-presidente, empossado depois de uma tentativa mal sucedida de golpe por setores consideráveis das forças armadas, só vem agravar o problema. Não só faltava representatividade ao Governo João Goulart. Sua instabilidade, sua falta de objetivos e diretrizes, sua falta de seriedade e autenticidade política, sua abordagem dos problemas

sistemáticamente demagógica, as tinturas de esquerda de que se revestia, e que em seu final se acentuaram, todos êsses fatores só poderiam contribuir para a crise política” (BRESSER-PEREIRA, 1972, p. 153,154).

Mas, qual o significado de enfatizarmos a análise de Bresser Pereira diante o governo de Goulart? Indubitavelmente, não queremos analisar os meandros do governo Jango, mas sim as propostas do Plano Trienal inerentes ao seu governo, enquanto um ajuste de contas com o passado diante das estruturas anacrônicas econômicas, políticas e sociais que entravavam a passagem para o desenvolvimento e modernização, bem como, quanto uma proposta de futuro ao modelarem as características de uma sociedade e economia fora das limitações estruturais do subdesenvolvimento, ou seja, de um Plano que visava à construção de um Projeto de Nação que em décadas de história, diante setores anacrônicos, o país não havia *enfrentado* e superado⁹³.

Já é sabido que o golpe de 1964 põe fim às reformas pretendidas pelo governo Jango (SANTOS, 1978), mas o que devemos enfatizar nesta dissertação é a proposta do Plano Trienal enquanto via oposta as crises cíclicas na estrutura nacional e aos processos de inflexão que foram sendo esboçados diante a Estrutura.

Isto posto, devemos salientar ainda que, como “o planejamento é um processo contínuo, que se introduz por etapas e se aperfeiçoa na medida em que é implantado, o mais importante é iniciá-lo” (PLANO TRIENAL, 1962, p. 16) e é de suma importância reconhecer que toda a planificação econômica do Plano deveria seguir diante alianças políticas com vistas ao desenvolvimento proposto pelo Plano, o que confere às afirmações de Bresser Pereira, controvérsias em relação às propostas do Plano Trienal em não estipular metas à superação (ou pelo menos para que fosse amenizadas) dos entraves políticos no país.

No contexto histórico em que o Plano Trienal fora formulado, a situação da economia brasileira no início da década de 1960 possuía características

⁹³ Nesse sentido, segundo hipótese deste trabalho, não acreditamos na *instabilidade*, nem mesmo na *falta de objetivos e de diretrizes* do governo Jango, bem como, na sua *falta de seriedade e autenticidade política* e na sua *forma de abordagem dos problemas sistematicamente demagógica, as tinturas de esquerda* pelo qual se revestia, de acordo com Bresser Pereira (1972), acreditamos que, um governo responsivo, neste período histórico de profundos problemas em que fora apossado, Jango acreditou em poder aplicar o Plano Trienal, acreditando que neste período histórico seriam possíveis mudanças estruturais para o Brasil, de acordo com as propostas do plano furtadiano.

que fatalmente se colocariam enquanto obstáculos à execução das propostas de planificação do mesmo. Mesmo com as altas taxas de crescimento do produto, apresentadas ao longo das transformações de uma sociedade pautada no modelo agrário para o modelo industrial de desenvolvimento, havia um grave e grande endividamento externo, em virtude das altas importações e baixas exportações brasileiras do período em questão, bem como, do endividamento interno, referente à emissão de papel-moeda no país (PLANO TRIENAL, 1962).

Diante do exposto, o Plano visava essencialmente buscar “um conhecimento mais sistemático da realidade econômica e de uma maior eficácia na capacidade de decisão” (PLANO TRIENAL, 1962, p. 17), ou seja, objetivava o estímulo à *causação circular* da economia com vistas à realidade nacional, o que reforça a idéia central deste trabalho diante a aplicabilidade de uma teoria que reconhecia os problemas estruturais do Brasil, sem a anexação de modelos implementados em países desenvolvidos em realidades diversas, bem como, no que compreende a *exegese* entre teoria e projeto furtadiano vistos no segundo capítulo deste trabalho. Sendo assim, de acordo com o *conhecimento sistemático* da realidade econômica do país e pela *capacidade de decisão* intrínseca ao mesmo, quaisquer que fossem as limitações pertinentes de acordo com a realidade à ação de planejamento, deveriam trilhar sobre a:

- a) manutenção de uma elevada taxa de crescimento do Produto; b) redução progressiva da pressão inflacionária; c) redução do custo social presente no desenvolvimento e melhor distribuição de seus frutos; d) redução das desigualdades regionais de níveis de vida (PLANO TRIENAL, 1962, p. 17).

Estes pontos perfazem, diante dos objetivos estruturais para o Brasil, aquilo que Celso Furtado procurou focar diante as direções que deveriam ser tomadas à manutenção de uma taxa elevada de crescimento de nossa economia, bem como, diante da redução à emissão de papel-moeda objetivando diminuir o endividamento interno, projetando ao mesmo tempo, o refinanciamento da dívida externa brasileira para que as metas do Plano fossem postas em execução (PLANO TRIENAL, 1962). Nesse sentido, para que pudessem ser alcançados os objetivos descritos acima, a planificação econômica necessitaria modificar elementos como o coeficiente da poupança interna e a eficácia dos investimentos em setores estratégicos determinados e conduzidos pelo Estado, principalmente em setores

onde o desenvolvimento econômico não se fazia presente no país, ou seja, fazemos referência às regiões do Brasil já apontadas no capítulo anterior, onde Celso Furtado apresentava um panorama sobre as disparidades regionais no país, quais sejam, entre o desenvolvimento da região sudeste e as dificuldades intrínsecas ao subdesenvolvimento latente da região norte/nordeste (fator previsto também em suas obras e intrínsecas no Plano Trienal), onde:

A intensificação das desigualdades regionais tem sido, em grande parte, uma conseqüência da inflação. Tendo as regiões mais pobres, como o Nordeste, um saldo de exportações para o exterior, a política de câmbio, durante um período, e em seguida a política seletiva de importações, representaram um mecanismo de transferência de renda contra essas regiões. Sendo indispensável levar adiante o processo de substituição das importações, para evitar que êste opere contra as regiões com saldo de exportação, é necessário submetê-lo a cuidadoso planejamento (PLANO TRIENAL, 1962, p. 17).

Dessa forma, isto somente seria possível se houvesse ações diante da nova política tributária e fiscal inerentes no Plano, que permitiriam ao país adquirir maiores concentrações de reservas, ao mesmo tempo em que angariaria da população economicamente mais favorecida impostos proporcionais aos seus bens⁹⁴ e para que ocorresse maior absorção em investimentos privados e *a posteriori* invertida em investimentos estatais e, por conseguinte, sociais (escolas, hospitais, saneamento básico, etc) (PLANO TRIENAL, 1962).

Nesse sentido, se os impostos que eram cobrados aos estratos sociais de forma igualitária, sem considerar as potencialidades de bens entre camadas elevadas e mais baixas do país, outro ponto deve ser salientado aqui neste trabalho, qual seja, sobre a evidente e latente preocupação do Plano Trienal em melhor qualificar as condições de vida da população para taxaço de impostos e, por sua vez, melhor distribuir a renda entre os diversos estratos sociais do país inerentes no Plano Trienal.

Cumpramos ressaltar que durante o período do pós-guerra, o país atravessou um inegável desenvolvimento industrial e econômico, mas as taxas de

⁹⁴ Cumpramos ressaltar que Celso Furtado observou as disparidades existentes entre a relação de pagamento de impostos entre os diversos estratos sociais no Brasil. Os impostos eram relativamente iguais entre todos os estratos sociais em relação a proporções antagônicas de seus bens materiais. Sendo assim, uma correção fora proposta para reverter esta situação, onde os impostos seriam taxados entre a sociedade de forma relativa aos seus bens.

crescimento do PIB nacional (Produto Interno Bruto) eram inferiores às taxas de inflação presentes no Brasil. Mesmo com ínfimas melhorias diante grande parcela social, o crescimento do Produto no país trouxe certa melhoria na qualidade de vida da população, onde o desenvolvimento se fazia presente, qual seja, na região sudeste, mediante os altos índices de industrialização e que podiam ser medidos por sua reversão nos gastos públicos em educação e saúde, totalmente disparees entre as demais regiões do país onde esta reversão era pouco ou quase nada presente (PLANO TRIENAL, 1962).

Furtado foi além desta análise no Plano Trienal, ressaltou ainda que “uma parte da população, em particular da população de nível de vida mais baixo, nenhum benefício auferiu do desenvolvimento” (PLANO TRIENAL, 1962, p. 18) e que, por sua vez sofria de forma mais intensa com os efeitos permanentes “da pressão das forças inflacionárias” (PLANO TRIENAL, 1962, p. 18). E é sobre este aspecto que Furtado afirmava ser, entre os objetivos já apresentados neste trabalho, do Plano Trienal, o mais importante de todos quais seja:

Se eliminar a inflação surge como um objetivo tão importante, caberia indagar por que razão se reluta em fazê-lo, no mais curto prazo possível. A razão está em que o mais importante de todos os objetivos – a manutenção de uma taxa de crescimento do Produto – poderia ser compreendido por uma deflação bruta [...] Em outras palavras: trata-se de planejar a estabilização em condições de desenvolvimento, a fim de que possamos, em uma fase subsequente, planejar a intensificação do desenvolvimento sem comprometer a estabilidade [do país] (PLANO TRIENAL, 1962, p. 18).

Assim, à construção de um Plano de Nação, de acordo com as diretrizes do Plano Trienal, perseguir e sanar o enorme abismo entre o subdesenvolvimento existente entre o desenvolvimento nacional fizeram parte desta proposta da teoria furtadiana.

3.2.1 Os estratos sociais e o consumo no Brasil

Neste tópico iremos analisar qual a importância da análise de Celso

Furtado sobre as mínimas melhorias que puderam concentrar diante os brasileiros “quatro níveis de consumo” que estavam representados, em primeiro lugar, sobre os trabalhadores rurais em geral, segundo, diante dos trabalhadores urbanos condicionados ao salário mínimo, terceiro, diante de outros assalariados urbanos e, em quarto, diante dos grupos de alta renda, único estrato social privilegiado com o desenvolvimento nacional (PLANO TRIENAL, 1962, p. 26). É de suma importância focarmos diante dos estratos sociais e sobre as disparidades existentes entre ambas, para que possamos justificar às trilhas propostas pelo Plano Trienal em promover no Brasil, na década de 1960, a Justiça Social e o fim do anacronismo existente entre os quatro níveis de consumidores no país.

Ao longo dos contornos propiciados pela pujante industrialização ocorrida no país, principalmente no decênio 1950 – 1960, o campo fora beneficiado com um aumento expressivo de sua produção de excedentes, determinante no abastecimento do mercado interno e aos lucros absorvidos ao longo deste período (PLANO TRIENAL, 1962). Mas, o nível de vida do trabalhador rural, que estava ligado ao aumento desta produtividade, não colhia os frutos que eram determinantes sobre o aumento da renda proveniente do crescimento apresentado, ou seja, os lucros estavam sendo absorvidos de forma exorbitante pelos proprietários de terras e pouco, ou quase nada destinados a estes trabalhadores (PLANO TRIENAL, 1962). Assim, o que devemos salientar sobre estas afirmações seria no aspecto da Justiça Social ligada ao aumento dos níveis de salários pretendidos pelo Plano, onde ocorrendo a *causação circular* sobre o nível de renda e vida dos trabalhadores rurais ocorreria, por assim dizer, uma melhor planificação sobre o trabalhador do campo, diante as estruturas arcaicas oligárquicas presentes no país, desde os primórdios de nossa colonização, que absorviam todos os lucros ligados à produção agrícola. Novamente salientamos sobre o aspecto onde Furtado procurou manter diálogos constantes entre *teoria e ação, capital, trabalho e Estado*, como forma de construir um projeto de Nação e de estabelecer Justiça Social entre os estratos sociais⁹⁵.

Analisando agora, a questão do trabalhador urbano, onde “a evolução do nível de vida [...] cuja remuneração está ligada ao salário mínimo fixado oficialmente”. O Plano apresentava um quadro comparativo sobre o aumento da

⁹⁵ Como fora analisado no capítulo anterior, a questão sobre capital, trabalho e Estado se faz presente tanto nas obras de Furtado, como nas propostas do Plano Trienal em promover a construção de um Projeto de Nação. Sendo assim, mais uma vez fica evidente que, tanto teoria quanto ação, objetivos desta dissertação se fazem presentes em Celso Furtado.

massa de trabalhadores urbanos que crescera entre as décadas de 1950 e 1960, de 70%, comparado a apenas 17,5% diante do número de trabalhadores rurais (PLANO TRIENAL, 1962, p. 27). Poucas alterações também podem ser vistas diante da situação dos trabalhadores urbanos excetuando, talvez, uma mínima melhoria em atendimentos de saúde e educação de forma regional (no caso, a região sudeste, que apresentava melhores aspectos de desenvolvimento em todas as regiões do país apontadas anteriormente), possivelmente encobertas pela chegada de novos moradores provenientes do campo, em virtude da absorção do grande latifúndio sobre o trabalhador rural (SANTOS, 1978).

Mas, além das afirmações de Vanderley Guilherme dos Santos (1978), ainda havia um outro ponto a ser creditado, qual seja, o de que “a massa da população ainda se encontra na fase de absorver a quase totalidade do incremento do salário real nas necessidades básicas da vida” (PLANO TRIENAL, 1962, p. 30), fator preponderante do Plano.

Se comparados ao grupo de alta renda, podemos concluir obviamente e sem grandes surpresas que foram os grandes beneficiados pelo crescimento industrial e econômico em relação aos outros grupos analisados cabendo, por assim dizer, uma indagação essencial, qual seja, a de que, se o consumo privado (da ordem de quatro quintos do consumo total, de toda a nação) também beneficiou parcela crescente do povo ou se evoluiu acentuando as desigualdades entre os níveis de vida dos grupos populacionais. Neste sentido, o Plano concluía, diante nossas análises, de que os dados do crescimento do consumo de bens supérfluos (tais como, automóveis) superavam os produtos de bens essenciais, “cabendo à uma política fiscal bem orientada evitar que se extremassem essas disparidades” (PLANO TRIENAL, 1962, p. 30), por não participarem de fato, à contribuição sobre a participação do crescimento do Produto Interno Bruto no país.

Mais uma vez Furtado e o Plano Trienal afirmam sobre o grande abismo e sobre as profundas e incomodas diferenças sociais latentes no Brasil, fazendo com que se tornassem ainda mais evidentes à necessidade de estruturação diante maiores acessos à democracia e a Justiça Social como epicentro às trilhas deste projeto de Nação, proposta que reconhecia a realidade estrutural do Brasil diante o momento histórico e/ou brecha histórica à superação do

subdesenvolvimento no Brasil⁹⁶.

Novamente, o Plano preconiza a estrutura econômica em que se encontrava a economia brasileira, numerando como uma das causas de desequilíbrio no país, a característica de país exportador de matéria-prima (PLANO TRIENAL, 1962). Apesar de contar com uma razoável expansão das exportações, excetuando o café, o condicionamento e dependência de sucesso diretamente ligada às atribuições do mercado externo resultavam em um modelo precário. Somam-se a estes fatos, a evolução do comércio internacional de manufaturas e aos avanços tecnológicos na agropecuária, que vieram a aumentar consideravelmente a concorrência dos países industrializados em setores, outrora dominados pelos países de economia desenvolvida colonialistas (DRAIBE, 1985). Assim:

Para um país subdesenvolvido, a exportação constitui, em realidade, um tipo de atividade econômica altamente vantajosa, pois permite utilizar mais amplamente fatores abundantes – terra e mão-de-obra – em troca do capital e da técnica que vêm incorporados nas importações (PLANO TRIENAL, 1962, p. 31).

Estes dados não apontam para as trilhas do Plano Trienal para que o país deixasse de ser um país exportador, ou seja, o Plano defendia a continuidade do Brasil como um país exportador, desde que invertesse seus aspectos produtivos para produtos agrícolas industrializados apoiados pela abundância de recursos e mão-de-obra que a nação oferecia, proporcionando aos estratos sociais que não participavam dos frutos do desenvolvimento nacional neste setor, oportunidades que pouco ou quase nada absorviam deste desenvolvimento (PLANO TRIENAL, 1962). Dessa forma, o Plano previa alcançar:

⁹⁶ Cumpre ressaltar a importância de um dos trechos apresentados no capítulo anterior a respeito das análises feitas sobre as obras de Furtado e que se fazem presentes na literatura do Plano Trienal neste momento do trabalho, qual seja, sobre o obstáculo acerca da *liberdade* no Brasil. O obstáculo da representação pluralista do Estado sobre os cidadãos, que divergiam sobre o nível de desenvolvimento e o nível de renda real sobre diferentes áreas do país e sobre a renda *per capita* entre cidadãos e trabalhadores do meio urbano e rural. Para Furtado, esse obstáculo somente se concretizaria se ocorresse à evolução material da sociedade e por meio da extensão dos benefícios do desenvolvimento sobre os cidadãos alheios a benefícios do desenvolvimento industrial no Brasil, como acontece nos países desenvolvidos onde há o processo de inserção, cada vez maior, dos indivíduos sobre a distribuição de renda social. Esse problema repousa sobre a necessidade do Estado em reconhecer a existência de transpor a sociedade do campo, maioria entre os trabalhadores e maioria sobre o nível de renda baixo entre os trabalhadores urbanos, possibilidades de inserção ao capital social e na forma de evitar “as grandes tensões sociais que caracterizam a vida nacional na fase atual [que] parecem ter sua causa principal no desajustamento existente entre as perspectivas criadas pelo próprio desenvolvimento no conjunto da população e o limitado acesso permitido aos frutos desse desenvolvimento” [FURTADO, 1962, 40-41].

a substituição das importações [onde] não [seria] contraditório? [Que] se efetua, inicialmente, nos setores em que a produção exige menor densidade de capital, tecnologia menos complexa ou em que são menores as vantagens de uma grande escala de produção (PLANO TRIENAL, 1962, p. 32)⁹⁷.

Paradoxalmente às vantagens defendidas em torno da industrialização e enquanto agente de desenvolvimento, a mesma é apontada como uma das causas do desequilíbrio do Tesouro Nacional, no que se refere ao comportamento do setor externo da economia do Brasil, principalmente no decênio de 1950. Dessa forma, decorreu-se do processo à urbanização e crescimento das indústrias pesadas, em face das modificações estruturais ocorridas no Brasil.

Na tentativa de corrigir o problema, uma política cambial considerada e defendida pelo Plano sempre de forma imprópria era colocada em prática, para promover as exportações de produtos primários e colocar-se à mercê da velha estrutura econômica agrária exportadora do Brasil (PLANO TRIENAL, 1962). Devido a estas medidas, aprofundou-se um déficit de recursos, que se tentou corrigir com o aumento de carga tributária e com emissão de papel-moeda, mais uma vez, as táticas provariam serem ineficientes flagradas no aumento da pressão inflacionária no país (PLANO TRIENAL, 1962).

A proposta de crescimento do Plano Trienal em uma taxa de 7% anual dependeria basicamente de alguns fatores indicativos e estruturais para que fossem alcançados, tais como, “a intensidade com que se utilize a capacidade produtiva já instalada no país e, em menor escala, da evolução da relação de preços do intercâmbio com o exterior e da entrada líquida de recursos externos” (PLANO TRIENAL, 1962, p. 43)⁹⁸. Indubitavelmente, o objetivo central destas ações logo seria demonstrado diante do crescimento da renda pessoal e a sua distribuição entre todos os estratos sociais no Brasil, com a finalidade de incentivar o consumo, demonstrando definitivamente à busca pela *causação circular* ao desenvolvimento

⁹⁷ E ainda veremos nos próximos parágrafos que de acordo com a política de reforma agrária do Plano Trienal haveria uma associação imediata com as propostas da política de exportação do país que beneficiaria não apenas os grandes latifundiários sobre a política de exportação, mas os pequenos produtores e aqueles que se beneficiariam de terras *virgens* à produção e arrecadação diante o mercado interno, mais uma vez, a aplicabilidade do *princípio cumulativo* e da *causação circular* inerente à economia e sociedade no país, com vistas ao desenvolvimento nacional.

⁹⁸ Cumpre salientar que a utilização da capacidade produtiva existente, entrada líquida de recursos externos (conseqüência do aumento das exportações de manufaturados) e aumento da taxa de poupança seriam fundamentais para o atingimento destes planos traçados no Plano Trienal.

nacional, como forma de desenvolver o mercado interno (reconhecimento pleno, da teoria furtadiana, diante os problemas da estrutura econômica e social arcaica que travava o desenvolvimento e a construção de um projeto de Nação a superação destes entraves).

Somente seriam alcançados, estes requisitos demonstrados nos parágrafos acima, através de planejamento, sendo que, em uma primeira fase recursos seriam aplicados em setores considerados estratégicos combinado com modificações adaptativas nas estruturas produtivas e sociais do país (PLANO TRIENAL, 1962). Paralelamente ao objetivo econômico de tecnificação, mecanização agrícola e investimentos em transportes, denotava-se a recorrente preocupação em atender às necessidades agudas da sociedade brasileira e, cumpre ressaltar ainda que, “embora o desenvolvimento deva realizar-se com base no próprio esforço interno do país, faz-se necessário, em face das dívidas acumuladas no passado” (PLANO TRIENAL, 1962, p. 48), o momento histórico à superação do atraso e do subdesenvolvimento brasileiro com justiça social.

3.3. Diretrizes do Desenvolvimento

Como diretriz geral e primordial ao desenvolvimento nacional o Plano Trienal apresentava mais uma vez a condicional da baixa inflação para a aplicação dos vultosos investimentos objetivados pelo Plano, além do uso do dinheiro público, a captação de recursos do setor privado deveria ocorrer juntamente com as repetidas citadas reformas bancária e administrativa no país (PLANO TRIENAL, 1962).

O levantamento de recursos junto ao capital privado obedeceria a uma política de elevada carga fiscal e tributária sem comprometer intenções de futuros investimentos, buscando um equilíbrio delicado para o Brasil.

A respeito das finanças públicas, atrelado às diretrizes básicas mencionadas no tópico anterior, o Governo obrigatoriamente baixaria normas disciplinadoras dos gastos públicos para conter despesas, aliado a um refinanciamento do déficit proveniente da dívida externa e pelo mau uso de

subsídios ao consumo e pela política cambial desastrosa que há tempos ocorria na Nação (PLANO TRIENAL, 1962).

E, nesse ínterim, os subsídios ao consumo, ao lado das criticadas política cambial e a estrutura econômica arcaica do país, jaziam os subsídios ao consumo destinados à indústria ou agricultura, sendo assim, o plano defendia o abandono dos subsídios, evitando repetir as grandes perdas do Governo decorrentes desta prática. A responsabilidade da política monetária e de crédito seria assegurar o não aumento dos preços ao consumidor sem acarretar pressões no setor privado que resultariam em investimentos menores com conseqüente queda na formação do capital do país (PLANO TRIENAL, 1962).

Sobre a questão da projeção dos balanços de pagamento, esta estava diretamente ligada ao sucesso do plano de industrialização e à produção para exportação de produtos manufaturados (PLANO TRIENAL, 1962) e, assim, o Brasil sofria com um alto déficit causado em função de altas importações, fundamentalmente maquinarias e exportação de produtos primários e que, por sua vez, resultava uma pressão por impedir o aumento da dívida externa por meio da diminuição das importações, mas no momento, o país ainda carecia de importar para manter o almejado desenvolvimento de sua indústria (PLANO TRIENAL, 1962). E, ainda a respeito da industrialização no Brasil é de suma importância enfatizarmos sobre a questão da implicação em mudanças significativas diante produção, oferta e procura, bem como, da assimilação de progresso técnico proporcionados pela industrialização e intrínsecos no Plano Trienal, ou seja, o plano furtadiano previa na implicação de mudanças e, que, se as mesmas não fossem feitas e se estas não tivessem influência alguma diante as mudanças significativas de funções de produção e assimilação do progresso técnico, estas não teriam como prevalecer diante os níveis de salários médios dos brasileiros deste período, bem como, sobre a qualificação profissional dos mesmos e, nem mesmo, como fazer prevalecer aumento no fator renda e/ou se o incremento da mesma não permanecessem no país ou que se revertissem em boa parte para o Estado. Sendo assim, dificilmente haveria condições para que ocorresse no país uma industrialização induzida, com o mínimo de protecionismo do Estado e com bases estruturais para o seu próprio desenvolvimento (CEPÊDA, 2004) caracterizadas no Plano Trienal.

Por isso a importância de focarmos sobre o equilíbrio entre as importações para atender as necessidades ao desenvolvimento do país, combinado

com um processo de modificação das estruturas internas onde seria o denominador comum procurado pelo Plano proposto. Como já mencionado e salientado anteriormente, o objetivo do Plano para o país era de aumentar as exportações de produtos manufaturados, que seriam produzidos pelo desenvolvimento impulsionado na nação e, neste cenário, os Estados Unidos aparecia como o principal mercado, sendo necessário diversificar as exportações. E, dessa forma, é de extrema importância ressaltar que o Plano Trienal visava compromissos com a Aliança para o Progresso diante medidas que contivessem políticas inflacionárias que emperravam o desenvolvimento de Nações da América Latina e em especial do Brasil, mais uma afirmação de que o Plano não estava desassociado aos processos políticos e econômicos que vinham se esboçando na *Estrutura* internacional na atual conjuntura da Guerra Fria, mas de que o Plano trilhava sobre apoio do capital internacional para poder encontrar sobre o mesmo, à superação do subdesenvolvimento nacional⁹⁹. No campo oposto, diante o Mercado Comum Europeu, não apresentavam perspectivas otimistas, sendo de certa forma compensado pela probabilidade de ampliação de exportação de produtos manufaturados para os países da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) para o desenvolvimento do Brasil (PLANO TRIENAL, 1962).

Parcerias são propostas para que o país pudesse avolumar o desenvolvimento da produção a exportação, tais como, à busca de outros possíveis parceiros, através de acordos bilaterais, com a então chamada “área socialista”, liderada pela então União Soviética, onde fora proposta de forma cautelosa pelo Plano Trienal, apenas como forma de obter maiores expansões sobre a política de exportação da produção agrícola e industrial brasileira neste período, possibilidades de relações comerciais e não de aproximação ideológica ao bloco socialista soviético (PLANO TRIENAL, 1962)¹⁰⁰.

As importações mostravam-se como objeto central de preocupação das propostas estabelecidas pela teoria furtadiana. Sendo assim, o mesmo deveria

⁹⁹ Para Maiores reflexos sobre o tem ver SCHLESINGER JR. The Alliance for Progress: A Retrospective. In: HELLMAN, R. G. & ROSENBAUM, H. J. (eds.). *Latin America: The Search for a New International Role*. New York : J. Wiley, 1975.

¹⁰⁰ Cumpre ressaltar que, as projeções do Plano Trienal diante o mercado da ex-URSS eram cautelosas, diante a situação existente no contexto da contenda da Guerra Fria. Dessa forma, havia reconhecimento da situação presente em que a disputa pelo mercado internacional estavam acirradas entre EUA e Rússia, o que faz cair por terra o não reconhecimento de referida contenda pelo governo brasileiro no período do limite das transformações econômicas, políticas e sociais no Brasil. O que faz cair por terra a afirmação de Marco A. Villa de que o governo Jango não entendia os fatos ocorridos na contenda da Guerra Fria (VILLA, 2004).

ser mantido, mas regulado para obedecer requisitos firmes de acordo com a necessidade, ou seja, uma das necessidades apresentadas eram as importações de Petróleo e de seus derivados, já que o país ainda não possuía condições de atender a demanda interna crescente (PLANO TRIENAL, 1962).

O trigo, por sua vez, não se apresentava apenas como uma necessidade, e sim como um problema crescente, requerendo soluções imediatas para o déficit do produto dentro do Brasil. Através deste problema, pode-se constatar a incrível falha estrutural apresentada pela agricultura e na distribuição de terras no país, profundamente discutida pelo Plano Trienal, ou seja, em um país de dimensões territoriais continentais como o Brasil, a baixa produtividade do produto aliada à importação do mesmo da Argentina, não condiziam com a realidade de um mercado que consumia o produto, em uma Nação que não produzia o mesmo (SANTOS, 1978). Sendo assim, quais seriam os motivos de um país, com as dimensões territoriais existentes e com o excedente de terras existentes, não produzir e importar produtos que facilmente poderiam ser produzidos em território nacional? A resposta para este entrave repousa sobre a estrutura arcaica dos grandes latifúndios no país. Em virtude deste fato, a reforma agrária estaria para o país, como fonte de produção dos produtos que mais necessitavam aos brasileiros de produzir e não de importar.

Em defesa de um país em ritmo de desenvolvimento, a boa qualidade dos transportes para a integração pretendida também se fazia presente enquanto preceito básico. A carência neste setor motivava a preocupação em importar serviços relacionados a este campo, para que o fluxo ao abastecimento de produtos ocorresse de forma integral e dinâmica no país.

3.3.1 Propostas à superação dos desequilíbrios regionais

Almejamos demonstrar neste tópico que o desenvolvimento proposto pelo Plano Trienal não aspirava apenas encontrar as metas à superação do atraso e do subdesenvolvimento entre as disparidades regionais, mas sim, sobre a necessidade histórica e do momento histórico do desenvolvimento de um país como

um todo, bem como, do mesmo modo que Nação para Celso Furtado aspirava desenvolvimento humano entre os diversos estratos sociais no país e não apenas na formação intensa da exclusão social latente gerada pelos frutos do desenvolvimento deste período entre as diferentes regiões do Brasil¹⁰¹.

Diante dos desequilíbrios regionais devemos salientar que estratos sociais, regiões e setores de uma mesma região que apresentavam graus elevados de desenvolvimento e outras não, não são antagônicos à teoria e projeto furtadiano e que, portanto, segundo hipótese deste trabalho seria um Plano de uma mesma unidade política, onde mais uma vez teoria e projeto de Celso Furtado não se confundem por pensar em todas as dimensões de nossa esfera social, política e econômica!

Nesse sentido, o Plano Trienal reconhecia que diante as causas históricas que resultavam nas profundas desigualdades regionais do Brasil que:

Em um país de dimensões continentais como o Brasil, formado pela integração de áreas colonizadas em condições históricas diversas, desigualdades regionais em graus de desenvolvimento e níveis de vida teriam necessariamente que existir (PLANO TRIENAL, 1962, p. 81).

Mas, nesse sentido, mesmo que estas “imposições históricas”, realidades existentes no país se faziam presentes, isto não significava que medidas fossem efetuadas para que estes problemas fossem sistematicamente reduzidos nas diversas e diferentes regiões do Brasil. Assim, sem deixar obscurecida esta importante vertente explicativa, que se referia ainda às tendências acumulativas de certos períodos, Furtado projetou também sobre outros pontos como a diversidade de recursos naturais, a pré-existência de mercados e a abundância de energia e concentração de atividades manufatureiras para a redução destas disparidades existentes no país.

A mais contundente constatação diante das disparidades regionais inerentes no Plano é a de que os fatores econômicos diferenciados não são responsáveis pela desigualdade no nível de vida e má distribuição de benefícios, mas sim, pelo isolamento econômico, abandono do Poder Central e eventual

¹⁰¹ Fazemos referência às disparidades regionais do país, quais sejam, sobre a concentração industrial na região sudeste e do modelo arcaico de desenvolvimento econômico agrário exportador das demais regiões do Brasil que faziam crescer as especulações sobre o preço dos produtos agrícolas e industriais nas regiões norte/nordeste, bem como, sobre a política da seca no nordeste brasileiro, segundo Celso Furtado (1965).

integração regional com o mercado externo apenas, o que reforçam a aplicabilidade da teoria de Keynes considerando o modelo brasileiro apresentado no Plano por Furtado (PLANO TRIENAL, 1962). Mas o que devemos salientar sobre estas reflexões repousa diante da importância da contribuição intelectual mundial à análise de Furtado sobre o subdesenvolvimento, qual seja, da contribuição de Keynes à teoria e projeto furtadiano, onde às perspectivas de um projeto para o Brasil dever-se-ia se fundamentar na formação de um Estado que valorizasse a democracia e a participação das classes trabalhadoras de forma positiva e, onde o emprego dos conceitos de “inversão do papel do Estado”, da publicização das relações econômicas e da irracionalidade do capitalista se fazem presentes no Plano Trienal à superação do atraso e do subdesenvolvimento nacional¹⁰².

Dessa forma, o Plano descreve principalmente as condições da região Nordeste, que havia passado por um momento de recuperação a partir de 1959, em virtude da criação da SUDENE, que traria um sistema de subsídios para o desenvolvimento da região¹⁰³, além de tentar incentivar empreendimentos privados, com a instalação da Petrobrás no estado da Bahia que respondeu por boa parte desta recuperação nordestina (PLANO TRIENAL, 1962).

Para evitar que a política de desenvolvimento resultasse em maior concentração de renda e aumento do custo social, medidas fiscais já antes defendidas pelo Plano seriam vitais, em conjunto com diretrizes destinadas a suavizar as diferenças, e aproveitar ao máximo as potencialidades do país e de cada região separadamente. Avaliar os recursos naturais para incentivar os locais com baixos índices de produtividade, intensificar a educação e estimular investimentos privados onde havia excedente de mão-de-obra seriam instrumentos da equalização dos benefícios do desenvolvimento industrial para o Brasil, de acordo com o Plano Trienal.

Durante o período em que fora elaborado o Plano Trienal, o Brasil possuía um quadro educacional altamente subdesenvolvido e muito aquém do mínimo necessário para o desempenho satisfatório durante o processo de

¹⁰² Cumpre ressaltar ainda que Furtado fora o intelectual brasileiro que mais soube articular a teoria do subdesenvolvimento ao caso brasileiro, diante da produção intelectual global de Myrdal, Nurkse e Prebisch, sendo os primeiros a elaborar teorias do subdesenvolvimento pós II Guerra.

¹⁰³ Estas considerações podem ser vistas com maior profundidade tanto no Plano Trienal como nas obras de Furtado, como *A Economia Brasileira (1954)*, *Perspectiva da Economia Brasileira (1958)*, *A Pré-Revolução Brasileira (1962)* e *a Dialética do Desenvolvimento (1964)*.

industrialização e desenvolvimento¹⁰⁴. A deficiência no sistema se apresentava de forma extremamente precária através de dados que apontavam para um baixo número de matriculados e diplomados nos três níveis de ensino existentes no país, quais sejam, ensino pré/primário, médio e superior¹⁰⁵. O ínfimo número de estudantes comparado com o número de pessoas em idade escolar não era o único problema, sem dúvida, a inadequação dos currículos e deficiências em quantidade e qualidade dos professores era preocupante no país (PLANO TRIENAL, 1962). E dessa forma, podemos enfatizar mais uma vez nossa hipótese diante a *exegese* da teoria e do plano furtadiano no sentido de que “o desenvolvimento econômico [seria], em sentido estrito, um meio” (FURTADO, 1962, p. 20) diante do período histórico da década de 1960 e, sendo assim, constituía-se “um fim em si mesmo, um elemento irreduzível da forma de pensar da nova geração, a confiança em que o alargamento das bases materiais da vida social e individual” (FURTADO, 1962, p. 20) se tornassem as condições essenciais “para a plenitude do desenvolvimento humano” (FURTADO, 1962, p. 20).

Apesar de propor investimentos em larga escala para a melhoria do sistema de ensino, havia um consentimento de que era o mínimo necessário, e que ainda não seria o bastante para as projeções de superação do atraso nesta esfera de ação do Plano Trienal. Analisando os dados existentes no plano furtadiano, percebe-se que os objetivos almejados ainda eram de baixa expectativa, sem contar a não proposta de uma política efetiva de combate ao analfabetismo. Entre elas, as condições básicas que deveriam ser postas em execução seriam, em primeiro lugar, seis anos de educação primária a todos os brasileiros e, em segundo lugar, acesso a oportunidade de educação ginásial a 40% da população de 12 a 15 anos e oportunidade de educação colegial a 20% da população de 16 a 18 anos. Dentre as diretrizes constavam novas construções, treinamento dos professores, aperfeiçoamento do nível superior, maior assistência do Governo Federal aos estados e aumento de matrícula no nível superior (PLANO TRIENAL, 1962).

Neste ponto, não são citadas as possíveis necessidades de formação técnica para o trabalho, mas sim a preocupação com a formação mínima

¹⁰⁴ Para maiores informações sobre essa questão ver RAMOS, Alberto Guerreiro. Cartilha Brasileira do Aprendiz de Sociólogo. Rio de Janeiro, Editorial Andes, 1954.

¹⁰⁵ Para maiores reflexões sobre o processo de modernização e dos níveis de ensino no Brasil ver EISENSTADT, S.N. Modernização: Protesto e Mudança. Rio de Janeiro: Zahar, 1966(69).

cultural da população brasileira, mecanismo evidente de aceleração da capacidade de gerar uma sociedade que caminhe para formação de capital e não dependente do mesmo, características de países subdesenvolvidos (MYRDAL, 1972).

Em relação ao sistema de saúde, o Plano apontava sobre as melhorias que já haviam ocorrido neste setor à população. Em decorrência da urbanização, o acesso a hospitais tinha apresentado melhorias, mas a saúde carecia de um combate às doenças de massa como sua prioridade, além de saneamento básico em regiões, principalmente da região norte/nordeste do país (PLANO TRIENAL, 1962).

Paralelamente às medidas preventivas, de saneamento básico e uso racional das estruturas existentes, consistiam propostas no sentido de ampliar a assistência médica rural e de assistir a maternidade e infância, estendendo este ponto do Plano para setores onde o saneamento básico e saúde não atingiam (PLANO TRIENAL, 1962).

Na ânsia de oferecer serviços sociais de saúde mais bem qualificados, o planejamento previa uma reforma ministerial, melhor organização hospitalar e lutas contra o câncer e doenças como a tuberculose e lepra no país (PLANO TRIENAL, 1962). Estas profundas mudanças seriam financiadas pelo setor público nacional, como previa o Plano Trienal (1962).

Com a finalidade de melhor levantar e organizar dados para posterior utilização destas ações ficaria a cargo dos órgãos federais uma nova sistematização e uniformização das informações coletadas. Diante deste aspecto, fica mais uma vez evidente a crítica do plano furtadiano para a penosa falta de planejamento dos governos brasileiros, que em plena década de 1960, ainda não haviam constituído de ferramentas de análise apropriadas para servirem de base às informações requeridas por um processo de desenvolvimento ao país.

Outro ponto que se faz importante diante da análise do Plano trienal estão relacionadas diante as projeções sobre os recursos minerais no Brasil e diante as possibilidades de alargamento de novas alianças comerciais para o desenvolvimento da Nação. Almejamos, dessa forma, demonstrar que o Plano não se restringia apenas às reformas estruturais bancária, administrativa e fiscal, mas também sobre as potencialidades produtivas do país e que, de certa forma, ainda não haviam sido exploradas com intuito de amenizar as disparidades econômicas no país e, sendo assim, seria através do Ministério de Minas e Energia que se pretendia

conhecer o potencial nacional acerca dos recursos minerais, com o levantamento das potencialidades existentes e de políticas voltadas à este propósito, com fins de proporcionar meios possíveis ao abastecimento energético das forças industriais existentes, bem como, de proporcionar ao mercado internacional possível abastecimento mas, para isso, deveria ocorrer no país, reconhecimento de suas jazidas à serem alocadas nos mercados nacional e internacional.

Dessa forma, o Plano Trienal refletia-se novamente diante da constante preocupação em diminuir as importações e aumentar as exportações, aqui não apenas de produtos manufaturados, mas das riquezas minerais abundantes em território nacional. *Ad cautelam* frisar que mesmo sendo considerado um setor estratégico de desenvolvimento, em virtude da alta demanda orçamentária, admitia-se recursos provenientes do capital privado estrangeiro para que esta ação no projeto furtadiano fosse aplicada (PLANO TRIENAL, 1962)¹⁰⁶.

Nesse sentido, ao desenvolver uma política voltada à extração de minérios, devemos ressaltar sobre dois pontos essenciais e que podem ser lidos no Plano Trienal, quais sejam, em primeiro lugar, sobre o setor de transportes que gozavam de prestígio em termos de recursos a serem aplicados, com uma porcentagem que girava em torno de até 30% do total de investimentos do setor no país (BRESSER-PEREIRA, 1972) e, em segundo lugar, diante o importante fator de ligação que estariam sendo submetidos em virtude da extração que se pretendia à ligação entre regiões de grande potencial econômico na nação, desencadeando em um grande catalisador de máxima produtividade entre: produção de minérios, transportes, geração de emprego e de desenvolvimento econômico e humano no Brasil (PLANO TRIENAL, 1962). Sendo assim, de nada valeria se não ocorresse no país, integração entre o processo de extração mineral, com o sistema de transportes e que pudesse interagir ambos para avolumar desenvolvimento econômico e desenvolvimento no sistema de serviços aos cidadãos.

Assim, ao nos depararmos com a história anterior ao período do Plano Trienal, constataremos que as ferrovias exerceram o papel principal em meio aos transportes no país, mas no momento estudado, necessitavam de adequações,

¹⁰⁶ Mais uma vez é de suma importância destacar a importância sobre as funções de produção e assimilação do progresso técnico como forma de expandir a capacidade sobre os níveis de salários médios dos brasileiros e da qualificação da mão-de-obra, a partir de uma estruturação proporcionada pelo Estado sobre o progresso técnico das atividades extrativistas no Brasil às trilhas do desenvolvimento econômico nacional.

pois muitas de suas linhas férreas encontravam-se deficitárias. Nesse sentido, nas linhas e ramais remanescentes seriam promovidas reformas para melhorar a rapidez e segurança dos transportes de cargas e de passageiros. Cumpre ressaltar que os recursos que antes seriam aplicados em ferrovias estavam migrando para a construção e apoio do transporte rodoviário, setor que concentraria os maiores investimentos no Brasil do período analisado (PLANO TRIENAL, 1962).

Ainda constava nas diretrizes do Plano Trienal, maiores investimentos em Portos e na marinha mercante, concentrando esforços na produtividade dos portos e renovação de frota para o longo curso costeiro do país. O transporte fluvial interno não é citado, enquanto que, em relação ao transporte aéreo é considerado imprescindível para o desenvolvimento, sendo programadas construções e melhorias de aeroportos para atender, inclusive mais passageiros, com vistas à expansão internacional¹⁰⁷.

Em relação à distribuição de energia elétrica à época, era feita através dos sistemas regionais (Sistema Nordeste, Sistema Centro-Sul e Sistema Sul). Dessa forma, com os três sistemas em vigência, a potência instalada era de 70% do total de sua capacidade e o Plano possuía o objetivo de expandir esta porcentagem, contando com investimentos nacionais e estrangeiros e de melhorias nos planejamentos regionais do país para melhorar a distribuição de energia as demais regiões do Brasil (PLANO TRIENAL, 1962). Mesmo com o aumento proposto da capacidade de fornecimento de energia elétrica, o autor julgava necessário o investimento em fontes de energia nuclear para atender a demanda do nível de crescimento pretendido com o Plano.

Isto posto, para ser desenvolvido em longo prazo (exploração total prevista para a década de 80), com início da produção em larga escala a partir de 1975, os recursos seriam destinados inicialmente à formação de pessoal e pesquisas científicas, destinadas a transformar o país em futuro produtor de energia nuclear, o que mais uma vez afirmam a idéia diante a construção de um projeto de

¹⁰⁷ Cumpre ressaltar que para o atingimento destes objetivos, um novo ministério deveria ser formado no Brasil, qual seja, o Ministério dos Transportes que só fora criado no país em 1967, com o governo do General Costa e Silva. Nesse sentido, outro ponto proposto pelo Plano esta intrínseco em assegurar comunicação entre as capitais e grandes cidades brasileiras, enquanto o objetivo central da criação do Ministério das Comunicações. Isto seria realizado através do aprimoramento e reequipamento das máquinas telegráficas e rádios, além de uma profunda modernização dos correios brasileiros. Como é recorrente nas propostas do plano, obras que visam melhorar o nível de qualidade de vida das pessoas deveriam ser financiadas com recursos governamentais. Este ministério também só fora criado em 1967, no governo Costa e Silva.

Nação, ou seja, de um Plano que atestava o desenvolvimento nacional à décadas futuras e a gerações futuras e não apenas um Plano que vislumbrasse reformas estruturais momentâneas como foram às pastas de governo de outrora (DRAIBE, 1985).

Em relação ao petróleo e sua produção, este produto ocupava posições estratégicas de acordo com as propostas do plano furtadiano. Sempre mirando o Brasil como um país exportador de produtos manufaturados, o governo deveria ter como objetivos primordiais para com este recurso natural, a elevação da produção nacional, para possuir autonomia ao menos nos produtos derivados, conseqüentemente poupando divisas no Brasil, sendo admitido parte destes investimentos mediante capital estrangeiro, para que ocorresse um melhor aproveitamento das reservas em produção e intensificação das atividades de exploração através de apoio à Petrobrás (PLANO TRIENAL, 1962).

As referências do Plano Trienal ao carvão mineral brasileiro resumem-se a uma maior prospecção e aproveitamento do produto nacional, unindo à logística para resultar em maior rentabilidade, mesmo com um pequeno espaço reservado a análise deste recurso. Vale notar que os investimentos no triênio em que o Plano fora formulado, aumentariam ano após ano, não confirmando a sensação de estagnação de interesse por parte das propostas de Celso Furtado inerente ao projeto.

Dessa forma, cumpre salientar que se não ocorressem investimentos de forma estruturada nos setores de transporte e energia, haveria maiores complicações sobre setores de serviços, quais sejam, de infra-estrutura e bens de produção, proporcionando aumento da inflação e travando o processo de desenvolvimento no país, confirmando ainda mais o processo de *causação circular* e de *princípio cumulativo* nas propostas do Plano Trienal¹⁰⁸.

¹⁰⁸ Em todas as obras analisadas para elaboração desta dissertação há uma enorme preocupação sobre a expansão dos setores de transporte e de energia no Brasil e que era a mola propulsora que faltava para o país para acelerar o mercado interno, bens e serviços no país. Para maiores reflexões ver Bresser Pereira (1972), Fernando Henrique Cardoso (1993), Sônia DRAIBE (1985), Wanderley Guilherme dos Santos (1978).

3.4. Novas tendências das atividades agrícolas e de abastecimento

Contrariando análises simplistas, de que o crescimento urbano decorrente da industrialização induziria a crise no campo, Celso Furtado afirmava no Plano Trienal que o desenvolvimento industrial brasileiro contribuía para a expansão agrícola, ou seja, a indústria era fator imprescindível para o desenvolvimento da própria agricultura no país (PLANO TRIENAL, 1962). Contudo, esta afirmação não parece corroborar os dados de declínio na participação do PIB por parte do setor agrícola, onde que, estas afirmações estariam na explicação de que recaia sobre a rigidez do setor, em virtude de sua baixa eficiência e obviamente, sobre sua estrutura deficiente e arcaica no Brasil (fazemos referencia ao modelo monocultor que há séculos estava presente na estrutura agrária nacional).

Em relação à produção pecuária, esta ocuparia o lugar de destaque nas taxas de crescimento referentes ao campo. Em contrapartida, as lavouras produtoras de alimento representavam um total de apenas 37,6% das terras nacionais (BRESSER-PEREIRA, 1972).

As culturas de exportação, como cacau, algodão e café, sofriam com a estagnação do mercado externo, este último, especialmente, com o aumento das áreas plantadas em virtude das políticas de subsídio antes praticadas pelos governos brasileiros (BRESSER-PEREIRA, 1972). A recente industrialização e urbanização trouxeram uma maior demanda por alimentos, e a pouca oferta de produção de alimentos denotava, mais uma vez, a estrutura agrícola brasileira e suas impraticáveis condições, a serem abordadas a seguir, desvendando a não eficiência do setor agrícola brasileiro.

A estrutura agrária denominada pelo Plano como “arcaica e obsoleta”, seria o setor em que Furtado mais despejava seus concernes sociais e econômicos, ou seja, sobre Justiça Social (PLANO TRIENAL, 1962), onde demonstrava maior preocupação com a conclusão de que não havia tendência de correção espontânea dos problemas no país, sendo necessária uma reforma profunda e radical no cenário agrário nacional, qual seja, a Reforma Agrária. Nesse sentido, de acordo com as propostas do Plano:

Todos os estudos e investigações sobre as causas do atraso

relativo da agricultura brasileira, da sua baixa produtividade e da pobreza das populações rurais conduzem, unânime e inevitavelmente, à identificação das suas origens na deficiente estrutura agrária do País, a qual se constitui no mais sério obstáculo à exploração racional da terra, em bases capitalistas e de permanente aprimoramento tecnológico da atividade agrícola, que viriam a emprestar à produção a flexibilidade reclamada pelo processo de desenvolvimento da economia nacional e pelo rápido crescimento da população (PLANO TRIENAL, 1962, p. 140).

Sendo, portanto, a estrutura agrária arcaica e obsoleta do país, no qual se constitui em um dos mais *sérios obstáculos à exploração racional da terra*, de acordo com as diretrizes do plano furtadiano, “o traço marcante dessa estrutura [...] arcaica e obsoleta, que conflita perigosamente com as necessidades sociais e materiais da população brasileira, está na absurda e antieconômica distribuição das terras” (PLANO TRIENAL, 1962, p. 140-141) e que já haviam sido incorporadas pelo mercado nacional.

O Plano apontava sobre as deficiências existentes, os tamanhos das propriedades e seus objetivos diante a economia e política nacional, não permitindo eficiência na introdução de técnicas apropriadas nas pequenas propriedades. Sendo assim, nos grandes latifúndios, além de absurdos e desproporcionais o tamanho de propriedades destinadas à pecuária, eram usadas de forma irracional e não absorvia mão-de-obra suficiente, fato este, que Furtado já havia salientado em sua obra (1962). O resultado era a existência de lavouras apenas para subsistências nas pequenas propriedades, sem acesso às técnicas corretas de exploração, ocasionando a concentração de trabalhadores rurais nas mesmas, com baixos salários e péssimas condições de subsistência. Somado a estas condições, o difícil acesso a fontes de crédito governamentais não davam oportunidade ao crescimento de capital dos pequenos proprietários de terras no Brasil ficando a cabo apenas, aos grandes latifundiários, que produziam apenas aquilo que o mercado internacional absorvia recebendo, por assim dizer auxílio do governo (PLANO TRIENAL, 1962).

Durante o período em que o Plano Trienal fora elaborado, 75% das propriedades não atendiam aos modelos ideais de exploração da terra e comprometiam o desenvolvimento a longo prazo no país (PLANO TRIENAL, 1962). Assim, Furtado reafirmava que a estrutura agrária no país era uma *estrutura injustificável do ponto de vista social e [danosa] do ponto de vista econômico*, onde:

cêrca de 75% das propriedades agrícolas do país não dispõem de terras em escala compatível com os métodos e praticas eficazes de exploração e conservação do solo e bem assim com as exigências de capitalização necessárias a elevar a produtividade da mão-de-obra (PLANO TRIENAL, 1962, p. 147).

E, em virtude destes aspectos levantados acima que devemos salientar diante da “população rural [que] tende naturalmente a concentrar-se nessas propriedades de tamanho insuficiente, mantendo-se conseqüentemente, em estado permanente de subemprego” (PLANO TRIENAL, 1962, p. 147). Sendo assim, estes pontos dever-se-iam ter melhores mecanismos a solução destes entraves, pois as disparidades entre as propriedades rurais criavam “um circulo vicioso que só poderia ser rompido através da modificação na estrutura agrária” do Brasil (PLANO TRIENAL, 1962, p. 147).

Em contrapartida, “no outro extremo, o tamanho excessivo das propriedades deixava ociosa metade das terras formalmente incorporadas à economia de mercado no país, ou seja, “subutilizadas e impedidas de ocupação mais efetiva, não [possibilitavam] combinação de fatores de produção relativamente abundantes (terra e mão-de-obra)” (PLANO TRIENAL, 1962, p. 148), a qual contribuiria de forma importante para tornar mais flexível à oferta agrícola. Assim, cumpre ressaltar que no Plano Trienal, mais três pontos foram analisados por Furtado para que houvesse no Brasil projeções a alteração desta estrutura agrária, quais sejam, em primeiro lugar sobre a necessidade de criação “de formas de exploração de propriedade agrícola que [agravavam] a regressividade da distribuição da renda da agricultura”, em segundo lugar, sobre o aluguel das terras no Brasil, neste período em questão, que ensejavam o aparecimento de “arrendatários e meeiros – forma dominante de ocupação da mão-de-obra agrícola” e, em terceiro lugar, diante a “rigidez da estrutura agrícola” que permitiam no país que os preços agrícolas crescessem mais do que o preço dos produtos industrializados que perdiam substância, ao ver “diminuída sua capacidade de investimento, enquanto a concentração da renda obtida pelo setor agrícola, mantendo baixo o poder aquisitivo das massas rurais” (PLANO TRIENAL, 1962, p. 148), impedindo que estas pudessem contribuir para o alargamento do mercado nacional. Assim:

A atual estrutura agrária do País erige-se, assim, em grave empecilho à aceleração do desenvolvimento da economia nacional, impondo-se o seu ajustamento às exigências e necessidades de progresso da sociedade brasileira (PLANO TRIENAL, 1962, p. 149).

Considerando reformulações na estrutura agrária nacional, o Plano almejava expandir a produção de alimentos de acordo com a demanda, ao mesmo tempo em que iria corrigir deformações no mercado de exportações, concentrando-se no mercado interno e em uma maior qualificação das matérias-primas e produção, antes na história, o motor central da atividade agrícola (PLANO TRIENAL, 1962, p. 147).

Isto posto, as exportações passariam a operar sobre o excedente produzido, em decorrência do abastecimento do mercado interno, sobretudo com a produção dos alimentos mais consumidos pelos brasileiros, dando ênfase especial em atender todo o consumo humano previsto (PLANO TRIENAL, 1962).

Nesse sentido, o país enfrentaria também problemas, em primeiro lugar, com a já mencionada impossibilidade de parar a importação de trigo, e determinar ações especiais no que diz respeito ao déficit de arroz, batata, ovos e leite¹⁰⁹. E, em relação aos produtos de exportação, os problemas a serem enfrentados nesta área focavam quase exclusivamente sobre o café e cacau, onde o primeiro enfrentava problemas de superprodução, sugerindo então o plano de erradicar 2 bilhões de pés do produto e impondo cotas de produção individual para que houvesse a diversificação das demais culturas para produtividade no Brasil (PLANO TRIENAL, 1962).

Em relação ao cacau, este sofria com a falta de métodos mais eficientes de tratamento do produto, ocasionando doenças, como a *Podridão Parda* (PLANO TRIENAL, 1962). Sendo assim, era latente que os problemas apresentados consistia nos resultados dos frutos herdados do passado e na tão discutida e rebatida estrutura agrária nacional e os motivos para propor mudanças ganhavam extrema força no plano furtadiano trilhando, sobre a produção rural, vias a superação do atraso tecnológico de produção, com vistas ao aumento produtivo diversificado no país, visando o mercado interno e externo ao desenvolvimento econômico neste setor de produção (PLANO TRIENAL, 1962).

¹⁰⁹ Para maiores reflexões sobre o tema ver Bresser Pereira (1972).

Assim, mais uma vez é de extrema importância ressaltarmos sobre a exegese entre teoria e projeto furtadiano no que diz respeito “a mudança da estrutura agrária como simples decorrência do avanço tecnológico e da capitalização na agricultura” que deveria ocorrer de forma estruturada no país e que segundo Celso Furtado seria possível e, dessa forma, ainda segundo as afirmações do autor, “a própria absorção de técnica e capital pela agricultura pode ser dificultada pela estrutura agrária, a qual não constitui um fenômeno superficial, pois tem suas raízes no sistema de poder predominante na sociedade” (FURTADO, 1962, p. 38).

Em relação a matérias-primas a cultura algodoeira apresentava sinais de crescimento no Brasil na década de 1960 e o papel do governo segundo o plano furtadiano seria apenas de dar forças a este rendimento progressivo que se apresentava desde o ano de 1959. Outros produtos (no caso, com relação à Juta, outra fibra têxtil), seriam necessários programas de pesquisa para apoiar a firme expansão em que se encontrava o rentável produto no país. A borracha natural, produto que provinha somente da Amazônia, constituía um problema grave levando em consideração a expectativa de pouca oferta para uma demanda crescente. Tentativas de novos seringais não haviam surtido efeito, mas a necessidade traria novas tentativas e atenderia também, uma diretriz do Plano que dizia respeito ao desenvolvimento igualitário das regiões, diante a plantação de novos seringais em regiões mais atrasadas economicamente do Brasil (PLANO TRIENAL, 1962).

Para a pesca, o Plano apontava na direção do levantamento do potencial e na melhoria da infra-estrutura existente, maior oferta de gelo, treinamento humano e apoio técnico e financeiro para os pescadores e empresas dispostas a explorar a pesca (PLANO TRIENAL, 1962). Apesar de contar com um litoral imenso, a pesca aparentemente não era considerada como uma fonte de recursos importante para o país, sendo colocada em plano inferior se comparado às medidas propostas em outros setores, como por exemplo, a extrativista, vista anteriormente (PLANO TRIENAL, 1962).

Sendo o setor primário, extremamente importante para o desenvolvimento de uma nação, exige-se atenção permanente do governo nas questões que dizem respeito ao campo. Intervenções do governo, para o autor, seriam essenciais para a adoção de formas superiores de organização e exploração de propriedades, possivelmente alcançadas somente com a reforma agrária, uma das bandeiras mais levantadas pelo governo de João Goulart e extremamente

estruturada no Plano Trienal (BRESSER-PEREIRA, 1972).

Mas nada disso seria possível sem que antes fossem desenvolvidos trabalhos de pesquisa e orientação de produção, financiamento e créditos para melhorias nas propriedades, requisitos básicos, tais como, pesquisa e fomento. Com a situação estrutural precária encontrada no campo, a falta de fomento à pesquisa, a ineficiência de governos anteriores e o desestímulo à formação profissional voltada ao campo eram resultados da ausência de políticas federais e uma maneira de reiniciar este processo e, de acordo com o Plano seria através da reorganização do Ministério da Agricultura o mecanismo para que novos trabalhos fossem voltados ao campo e para que pudessem ser postos em vigência no Brasil, visando o que vimos anteriormente como pesquisa, orientação de produção, financiamento e créditos (PLANO TRIENAL, 1962).

Nesse ínterim, com a quase ausência dos governos anteriores nas questões agrárias, era de se esperar uma situação de penúria no crédito agrícola. Entre os empecilhos destacados pelo Plano, para conseguir o benefício estariam à escassez de recursos disponíveis, o baixo limite de crédito, número reduzido de cooperativas, que enfraqueciam ainda mais os pequenos produtores, exigências burocráticas que afastavam o simples camponês que resultavam no pouco uso do crédito. Analisando a questão do crédito agrícola, podemos observar alguns pontos críticos no país, quais sejam, onde não apenas deficiências no setor em questão, mas também a falta de estudos que possibilitariam ao pequeno produtor ultrapassar as barreiras burocráticas impostas pelas políticas do Brasil no período. (PLANO TRIENAL, 1962)¹¹⁰.

Atuando em parceria com uma eficiente política de crédito, os preços mínimos trabalhariam como um agente de fomentação e orientação da produção, que deveria ser ajustada à demanda e se bem aplicada, garantiria ao produtor maior estabilidade, e garantiria poder de aplicação e retorno dos investimentos. Deveriam, entretanto, aplicá-la de maneira responsável, sem repetir os erros das políticas de subsídio, que acarretavam em pressões inflacionárias. Dessa forma, mais uma vez podemos observar a questão da *causação circular* proposta por Furtado de forma que o *princípio cumulativo* fosse alcançado no país, como forma de superação do atraso e do subdesenvolvimento.

¹¹⁰ Para maiores reflexões sobre o tema ver Bresser Pereira (1972) e Fernando Henrique Cardoso (1993).

Assim, todo o crescimento apresentado, ao longo das décadas de 1940 e, principalmente, de 1950, fora feito de forma viciada, tanto pelo consumo quanto pelos investimentos, acarretando em benesse pessoal e imediata, gerando por assim dizer, as mazelas sobre resultados desastrosos em longo prazo e que deveriam ser superados com as propostas do Plano Trienal.

Nesse ínterim, e, em relação ao processo de industrialização deste período, não há como negar, mesmo que tímida diante do cenário atual, em decorrência da passagem de quase cinqüenta anos, transformou-se em um marco dominante, permitindo a iniciação da substituição da importação de produtos manufaturados por artigos nacionais, em um país que outrora encontrava como única opção econômica, o sistema colonial de exportação (FURTADO, 1962).

Assim, o plano furtadiano apontava como já vinha ocorrendo e que há tempos havia sendo vencida a fase mais difícil da industrialização no país, que seria o desenvolvimento das indústrias de base, o rompimento com a resistência de setores tradicionais interessados apenas no comércio de importação e exportação. Desta forma, o plano furtadiano destacava como sendo um processo irreversível, inclusive contando com a formação da classe empresarial brasileira e, nesse sentido, cumpre ressaltar que crescimento não é sinônimo de desenvolvimento para Celso Furtado, ou seja, mesmo com os números apresentados pelo crescimento econômico nacional, não havia de fato um intenso conjunto de transformações qualitativas no Brasil e que, no caso de economias atrasadas, muitas vezes ocorrem incompatibilidades com o simples crescimento quantitativo dos índices econômicos diante as transformações apresentadas no país ao longo deste período (FURTADO, 1964).

Ainda a respeito da estrutura agrária brasileira, pode-se sentir ainda a resistência dos chamados setores *tradicionais*, levando a crer que a afirmação da vitória sobre tais mandatários não seria tarefa fácil e era, de fato, completamente real. Para isso, o passo seguinte para que este processo de resistência dos setores *tradicionais* fossem amenizados e postos em “*harmonia*” ao desenvolvimento nacional, de acordo com o Plano, caberia no processo de industrialização a maturidade do processo através do demonstrativo dos índices de crescimento das indústrias de base e onde as mesmas devessem atingir níveis superiores de crescimento, que impulsionariam as demais áreas produtivas no Brasil. Assim, haveria dois meios possíveis, de acordo com o Plano Trienal, ou seja, primeiro

através do capital governamental, por meio da reforma fiscal, aumentando a poupança nacional objetivando inverter para investimentos de vultos de desenvolvimento e, em segundo lugar, por intermédio de capital privado, onde tal questão era considerada problema sério para o desenvolvimento da indústria de base no país (PLANO TRIENAL, 1962).

Tendo realizado uma leitura sobre os aspectos estruturais da industrialização brasileira, cabe voltar atenção a outro aspecto imprescindível, qual seja, sobre a lacuna que possuía o Brasil na formação de pessoal capacitado para trabalhar. Esta falha educacional, já apresentada neste estudo, atingia não somente simples operadores de máquinas, mas, sobretudo diante profissionais de outras áreas no país, quais sejam, engenheiros e desenhistas, etc. (PLANO TRIENAL, 1962). O déficit social nesta área é de suma importância para lembrarmos que o objetivo econômico era de melhorar as exportações de produtos manufaturados, mas sem o preparo humano, nada disso seria possível no país¹¹¹.

Para fazer *jus* à política de conter importações, principalmente se houvesse similares nacionais, uma intervenção estatal era iminente nas propostas do Plano, setor carente de conhecimento técnico que necessitava de novas unidades produtivas, pois ainda era muito dependente de importações. Dessa forma, este seria um princípio da *causação circular* que proporcionaria o *princípio cumulativo* deste setor na economia brasileira (MYRDAL, 1972).

Em conformidade com o descrito durante a análise, as condições básicas apresentadas pelo Plano Trienal para o sucesso da aplicação decorrem das *reformas administrativas, bancárias, fiscais e agrárias*. Devemos entender tal proposta não apenas como uma reforma no sentido de acelerar o processo de desenvolvimento e industrialização do país, mas sim, com a quebra de práticas políticas e administrativas arraigadas na cultura arcaica brasileira, que impossibilitaram o desenvolvimento do Brasil, comparado com os países considerados desenvolvidos. Nesse sentido, as mudanças previstas pelo Plano, mais do que isso, pretendiam inaugurar na Nação brasileira estrutura de governo através de planejamento, e não dirigidos sob interesses pessoais ou de grupos, características históricas dos setores anacrônicos de nossa sociedade que

¹¹¹ Não apenas no Plano Trienal esta questão sobre a causação circular diante o preparo humano era imprescindível, mas também como em todas as obras de Furtado esta questão se apresentava como essencial ao desenvolvimento dos estratos sociais como mola propulsora do desenvolvimento em uma Nação que objetivava o capital enquanto superação do subdesenvolvimento.

absorveram ao longo de décadas do nosso passado colonial e que estiveram presentes no processo de transição do Brasil república.

Esta tentativa de rompimento com estruturas viciadas e anacrônicas fora colocada como uma forma de racionalizar as ações do governo (reformas administrativas e bancárias) para eliminar os entraves institucionais como reformas fiscais e agrárias (PLANO TRIENAL, 1962).

Furtado deixava claro que tais reformas deveriam ser efetuadas pelo Congresso Nacional, órgão legítimo de representatividade política. Desta forma, apenas apontava diretrizes a serem debatidas e analisadas. Para dar racionalidade ao governo, propôs, em primeiro lugar a “separação das atividades de planejamento das de execução, dentro de cada Ministério e no conjunto da Administração”, para que cada ministério pudesse, por assim dizer, “atuar dentro das diretrizes de um plano, concebido ao nível do próprio órgão, mas integrado na política geral do Governo” (PLANO TRIENAL, 1962, p. 190). Dando continuidade às propostas, a “articulação de todos os órgãos regionais de desenvolvimento, cujos planos deverão ser apresentados em conjunto e integrados no plano geral” (PLANO TRIENAL, 1962, p. 190) deveria passar por “(a) planejamento e controle da execução de programas de obras de determinadas regiões e (b) [na] execução de programas de pré-investimentos” (PLANO TRIENAL, 1962, p. 190) que articulassem o conhecimento das potencialidades das disparidades regionais no Brasil.

Além destas diretrizes, articular e integrar “todos os órgãos com interferência no setor de abastecimento, a fim de que as necessidades essenciais da população fossem consideradas e tratadas como problema da mais alta prioridade” (PLANO TRIENAL, 1962, p. 190) também estava previsto no plano furtadiano, bem como a “redução dos órgãos diretamente vinculados à Chefia do Poder Executivo, de forma a possibilitar-lhe uma efetiva coordenação de decisões e unidade de direção”. Furtado estruturou o Plano de forma que o “desmembramento do atual Ministério da Viação e Obras Públicas” (PLANO TRIENAL, 1962, p. 191) fosse aplicado em um ministério da Viação e outro de Comunicações que dever-se-iam ser anexados ao Ministério do Planejamento e Desenvolvimento. Além desta descentralização, outra deveria ocorrer diante as “atividades de saúde pública dentro da orientação já adotada para o setor educacional, transferindo-se funções executivas para os Estados e Municípios” (PLANO TRIENAL, 1962, p. 191) de todo o país. Reformar o Ministério da Educação e Cultura de acordo com o espírito da Lei

de Diretrizes e Bases também era outro ponto almejado pelo Plano Trienal, de forma que, ocorrendo estas reformas, o país pudesse formar cidadãos para o real desenvolvimento proposto e a construção de um Projeto de Nação de acordo com teoria e projeto furtadiano.

Por fim, reestruturar os “órgãos fazendários para aumentar-lhes a eficiência e reduzir a evasão fiscal”, bem como, em reestruturar o “sistema de controle de cotas, descentralizando-o e tornando-o o mais rápido e real” (PLANO TRIENAL, 1962, p. 191) eram metas a serem conquistadas pelo plano furtadiano, visando, dessa forma, um de nossos objetivos centrais de destacarmos nesta dissertação, onde o alargamento democrático e a defesa à Justiça Social estavam intrínsecos e diretamente ligados a proposta do Plano, que reconhecia os processos de inflexão que vinham sendo esboçados na estrutura e analisados nos capítulos anteriores deste trabalho, desde as transformações de uma economia agrário-exportadora para industrial de desenvolvimento no Brasil.

Nas propostas inseridas para a reforma bancária, o papel dos bancos toma ação central devido à preocupação de deixar claras as responsabilidades dos administradores dos bancos perante a sociedade e as instituições financeiras, para gerar um clima de confiança e, sobretudo, zelar por práticas sadias no país e, entre as diretrizes, a desvinculação do Banco do Brasil S.A. das funções de Banco Central e a não criação de bancos de economia mista (PLANO TRIENAL, 1962). Em relação à reforma fiscal, esta por sua vez, caracterizava-se como o instrumento principal na ajuda de investimentos estatais e na distribuição de renda pelos benefícios da industrialização, onde a reforma era essencial para substituir um sistema obsoleto criado para uma estrutura semi-colonial no Brasil e não para atender as necessidades impostas pelo desenvolvimento obtido desde as transformações de uma sociedade pautada no modelo agrário para o modelo industrial de desenvolvimento (PLANO TRIENAL, 1962) e, dessa forma, o Plano almejava:

Atualizar o sistema tributário de modo a torná-lo compatível com a atual estrutura da economia brasileira, o que proporcionaria distribuição mais eqüitativa de carga fiscal e maior eficiência da arrecadação e da fiscalização (PLANO TRIENAL, 1962, p. 194).

Nesse sentido, as propostas apresentadas pelo Plano Trienal

(durante o estudo presente), a inconcebível distribuição e utilização de terras no país foi motivo recorrente de argumentos para a situação do Brasil quanto um país subdesenvolvido e as diretrizes sugeridas pelo Plano eram alternativas que visavam um desempenho econômico compatível com a proposta de industrialização, e também, com a correção das desigualdades e das injustiças sociais (PLANO TRIENAL, 1962). Nesse sentido, o teor destas diretrizes merecem ser colocadas na íntegra neste trabalho, quais sejam, onde:

a) Nenhum trabalhador que ocupou terras virgens e nela produziu deverá pagar renda sobre a terra utilizada; - Nenhum trabalhador que, durante um ciclo agrícola completo, tiver ocupado terras virgens e nelas permanecido sem contestação, será obrigado a pagar renda sobre a terra economicamente utilizada; b) nenhum trabalhador agrícola, foreiro ou arrendatário por dois ou mais anos em uma propriedade, poderá ser privado de terras para trabalhar, ou de trabalho, sem justa indenização; c) nenhum trabalhador que obtiver da terra em que trabalha – ao nível da técnica que lhe é acessível – rendimento igual ou inferior ao salário mínimo familiar, a ser fixado regionalmente, deverá pagar renda sobre a terra, qualquer que seja a forma que esta assuma; d) todas as terras, consideradas necessárias à produção de alimentos, que não estejam sendo utilizadas ou o estejam para outros fins, com rendimentos inferiores a médias estabelecidas regionalmente, deverão ser desapropriadas para pagamento a longo prazo (PLANO TRIENAL, 1962, p. 194-195).

O Plano Trienal de desenvolvimento econômico e social constituiu-se em um marco da tentativa de planejar e estruturar o país, com propostas que permearam em diversas áreas à superação do atraso e do subdesenvolvimento e que foram apresentadas neste trabalho, deixando sob análise do governo de João Goulart e de governos subseqüentes para serem levadas a cabo ou inutilizadas e que encontram na década de 1960, em virtude das transformações ocorridas no cenário mundial e nacional, o interregno destas propostas à construção de um projeto de Nação para o Brasil.

Considerações Finais

Teoria e projeto furtadiano, presentes do início ao final deste trabalho. Estes dois termos definiram as trilhas de um caminho de duas vias, o quadro geral de minha análise em torno do estudo das obras e do Plano Trienal. Se por um lado, o período histórico da década de 1960 marcou o início da Ditadura Militar no país e o fim de um regime democrático (GORENDER, 1998), frutos do teto e/ou limite das crises econômico-financeira, político-institucionais, do sistema partidário, das constantes mobilizações políticas das classes populares e da ofensiva militar e empresarial, da ampliação do movimento sindical operário e dos trabalhadores do campo, que vinham sendo esboçado na nação, desde a renúncia do presidente Jânio Quadros, por outro lado, seria incoerente afirmar sobre a inexistência de propostas de um projeto de Nação que viria ao encontro dos problemas apresentados neste período histórico de plenas transformações e conturbações.

Neste sentido que pudemos percorrer a partir da análise da literatura do Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965) criado no período de governo de João Goulart, por Celso Furtado, um sentido a elaboração deste trabalho, qual seja, o de que havia ou não, na essência deste plano, uma via oposta a superação do atraso econômico e uma proposta ao desenvolvimento do Brasil.

Diante da análise do plano furtadiano encontramos uma proposta de construção de um projeto de Nação, com vias a superação do atraso e do subdesenvolvimento, bem como, nas propostas do enriquecimento da democracia e da justiça social aos estratos sociais no país, frutos indispensáveis ao desenvolvimento nacional neste período de plenas transformações, segundo a teoria de Celso Furtado.

Nesse ínterim, a partir das obras seminais do autor, produzidas no período anterior ao Golpe Militar de 1964 e que foram analisadas neste trabalho, como *A Economia Brasileira (1954)*, *Perspectiva da Economia Brasileira (1958)*, *A Pré-Revolução Brasileira (1962)* e *a Dialética do Desenvolvimento (1964)*, foram essenciais para que pudéssemos entender as propostas de um projeto que propunha a construção de uma Nação à superação do subdesenvolvimento e das

mazelas do desenvolvimento que geravam problemas anacrônicos, tanto do ponto de vista econômico, político e social e que impediam o pleno desenvolvimento das forças sociais no país, ou melhor, que geravam uma gama de desajustes na sociedade brasileira e que derivava na cristalização de privilégios às oligarquias agrário-exportadoras transformando, por assim dizer, em uma verdadeira ameaça à estabilidade nacional.

E é a partir desta contenda que estava sendo gerado no país, o jogo entre a oposição dos interesses agrários de um lado e a indústria de outro e que Celso Furtado viria a se preocupar com o alargamento da democracia, ao mesmo tempo em que vinculava ao processo de resolução de um passado colonial emperrado e anacrônico e que deveria ser resolvido no país. Assim, dever-se-ia, a partir da construção de um projeto de Nação romper, com o intacto *dualismo* entre um Brasil moderno e um Brasil arcaico que gerava por assim dizer, desenvolvimento onde poucos podiam usufruir por estarem indiretamente ligados ao subdesenvolvimento, frutos do desenvolvimento que não atingia os setores sociais menos privilegiados do país, quais seja, os trabalhadores do campo e dos operários urbanos.

Assim, no primeiro capítulo deste trabalho, efetuamos a análise sobre quais elementos ligados aos setores econômicos, políticos e sociais e quais os pontos de estrangulamento inerentes à passagem do modelo agrário exportador para o modelo industrial de desenvolvimento ligado direta ou indiretamente entre o passado colonial e o período republicano brasileiro, que impedia a superação do subdesenvolvimento e a construção de um projeto de Nação, no momento em que Celso Furtado conseguiu unir elementos fundamentais em sua teoria e projeto, proposta que reconhecia a realidade e a necessidade histórica do Brasil à superação do subdesenvolvimento. Contudo, cumpre ressaltar que esta reconstrução fora essencial para que pudéssemos entender o contexto em que Furtado privilegiou em sua tese duas perspectivas inapeláveis ao incorporar novas tendências e contribuições do debate intelectual mundial ao mesmo tempo em que se manteve em um campo de reflexão do pensamento social brasileiro, adequando teoria em projeto de modernização e desenvolvimento nacional frente ao antagonismo latente de Nações desenvolvidas e subdesenvolvidas do Terceiro Mundo.

E, a partir desse íterim que no segundo capítulo, analisamos as obras de Celso Furtado e o momento em que o autor percorreu por várias vezes o

caminho entre a análise teórica e a análise histórica dos processos de inflexão ocorridos na estrutura mundial intrínsecas às transformações econômicas políticas e sociais na estrutura nacional, onde a teoria furtadiana se manteve atenta aos processos de inflexão e por compreender as características de uma sociedade e economia fora das limitações estruturais do subdesenvolvimento, propostas que, por sua vez são resultados tanto da teoria do subdesenvolvimento elaborada por Furtado ao longo de suas obras seminais, quanto de sua proposta de um modelo de desenvolvimento pautado na justiça social e na defesa da democracia, enquanto ajuste de contas com os setores anacrônicos da economia, política e sociedade e que emperravam o desenvolvimento nacional no período marcado pela passagem do modelo agrário-exportador para o modelo industrial de desenvolvimento.

Nesse sentido, que pudemos entender o momento em que a elaboração da teoria furtadiana anterior ao golpe de 1964, manteve a *exegese* a partir da formação de um projeto que orientou econômica e politicamente o Plano Trienal, momento do *teto* das crises na estrutura global e nacional, associadas com as propostas do projeto furtadiano à construção de um projeto de desenvolvimento e de Nação para o país, por ser capaz de enfrentar os setores anacrônicos inerentes a política, economia e sociedade que emperravam o desenvolvimento nacional, analisadas ao longo do terceiro capítulo deste trabalho. Dessa forma, *ad cautelam* que mesmo com as transformações que marcaram inicialmente no período de 1930, todos os percalços do processo histórico da modernização das relações capitalistas no Brasil e que inferiram nas alterações das relações de trocas internacionais e da produção interna no território brasileiro, não resolveram a condição do *capitalismo periférico* dependente, nem mesmo com a geração de novos hábitos sociais ligados ao crescimento urbano, esboçando, por assim dizer, as trilhas que seriam percorridas diante momentos históricos dos processos de inflexão, que não foram esgotados e, que, por sua vez, encontraram na década de 1960, um limite, o *teto* do desenvolvimento tardio e de processos sociais de modernização acelerada, e por extensão, instável e traumática, onde etapas do desenvolvimento são queimadas pela substituição do modelo agrário, pelo industrial de produção.

Isto posto, este trabalho percorreu por dois caminhos encontrando a *exegese*, entre teoria e projeto furtadiano para o Brasil, no sentido de construir um projeto de Nação, no momento histórico e no *teto* das transformações econômicas, políticas e sociais da década de 1960 e que culminaram no Golpe de 1964, não por

não haver essência e objetivos à permanência da democracia, de uma política econômica e social, mas por haver propostas à reformas e à construção de um projeto para o Brasil, o Plano Trienal.

Referências Bibliográficas

ALMOND, Gabriel e VERBA, Sidney. The civic culture. Political attitudes and democracy in five nations. Princeton: Princeton University Press, 1963.

AZEVEDO, Fernando Antônio. As Ligas Camponesas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. A UDN e o udenismo: Ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945 – 1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BENTLEY, Arthur F. Reality in Man and Society. G. P. Putnamps Sons, 1926.

BONAVIDES, Paulo, & AMARAL, Roberto. Textos Políticos da História do Brasil. Brasília: Senado Federal/Subsecretaria de Edições Técnicas, 1996. 9 vols.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento Econômico Brasileiro: O ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BRANDÃO, Gildo Marçal. A esquerda positiva: as duas almas do Partido Comunista (1920/1964), São Paulo: Hucitec, 1997.

BRANDÃO, Octávio. Combates e batalhas: memórias. São Paulo: Afla-Omega, 1978.

CARDOSO, Fernando Henrique. O Modelo Político Brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1993.

CARONE, Edgard. O marxismo no Brasil: das origens a 64. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986.

CARONE, Edgard. O PCB: 1964-1982. São Paulo: Difel, 1982, vol. 2.

CASO, Antônio. A esquerda armada no Brasil – 1967/71. Lisboa: Moraes Editores, 1976.

CEPÊDA, Vera Alves. Raízes do pensamento político de Celso Furtado. São Paulo: FFLCH/USP, dissertação de mestrado, 1998.

CEPÊDA, Vera Alves. O pensamento político de Celso Furtado - desenvolvimento e democracia. In: Luiz Carlos Bresser Pereira; José Marcio Rego. (Org.). A grande esperança em Celso Furtado. São Paulo: Editora 34, 2001, v. , p. 167-184.

CEPÊDA, Vera Alves. Revendo o lugar da democracia no processo de modernização – as matrizes da teoria furtadiana no desenvolvimento. In: Teoria e Pesquisa. Revista de Ciências Sociais. Vol XVII, n. 02 jul/dez 2008, p. 97-116.

COELHO, Marco Antônio Tavares. Herança de um sonho – As memórias de um comunista. Rio de Janeiro: Record, 2000.

COSTA, João Cruz. Contribuição à História das Idéias no Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio: 1956.

COX, Gary. The efficient secret: The cabinet and the development of political parties in Victorian England. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

D'ARAUJO, Maria Celina. Sindicatos, Carisma e Poder – O PTB de 1945-65. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2001.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Comando Geral dos Trabalhadores, 1961-1964. Petrópolis: Vozes, 1986.

DIRCEU, José & PALMEIRA, Vladimir. Abaixo a ditadura – O movimento de 68 contado por seus líderes. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/Gramond, 1998.

DREIFUSS, René Armand. 1964: A conquista do Estado: Ação política, poder e golpe de classe. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

EISENSTADT, S.N. Modernização: Protesto e Mudança. Rio de Janeiro: Zahar, 1966(69).

FALCÃO, Armando. Geisel – Do tenente ao presidente. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

FALCÃO, Armando. Tudo a declarar. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

FERNANDES, F. Brasil, em compasso de espera. São Paulo: Hucitec, 1980.

FAUSTO, Boris. A Revolução de 30. SP: Brasiliense, 1972.

FICO, Carlos. Além do golpe: Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FIGUEIREDO, Argelina. C. Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FIGUEIREDO, M. Poppe de. A Revolução de 1964 – Um depoimento para a história da pátria. Rio de Janeiro: Apec Editora, 1970.

FRANCO, Afonso Arinos de Mello. Evolução da crise brasileira. São Paulo: Nacional, 1965.

FURTADO, C. Formação Econômica do Brasil. 4. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

_____. A Pré-Revolução Brasileira. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

_____. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1965.

_____. Dialética do Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

_____. Formação Econômica da América Latina. 2ª ed. São Paulo: C. Ed. Nacional, 1978.

_____. Análise do modelo brasileiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

_____. A economia latino-americana. 2ª ed. São Paulo: C. Ed. Nacional, 1978.

_____. A fantasia organizada. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. A fantasia desfeita. 3.ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. Obra autobiográfica de Celso Furtado. Tomo II: Aventuras de um economista brasileiro? A fantasia desfeita. Ed. Rosa Freire d'Aguiar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. 3 tomos.

GASPARI, Elio. A ditadura envergonhada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GORDON, Lincoln. Brazil's second chance – Em route toward the First World. Nova York: A Century Foundation Book, 2001.

GORENDER, Jacob. Combate nas trevas. 5ª ed. Ver., ampliada e atualizada. São Paulo: Ática, 1998.

GUEDES, Carlos Luiz. Tinha que ser em Minas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.

GURRIERI, Adolfo. La economía política de Raúl Prebisch, in: Adolfo Gurrieri (org.). La obra de Prebisch en la Cepal. México, Fondo de Cultura Económica, 1982, v. 1.

HIPPÓLITO, Lúcia. De raposas e reformistas - o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HOBBSAWM, Eric. A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

HUNTINGTON, Samuel. A ordem política das sociedades em mudança. Rio de Janeiro: Forense Universitária: São Paulo: EDUSP, 1975.

IANNI, Otávio. O colapso do populismo no Brasil. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1968.

IMMERGUT, Ellen. The normative roots of the new institutionalism: historical institutionalism and comparative policy studies. Baden-Baden: 1996, mimeo.

JUREMA, Abelardo. Sexta-feira, 13 – Os últimos dias de João Goulart. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1964.

KEYNES, John Maynard. Teoria geral do emprego, do juro e da moeda. São Paulo: Atlas, 1992.

LICHBACH, Mark I & ZUCKERMAN, Alan S. Comparative politics: Rationality, Culture and Structure. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

MANHEIM, Karl. Ideologia e utopia. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

MARTINS FILHO, João Roberto (org.). 1968 faz 30 anos. Campinas/São Paulo/São Carlos: Mercado de Letras/FAPESP/Editora da UFSCar, 1998.

MERRIAM, Charles E. Que é Democracia? São Paulo: LEP, 1947.

MICELI, Sergio. Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945). São Paulo: DIFEL, 1979.

MOORE, Barrington Jr. As origens sociais da ditadura e da democracia - Senhores e camponeses na construção do mundo moderno. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MORAES, Dênis de. A esquerda e o golpe de 64 – Vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

MOURÃO FILHO, Olympio. Memórias – A verdade de um revolucionário. 5ª ed. Porto Alegre: L&PM, 1978.

MYRDAL, K. Gunnar. Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas. Rio de Janeiro: Saga, 1972.

NEVES, Lucilia de Almeida. "Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964)". In: FERREIRA, Jorge (org.). O populismo e sua história - debate e crítica. RJ, Civilização Brasileira, 2001, pp. 167-204.

NURKSE, Ragnar. "A formação de capital em países subdesenvolvidos", Revista Brasileira de Economia. Rio de Janeiro: FGV, 1951.

PLANO TRIENAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – 1963-1965 (SÍNTESE) – Presidência da República, Brasília, 1962.

PARSONS, Talcott. The social system. Glencoe III: Free Press, 1951.

_____. Sociedades: perspectivas evolutivas e comparativas. São Paulo: Pioneira, 1969.

PEREIRA, L. C. Bresser. Desenvolvimento e Crise no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1972.

PRESTES, Maria. Meu companheiro – 40 anos ao lado de Luiz Carlos Prestes. Rio

de Janeiro: Rocco, 1992.

RAMOS, Alberto Guerreiro. Cartilha Brasileira do Aprendiz de Sociólogo. Rio de Janeiro, Editorial Andes, 1954.

_____. Mito e verdade da revolução brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

RADCLIFFE-BROWN, Alfred Reginald. Structure and function in primitive society: essays and addresses. London: Cohen and West, 1952.

REIS FILHO, Daniel Aarão. A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil. São Paulo, Brasília: Brasiliense, CNPq, 1990.

REIS FILHO, Daniel. Aarão. Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961 – 1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

RIBEIRO, Darcy. Confissões. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

RIDENTE, Marcelo. O fantasma da revolução brasileira. São Paulo: Ed. Unesp, 1993.

RODRIGUEZ, Octávio. Teoria do subdesenvolvimento da Cepal. Rio de Janeiro, Forense, 1981.

SANTOS, Wanderley Guilherme. Ordem Burguesa e Liberalismo Político, São Paulo, Duas Cidades, 1978.

_____. Sessenta e Quatro: anatomia da crise. São Paulo, Vértice, 1986.

SARTRE, Jean-Paul. Furacão sobre Cuba. 5^o ed. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1986.

SAUVY, Alfred. Mythologie de Notre Temps. Paris: Payot, 1966.

SEGATTO, José Antônio. Breve história do PCB. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

SEGATTO, José Antônio. Reforma ou revolução: as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

SCHLESINGER JR. The Alliance for Progress: A Retrospective. *In*: HELLMAN, R. G. & ROSENBAUM, H. J. (eds.). *Latin America: The Search for a New International Role*. New York : J. Wiley, 1975.

SILVA, Hélio. 1964-Golpe ou Contra-golpe? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

SMITH, Adam. A riqueza das nações. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.

SOARES, Gláucio Ary Dillon e D'ARAÚJO, Maria Celina (orgs.). 21 anos de regime militar: balanços e perspectivas. Rio de Janeiro, FGV, 1994.

THELEN, Kathleen e STEINMO, Sven. Historical institutionalism in comparative politics. *In*.: STEINMO, Sven *et al.* (eds.). *Structuring politics: historical institutionalism in comparative analysis*. Cambridge University Press, 1992.

TILLY, Chalés. Coerção, capital e estados europeus – 990-1992. São Paulo: Edusp, 1996.

TOLEDO, C. N. de. O governo Goulart e o golpe de 1964. São Paulo, 16. ed., 1996.

VILLA, Marco Antônio. João Goulart – Um Perfil. São Paulo: Globo, 2004.